



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL  
CAMPUS CHAPECÓ  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
CURSO DE MESTRADO EM HISTÓRIA**

**JORDAN BRASIL DOS SANTOS**

**“EU TAMBÉM SOU DE LUTA”: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO  
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO SUL DO BRASIL**

**CHAPECÓ  
2020**

**JORDAN BRASIL DOS SANTOS**

**“EU TAMBÉM SOU DE LUTA”:** A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO  
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO SUL DO BRASIL

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS como requisito para obtenção do título de Mestre em História sob a orientação do Prof. Dr. Humberto José da Rocha.

CHAPECÓ

2020

## UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

Av. Fernando Machado, 108 E  
Centro, Chapecó, SC - Brasil  
Caixa Postal 181

CEP 89802-112

### Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Santos, Jordan Brasil dos  
EU TAMBÉM SOU DE LUTA?: A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES  
NO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO SUL DO  
BRASIL / Jordan Brasil dos Santos. -- 2020.  
168 f.:il.

Orientador: Doutor Humberto José da Rocha

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da  
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em História,  
Chapecó, SC, 2020.

1. Movimentos Sociais. 2. Luta pela Terra. I. Rocha,  
Humberto José da, orient. II. Universidade Federal da  
Fronteira Sul. III. Título.

**JORDAN BRASIL DOS SANTOS**

**“EU TAMBÉM SOU DE LUTA”:** A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO  
MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS NO SUL DO BRASIL

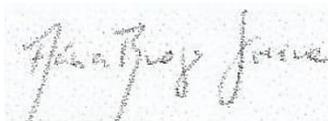
Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS. Para obtenção do título de Mestre em História, defendido em banca examinadora em 14/05/2020.

Aprovado em: 14/05/2020

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Humberto José da Rocha – UFFS  
Presidente da banca/orientador



Prof. Dra. Flavia Braga Vieira – UFRRJ  
Membro titular externo



Prof. Dr. Claiton Márcio da Silva – UFFS  
Membro titular interno

Chapecó/SC, maio de 2020

Dedico a todas as pessoas que deram a sua vida  
em busca de uma sociedade mais justa.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela vida e tudo o que nela existe. À minha família, especialmente minha esposa Sonia pela paciência, suporte e auxílio nesse tempo de viagens, a Ester, filha que mudou minha forma de enxergar o mundo, e a minha mãe, Ana Elizabeth, que me gerou e me deu todo o seu amor.

Agradeço a Vivian e Lilian por todo o auxílio nessa caminhada, sem vocês esse sonho não seria possível, e também em memória a Nelsi que partiu para junto de Deus nesse tempo. Agradeço ao apoio da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, especialmente a Junet na pessoa do Bispo Maurício, a qual ofereceu uma ajuda importantíssima para que tudo pudesse tornar-se uma realidade.

A todos os meus colegas do mestrado, especialmente aqueles e aquelas que a caminhada vai para além da academia, Daiana, Letícia, Douglas e Daniela. Aos professores e professoras que mudaram a nossa forma de pensar, especialmente ao Humberto que pacientemente dedicou parte de sua vida na orientação e ajuda, para que pudesse nascer um bom trabalho de dissertação, além de sua forma simples de transmitir sabedoria.

Agradeço também a banca de qualificação e defesa que enriqueceu o trabalho: Claiton e Flávia. Além das mulheres e homens do MAB, que acreditaram em mim e contribuíram de forma efetiva para a construção da dissertação.

Enfim, a todos que de alguma forma cruzaram em meu caminho, fica a minha gratidão e reconhecimento da importância desse tempo em minha vida acadêmica e pessoal.

## RESUMO

Ao longo da história as mulheres foram invisibilizadas refletindo como a sociedade se estruturou. Mesmo as mulheres fazendo parte ativa da história, suas ações não eram registradas. Por isso, torna-se essencial o resgate da participação das mulheres em todos os setores da sociedade. É necessário compreender o papel das mulheres no Movimento dos Atingidos por Barragens, tendo como pano de fundo, a questão de gênero nos movimentos sociais, através de um levantamento histórico do papel da mulher nos movimentos sociais, com suas principais pautas unindo com a teoria sobre mulheres e movimentos sociais, além de um mapeamento dos diferentes aspectos envolvidos no processo de fortalecimento da liderança feminina na região do Alto Uruguai ou Sul do Brasil. Através de pesquisas semiestruturadas e com o uso da metodologia da história oral, procedeu-se a entrevista de lideranças do MAB, e as respostas foram cruzadas com as teorias dos movimentos sociais e de gênero. As mulheres estiveram em todas as etapas de luta contra a construção de barragens na bacia do Rio Uruguai. Mas a sua função mudou com o passar do tempo saindo de uma função reprodutiva de fornecer suporte na família e na propriedade para que o homem fosse às negociações, até a função de protagonismo nas negociações devido à ausência de questionamentos das questões ligadas com a soberania alimentar e meio ambiente. No entanto, a questão de gênero não era uma questão central no começo só sendo importante a partir dos anos 2000 com formação de lideranças e de militantes. Mesmo com o destaque que a temática ganha a luta pela terra continua com a sua centralidade na vida do movimento. Além dessas pautas como gênero o movimento tinha outras importantes pautas, como a soberania alimentar, preço da energia e modelo energético. Todas essas questões são importantes, mas não excluem a principal pauta: a luta pela terra.

Palavras-chave: Movimentos Sociais; Luta pela Terra; Gênero.

## **ABSTRACT**

Throughout history, women have been made invisible reflecting how society has been structured. Even so, as women, being an active part of the history of their actions were not recorded. Therefore, it is essential to rescue the participation of women in all sectors of society. It is necessary to understand the role of women in the Movement of People Affected by Dams against the background of the gender issue in social movements, through a historical survey of the role of women in social movements, with their main guidelines uniting with the theory about women and social movements, in addition to a mapping of the different aspects involved in the process of strengthening female leadership in the region of Alto Uruguay or Southern Brazil. Through semi-structured research and the use of oral history methodology, MAB leaders were interviewed, and as answers they were crossed with the theories of social movements and gender. Women they were in all stages of the fight against the construction of dams in the Uruguay River basin. But his role changed over time, moving from a reproductive function of providing support in the family and on the property so that the man could go to the negotiations, until the role of protagonism in the negotiations due to the lack of questioning of issues related to food sovereignty and the environment. But the issue of gender was not a central issue in the beginning, it was only important from the 2000s onwards with the formation of leaders and militants. Even with the emphasis that the theme wins the struggle for land continues to be central to the life of the movement. In addition to these breaks, such as gender or movement, there were other important guidelines, such as food sovereignty, energy prices and energy model. All of these guidelines are important, but they do not exclude a main agenda: the struggle for land.

Keywords: Social Movements; Fight for Earth; Genre.

## SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....	1
1. MOVIMENTOS SOCIAIS, BARRAGENS E MULHERES.....	6
1.1 O PLANO DO GOVERNO - BARRAGENS .....	8
1.2 HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	16
1.2.1 TEORIA DA MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS (MR).....	17
1.2.2 TEORIA DA MOBILIZAÇÃO POLÍTICA - MP .....	19
1.2.3 TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS - NMS .....	22
1.2.4 TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA.....	25
1.3 ECOFEMINISMO E SEGURANÇA ALIMENTAR NA ESSÊNCIA DAS MOBILIZAÇÕES.....	27
1.4 OS <i>FRAMES</i> DA LUTA PELA TERRA E SEGURANÇA ALIMENTAR .....	38
2. AS MULHERES NA LUTA CONTRA AS BARRAGENS E PELA TERRA .....	50
2.1. FUNDAÇÃO DA CRAB.....	51
2.2. MACHADINHO.....	62
2.3 ITÁ.....	67
2.4. LUTAS PONTUAIS: CAMPOS NOVOS, BARRA GRANDE E FOZ DE CHAPECÓ .....	72
2.4.1. USINA HIDRELÉTRICA DE CAMPOS NOVOS .....	73
2.4.2. USINA HIDRELÉTRICA DE BARRA GRANDE .....	75
2.4.3. USINA HIDRELÉTRICA FOZ DO CHAPECÓ.....	79
3. O MAB NA PERSPECTIVA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS .....	85
3.1 O MAB EM MOVIMENTO .....	86
3.2 MAB: GENEALOGIA E EVENTOS .....	96
3.3 CONQUISTAS E DESAFIOS .....	109
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	124
FONTES .....	134

<b>SITES .....</b>	<b>139</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>140</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O objetivo geral desse trabalho é compreender o papel das mulheres no Movimento dos Atingidos por Barragens tendo como pano de fundo a questão de gênero nos movimentos sociais. Tendo por objetivos específicos a realização de um levantamento histórico do papel da mulher nos movimentos sociais, sobretudo no MAB e suas principais pautas unindo com a teoria sobre mulheres e movimentos sociais, fazer um mapeamento dos diferentes aspectos envolvidos no processo de fortalecimento da liderança feminina na região do Alto Uruguai ou Sul do Brasil e por fim realizar uma discussão sobre movimentos sociais na perspectiva historiográfica sobre gênero e economia. Tem-se como justificativa que as mulheres ao longo da história foram invisibilizadas da história oficial e isso se deu como um reflexo estrutural de como a sociedade está organizada, “a mulher nunca deixou de fazer história, contudo, foi escolhido não registrar as suas falas, suas ações, ou melhor, sua história” (JARDIM; PIEPPER; 2010 p. 92).

A principal hipótese do trabalho é de que as mulheres estiveram em todas as etapas de luta contra a construção de barragens na bacia do Rio Uruguai. Mas a função da mulher se modificou com o passar do tempo. Num primeiro momento a mulher ocupou uma função de dar suporte na família e na propriedade para que o homem fosse às negociações, e a partir daí a mulher envolveu-se nas negociações devido à falta de atenção, por parte dos homens, para questões ligadas com a soberania alimentar e meio ambiente. Nesse momento a mulher assumiu um protagonismo na luta contra as barragens. Mas no princípio do envolvimento maior da mulher no movimento, a questão de gênero não era uma questão central, até porque, na sociedade geral essa questão não era pauta da grande maioria dos movimentos. A questão gênero passa a ser um tema central do movimento na virada dos anos 2000, com formação de lideranças e de militantes.

O desenvolvimento do oeste de Santa Catarina possui as suas peculiaridades nos seus processos de migração e de formação populacional. Foi uma região colonizada por italianos e alemães e a expropriação dos povos nativos que habitavam essas terras. Para entender melhor esse processo pode-se procurar a vasta bibliografia que existe sobre a formação do oeste catarinense (PAIM, 2006; BAVARESCO; FRANZEN; FRANZEN, 2013; ONGHERO, 2013, ALVES; MATTEI, 2006, GOULARTI FILHO, 2002; RADIN; VALENTINI; ZARTH, 2015).

Entender o processo de colonização e expropriação do oeste catarinense foi essencial para que o pesquisador. Assim, inevitavelmente, surge a questão dos atingidos pelas grandes usinas hidrelétricas da bacia do Rio Uruguai. O título da dissertação é fruto de uma foto trazida no documento do MAB (2015, p. 31) onde uma menina segura um cartaz com a frase “Eu também sou de luta!”, conforme anexo A. A ideia do tema dessa dissertação iniciou a ser desenhada nas conversas com o professor orientador. Tive os primeiros contatos com o tema mulheres e gênero na pesquisa da monografia do curso de Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Santa Catarina. A pesquisa da monografia foi para calcular o tempo dispendido entre homens e mulheres nas atividades produtivas e reprodutivas na zona rural do município de Concórdia/SC. A partir daí iniciou minha trajetória dentro do tema de gênero.

A luta das mulheres por direitos iguais e por reconhecimento da importância do papel da mulher na sociedade como protagonista surgiu como um aspecto importante na minha vida após o nascimento da Ester, minha filha. Ter um mundo mais justo para as mulheres, com mais autonomia e com mais segurança tornou-se um tema muito caro para mim como pessoa e também como profissional e estudante. Desde então, o tema mulheres e feminismo tornou-se um importante objeto de estudo para mim.

Esse tema é fruto da percepção dos pesquisadores da lacuna existente de estudos com a perspectiva de analisar a participação das mulheres ao longo da história do Movimento dos Atingidos por Barragens e perceber quais razões levaram as mulheres se envolverem na luta de resistência contra as barragens. É necessário que se tenha cada vez mais mulheres pensando, refletindo e propondo novas teorias sobre suas trajetórias. Até porque, nós homens, não fizemos luta feminista. A luta feminista é das mulheres, homens fazem uma luta antimachista reconhecendo seus privilégios.

Mas é importante destacar a necessidade de ter homens pesquisando sobre mulheres e a participação delas em setores importantes da sociedade, já que os homens são os maiores beneficiados com o machismo estrutural da sociedade. A minha contribuição, acredito, pesquisando sobre a participação feminina no MAB torna-se valiosa, primeiramente para que se tenha a compreensão do movimento como um processo formado por agentes diversos e a com a presença feminina em todos os momentos, bem como para mostrar que nós, homens, podemos pensar, sonhar e fazer algo para que a sociedade torne-se cada vez mais, um lugar seguro para todas as pessoas.

Minha imersão na região da pesquisa se deu desde 2013, quando por questões de trabalho, pastorado na Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, fui transferido para a cidade de

Concórdia/SC, que foi o espaço territorial de minha pesquisa de monografia de graduação. Desde então, a questão das desigualdades sociais e a expropriação das pessoas de suas terras foi uma questão importante para mim. Entender esse processo de construção de barragens e tudo o que envolve, principalmente na questão social, foi um motivo importante para dar início aos estudos do movimento contrário as barragens, MAB, num primeiro momento sob a perspectiva econômica e num segundo momento sob a perspectiva da mulher.

Após isso, com a entrada no curso de mestrado em história, comecei a procurar trabalhos importantes para entender esses movimentos de exclusão. E a pesquisa, em si, deu seus primeiros passos em 2017 através do aprofundamento do estudo sobre autores destacados, também com os primeiros contatos com militantes do movimento. A faixa etária é variada tendo pessoas que foram militantes no primeiro momento do MAB (anos 70-80), no segundo momento (anos 90) e no terceiro momento (anos 2000).

As fontes primárias principais são as entrevistas com mulheres que são ou que foram lideranças do MAB desde a sua criação. Elas são importantes para o conhecimento peculiar sobre o objeto de estudo. Além disso, essas fontes dialogam com a documentação oficial. Para isso, procuramos além dos atingidos, os documentos oficiais dos empreendimentos, as entrevistas que os consórcios realizaram na época do enchimento do reservatório e as reportagens de jornais da região mais especificamente em Erechim (RS), Chapecó (SC), Concórdia (SC) e Campos Novos (SC).

Utilizou-se a metodologia da história oral, que para alguns historiadores, é mais que uma metodologia, é uma forma de se aproximar da realidade objetiva e subjetiva das organizações sociais contemporâneas, é um aporte conceitual que nos “permite compreender a realidade social, para poder então, transformá-la” (VOMMARO, 2012, p, 321). Para isso as entrevistas foram gravadas por mim através de áudio e/ou vídeo e depois transcritas e a partir disso coletar as informações para utilização no trabalho. Os entrevistados moram ou são oriundos do sul do Brasil, na sua maioria são brancos, apenas uma mulher é negra, todos foram militantes do movimento e a maioria são líderes atuais do MAB.

Inicialmente fizemos entrevistas semiestruturadas com os agentes envolvidos no processo de construção das barragens de acordo com o objetivo. Outra fonte é a consulta documental nos arquivos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEON), Igrejas, Sindicatos, Universidades e ONGs, além do arquivo do MAB, jornais da região (O Jornal – Concórdia; A Voz da Serra - Erechim), teses e dissertações que abordem a questão estudada e

por fim, pretende-se solicitar as famílias registros que auxiliem no desenvolvimento da pesquisa (fotografias, cartas, contratos, entre outros).

A base metodológica para essa pesquisa será a história oral “a fonte oral se constitui como base primária para a obtenção de toda a forma de conhecimento, seja ele científico ou não” (GONÇALVES, LISBOA, 2001, p. 85). Essa forma oral é uma das mais ricas fontes humana de transmissão do conhecimento. A história oral fornece aos indivíduos, que naturalmente foram excluídos da história oficial, uma chance de deixar registrada a sua visão sobre o mundo e sobre a participação de seu grupo na construção da sociedade. Saindo assim da invisibilidade total. “A história oral tem desvendado questões outrora obscuras a partir da investigação da realidade desses sujeitos, das suas ações e relações que se ocultam nas estruturas sociais” (GONÇALVES, LISBOA, 2001, p. 85). Segundo Meihy, Holanda (2011, p. 124) em história oral, “mais do que a verdade comprovada e aferível, o que se busca é a variação das narrativas em suas evidências, inexatidões e deslocamentos. Se isso é válido em termos individuais, no coletivo ganha dimensões ainda mais relevantes”.

Os dados obtidos durante a execução do projeto serão analisados segundo o referencial metodológico numa perspectiva Construcionista Social, essa perspectiva “aparece no campo da pesquisa qualitativa, criticando a ciência tradicional, num desafio de superar suas formas de concepção, como a busca pela verdade absoluta e a representação objetiva do mundo” (BORGES, 2002, p. 44) e essa “análise de documentos pode se caracterizar como instrumento complementar ou ser o principal meio de concretização do estudo, como é o caso da investigação historiográfica” (PIMENTEL, 2001, p. 191).

Para atingir os objetivos a dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo trará a questão dos principais autores sobre as barragens e mulheres e como essa questão de gênero entra no debate do MAB. A história da construção das barragens no sul do Brasil será abordada também nesse capítulo. Abordando também a questão das teorias que embasam a luta das mulheres, trazendo conceitos importantes para o debate como ecofeminismo, soberania alimentar e as teorias dos movimentos sociais. Esse capítulo é a base teórica para a dissertação, pois trará uma abordagem específica que afirma que as mulheres iniciam a sua atuação nos movimentos clássicos e também híbridos com uma pauta específica de segurança alimentar. Além da busca pela posse da terra, as mulheres procuram manter a qualidade de vida e de alimentação. Isso dará luz as questões levantadas nesse trabalho. Importante destacar que apesar das teorias serem estudadas separadamente, todas elas atuam juntas e não é possível percebê-las individualmente.

O capítulo dois trará a historiografia do Movimento dos Atingidos por Barragem desde o seu princípio até meados dos anos 2000. As importantes conquistas dos movimentos estarão em debate assim como as grandes artimanhas das empresas construtoras de barragens. De forma central tem a privatização da Eletrosul e a modificação da relação empresa e atingido. Nunca foi fácil ser atingido, mas com a privatização as dificuldades tornam-se bem maiores e na mesma proporção cresce a negação dos direitos. Com isso, é necessária uma maior mobilização e ações mais firmes, em alguns momentos, para conseguir e garantir os direitos negados.

O último capítulo vai trazer as questões mais contemporâneas do MAB, como a discussão sobre gênero e como essa pauta transformou o movimento internamente e transformou as outras pautas do movimento. A questão da discussão sobre o modelo energético e também o diálogo com as pessoas atingidas nas cidades. A entrada para a Via Campesina foi o estopim para o acréscimo dessas visões. Além disso, o capítulo tratará dos desafios que se colocam no caminho e as principais conquistas nesse novo cenário contemporâneo, como a discussão do modelo energético que afeta as pessoas do campo e da cidade e a questão LGBT, que passa a ser um assunto importante para o movimento.

## 1. MOVIMENTOS SOCIAIS, BARRAGENS E MULHERES.

Para entender como isso tudo ocorreu na região é necessário voltar ao período do golpe civil militar.

Nesse primeiro capítulo apresentam-se no primeiro item a historiografia dos primeiros anos do golpe militar onde houve um recesso econômico e obrigou o governo de Castelo Branco a fazer reformas estruturais e políticas de combate à inflação levando a economia brasileira a patamares de expansão econômica. Porém essa expansão gerou uma grande industrialização e urbanização no país, consequentemente resultando um aumento da demanda por energia. Posteriormente essa demanda foi agravada pela crise do petróleo. Esses eventos foram decisivos para que o governo brasileiro concentrasse sua atenção aos projetos hidrelétricos no país, tanto que em 1974 foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento que trazia como prioridade a hidreletricidade como alternativa para a crise do petróleo (ROCHA, 2014). principais linhas teóricas sobre a participação das mulheres nos movimentos sociais, em especial no Movimento dos Atingidos pelas Barragens (MAB). Procurando relacionar a atuação das mulheres nos movimentos sociais com as principais pautas femininas dentro dos movimentos clássicos e dos Novos Movimentos Sociais (NMS). Além dos principais teóricos sobre barragens, movimentos sociais e mulheres.

O segundo item traz um resgate das principais teorias dos movimentos sociais que influenciaram e influenciam os movimentos sociais. A teoria da mobilização dos recursos (MR) que articula uma visão utilitarista com questões individuais dos agentes sociais. Para os teóricos que dão suporte a essa teoria, a participação dos indivíduos nos grupos ocorre porque eles são racionais e essa decisão é um ato de liberdade individual. Os autores chegam a uma nova definição partindo do Conceito de Movimentos Sociais (SMO) e chegando ao conceito de Indústria de Movimentos Sociais (SMI), no sentido de que os movimentos tendem a se interessarem por pautas amplas e comuns a outros movimentos sociais.

O item apresenta também a teoria da Mobilização Política (MP), onde os movimentos passam a ser vistos sob uma nova ótica, além disso, novos movimentos sociais passam a ser vistos como objetos de estudo. Para além da ótica econômica, a análise considera outros aspectos da vida social: recursos sociais, contexto político e relações políticas. Chegando ao conceito de *frames* e *master frames* (SNOW, 1986); (SNOW; BENFORD, 1988, 1992) que são respectivamente uma moldura pela qual os movimentos se baseiam, e *master frames* é mais

amplo, no sentido macro, relacionando com a ideia de “ciclo de protestos” (TARROW, 1994) que é o momento de conflitos e disputas sociais e que há uma rápida organização social.

E na parte final do subcapítulo tem a teoria dos Novos Movimentos Sociais (NMS) com as suas principais premissas para entender a modificação dos movimentos sociais clássicos. Trazendo a novidade da questão da identidade que se forma no processo de reivindicação e o tema cultural também é de grande valor para entender os processos pela ótica da teoria dos NMS. Também uma tentativa de pensar numa teoria dos movimentos sociais para a América Latina que tem o subdesenvolvimento como uma das principais características além da atuação ativa da Igreja através da Teologia da Libertação (TL), nunca perdendo o foco dos movimentos sociais latinos que é uma luta de classes na sociedade extremamente dividida pelo capitalismo. Os movimentos feministas são a força motriz dessa luta que desde sempre acontece, porém nem sempre de forma contínua. É necessário e extremamente importante destacar que apesar das teorias serem estudadas em separado, na prática, elas acontecem de forma simultânea, como será explicitado posteriormente. Uma teoria aparecer num determinado momento, não exclui a possibilidade das outras teorias acontecerem simultaneamente. Então, as teorias não são excludentes e podem ser vistas juntas no mesmo período de tempo.

A importância das pautas feministas é tão grande que foi capaz de modificar os movimentos clássicos e híbridos como Movimento dos Sem Terras (MST) e Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), fazendo com que suas questões tradicionais sejam baseadas também pela ótica feminina.

O terceiro item traz a relação entre ecofeminismo e segurança alimentar. As principais discussões perpassam a relação de dominação masculina sobre o meio ambiente e sobre a mulher. Como consequência disso, chega-se a uma destruição ambiental onde as economias agroecológicas estão desaparecendo dando lugar ao agronegócio. Esse item traz uma discussão teórica com uma das principais teóricas do ecofeminismo, Vandana Shiva (1988), e segurança alimentar com a Siliprandi (2012; 2015). Além disso, uma correlação entre ambas as teorias e a luta das mulheres no movimento que é o objeto de estudo.

O quarto item traz um resgate histórico da luta das mulheres em busca da segurança alimentar e também pelo acesso à terra. Para isso buscou-se a base para que esse envolvimento fosse concretizado, a participação das mulheres nos sindicatos e a sua luta para serem ouvidas. A reforma agrária foi um momento marcante para que essa autonomia ocorresse, contudo, percebe-se que existiu uma grande dificuldade por parte da reforma de reconhecer a mulher como um agente com direitos plenos. A participação das mulheres torna-se uma realidade nos

movimentos sociais rurais e urbanos. Então, as mulheres começam a realizar atividades de visibilidade como a marcha das margaridas no Brasil (2000; 2003; 2007; 2011; 2015) e a marcha mundial de mulheres (1995; 2005; 2010) em diferentes partes do mundo. Isso ocorre na tentativa de mostrar para a sociedade os desafios das mulheres na sociedade e para buscar novas formas de relacionamento entre indivíduo e natureza, uma relação de não dominação, mas de cooperação.

### **1.1 O PLANO DO GOVERNO - BARRAGENS**

No final da década de 1970 o parque gerador brasileiro estava em estágio avançado, pois já existiam, muitas UHEs instaladas no país: UHEs de Paulo Afonso, Três Marias, Furnas, Itaipu, Sobradinho, Tucuruí, Salto Osório e Salto Santiago (ROCHA, 2014). De acordo com o discurso do estado, a Bacia do Rio Uruguai possui uma “vocação hidrográfica”, pois sua geografia favorecia a queda d’água para geração de energia através das barragens e reservatórios (ROCHA, 2013, p. 82-86).

A partir da década de 1960 começou os primeiros estudos de viabilidade energética na bacia do rio Uruguai. De acordo com Rocha (2014) essa iniciativa se deu através das parcerias público-privada com consórcios internacionais tendo o apoio das Nações Unidas. Assim formaram o “consórcio Canadense-Americano-Brasileiro (CANAMBRA)” (ROCHA, 2014, p.42). Assim o CANAMBRA foi o primeiro trabalho que estudava a capacidade energética da bacia do Uruguai. Mas, esses estudos não se concretizaram e tornaram-se um marco para os próximos estudos de viabilidade da bacia, que viriam nos anos posteriores. Em 1969 surgiu a Eletrosul, subsidiária da Eletrobras, e sua principal função era o “planejamento, instalação e operação de hidrelétricas nos três estados do sul” (ROCHA, 2014, p.43).

A partir desse momento, segundo Rocha (2014) a Eletrosul elaborou estudos de aproveitamento, (anexo B), primeiramente, da Bacia do Paraná, depois do potencial do Rio Uruguai e Peperi-Guaçu. Em 1979 a Eletrosul atualizou os estudos sobre o potencial elétrico da Bacia do Uruguai e apresentou o plano para a construção de 25 barragens na Bacia, sendo que dessas 22 seriam em território nacional e 3 em território internacional na fronteira com a Argentina (ROCHA, 2019). Diferentemente dos estudos do CANAMBRA, os estudos da Eletrosul deram uma importância para as questões sociais e as consequências que as construções gerariam nas populações atingidas, ao meio ambiente, no espaço físico-territorial,

considerando todos os agentes afetados nesse processo. Nesse momento acontecia no Brasil um aumento da demanda por energia elétrica (MAB, 2008).

A primeira que começou a ser construída, na bacia do Uruguai, é a barragem de Machadinho, em 1982, e a segunda é a de Itá, porém com as mobilizações e reivindicações, essa ordem é invertida e a UHE de Itá passa a ser construída primeiro que a UHE de Machadinho. De acordo com Seminotti (2008, p.74), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) surge a partir da criação da Comissão Regional de Atingidos por Barragens, a CRAB, em 1979. A criação dessa Comissão Regional de Barragens (CRAB), para Rocha, Oliveira (2018) foi o marco oficial para a organização administrativa e estrutural do MAB. Esse evento ocorreu em Concórdia/SC em 1979 reunindo, aproximadamente, 350 agricultores familiares.

O objetivo desta comissão era a defesa dos direitos dos agricultores junto ao estado e as empresas que desenvolveriam estes projetos. A organização desse movimento foi bem sucedida graças ao desempenho de agentes pastorais da Igreja Católica através da teologia da libertação, de professores Universitários de um programa de extensão rural vinculado à Fundação Alto Uruguai para pesquisa e ensino superior (FAPES), sindicatos e ONGs e segundo Moraes (1996) foi o trabalho de alerta que deu ao movimento um diferencial: “o fato de ter-se organizado antes mesmo do anúncio oficial do projeto” (MORAES, 1996, p. 141). Para Rocha, Oliveira, (2018) o movimento social se consolidaria com a iminente instalação das Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho, divisa entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

O MAB é considerado um movimento social clássico onde o foco era “as lutas sociais do movimento operário, predominando a abordagem marxista nas análises”. Os teóricos têm uma dificuldade em teorizar os movimentos sociais porque eles surgem e desenvolvem-se dentro de espaços “não consolidados das estruturas e organizações sociais” e muitas vezes os movimentos sociais surgem para questionar as “estruturas e propondo novas formas de organização à sociedade política” (GOHN, 2014, p.21). Mas podemos perceber que, apesar de ser um movimento social clássico, o MAB é híbrido porque tem na sua atuação a questão identitária que é fruto da Nova Teoria dos Movimentos Sociais.

Ao longo do processo o Movimento teve que passar por diversas modificações, de acordo com as necessidades existentes naquela época. Essa mudança nas “arenas”, que o MAB precisou fazer, foi essencial para a continuidade da unidade do movimento: “outra dimensão importante de transformação do MAB ao longo do tempo diz respeito à questão discursiva ou simbólica” onde no princípio o movimento era uma “mobilização de colonos na bacia do rio Uruguai” e foi se transformando chegando ao ponto de ser um movimento “articulado

nacionalmente e que congrega em suas fileiras uma gama de categorias sociais de atingidos” (ROCHA; OLIVEIRA, 2018, p.51). Essa mudança sinaliza a inserção de novas arenas de disputas, o movimento passa de uma luta contra as barragens para uma luta de um novo modelo energético, trazendo a questão de gênero para o debate. Mas, uma pauta não exclui a outra, são pautas que se unem e vão modificando a face do movimento.

Esses novos cenários de atuação fizeram com que o movimento olhasse com mais atenção para a questão de gênero. Segundo o MAB (2015, p. 37) “as mulheres são a parcela da população que mais sofre com a construção de barragens. É necessário deixar claro para todas as companheiras e companheiros por que chegamos a esta compreensão [...]”. As mulheres são as que mais são atingidas porque elas são “afetadas pelas desigualdades de gênero, pela situação das desigualdades sociais, tem sua situação de violação agravadas pela construção das barragens” (MAB, 2015, p.42). De acordo Com Marques, Frigo, Scalabrin, Omoto, Matias, (2015, p.7) o desrespeito é enorme e a “discriminação das mulheres, é ampliada”, pois a valorização do trabalho é dada por “apenas o que é produzido pelo trabalho assalariado”, ou atividades produtivas e as atividades reprodutivas não são valoradas economicamente, “cabeleireiras, manicures, doceiras e salgadeiras, costureiras, etc., não são reconhecidas”. Deste modo, não recebem reparações pela destruição e desagregação destas atividades, durante o deslocamento compulsório.

Uma das principais pesquisadoras do tema barragens e mulheres é Alexandra Martins Silva que trabalha na sua dissertação de mestrado em Sociologia os impactos das grandes construções de barragens na vida das populações atingidas, especialmente na vida das mulheres. Com o discurso de desenvolvimento, as exclusões sociais aumentam com os grandes empreendimentos hidrelétricos. Para Silva (2007) as mulheres são as principais atingidas por essas construções, pois essas mulheres vivenciam a degradação ambiental, a perda da terra, da moradia. Tudo isso impacta de forma profunda e permanente na vida dessas mulheres atingidas. Para a autora, a mobilização social é fundamental para entender os processos de resistência frente aos grandes projetos hidrelétricos.

Moraes (1996) debate como se organizou um movimento social de resistência às barragens e expõem os principais mediadores desse movimento: os agentes pastorais da Igreja Católica e Luterana (IECLB), professores da FAPES, sindicatos e de ONGs. O trabalho, que recebeu o título: “No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens”, que demonstra a importância e a influência da organização interna na atuação externa do movimento. A atuação desses agentes no processo de instalação da hidrelétrica em

questão, na bacia do Uruguai, trouxe uma questão importante, a participação democrática no âmbito interno no Movimento de Atingidos por Barragens. A autora sustenta que o ambiente interno dos movimentos influencia na sua atuação externa. Afirma ainda que o movimento precisa estar preparado para uma mudança mais profunda, uma questão de identidade, a de trabalhador rural, que tem problemas imediatos e palpáveis.

Além dessas autoras citadas acima, têm o trabalho de Boamar (2003) que foi feito pela ótica de entender o processo de construção de hidrelétricas minimizando os efeitos negativos e destacou os aspectos positivos das construções, através dos empreendedores e sob o objetivo de desenvolvimento regional. O grande diferencial da obra de Boamar é o destaque na possibilidade de ganho para a comunidade local com a construção da usina. É importante perceber a importância dos benefícios da obra para a região, mas é de igual forma importante analisar de que forma os agentes sociais influenciam e são influenciados nesse processo, levando em consideração os conflitos dos projetos políticos opostos.

Outra importante teórica sobre Movimentos Sociais é Scherer-Warren (2011) com o trabalho intitulado “Redes de movimentos sociais”, a autora não centra sua análise somente sobre a questão das barragens. A concepção de rede de movimentos sociais é essencial para entender o envolvimento dos agentes na construção de uma UHE com outros agentes sociais: igrejas, ONGs, sindicatos, etc. A relação expressa nesse trabalho traz para o campo do debate a questão do legal e legítimo, sendo o que embasa as ações dos empreendimentos e dos movimentos sociais.

Um importante autor para o debate sobre as hidrelétricas e relações de poder é Rocha (2013) com o trabalho “Relações de poder na instalação de hidrelétricas”, o autor trabalha a questão da importância da energia elétrica e como que a sua geração afeta diretamente a vida das comunidades atingidas pelas construções das UHEs. A instalação dessas UHEs traz relações de poder entre os diferentes agentes sociais envolvidos. A desigualdade nas relações de poder faz com que os empreendedores tenham força para construir os empreendimentos, mesmo com a contrariedade das populações atingidas. O antagonismo dos projetos é destacado pelo autor. Para Rocha há dois projetos que se opõem: o neoliberal, que é conduzido pelo consórcio e o democrático participativo, defendido pelo MAB. O autor relaciona os agentes envolvidos na rede social num campo social com diversos aspectos como político, social, econômico e ambiental. Assim, nesse campo se estabelece os conflitos e alianças entre os agentes. Nesse cenário de diversos agentes têm a questão da mulher, que não é o tema abordado pelo autor,

mas que necessariamente para compreender a questão da mulher, é necessário entender e perceber como as relações de poder ocorrem no campo social da construção das barragens.

A questão de gênero ganhou um espaço importante no movimento, a partir do momento em que o MAB se integra a Via Campesina, um movimento internacional em defesa da agricultura que será melhor detalhado nos próximos capítulos. Mesmo antes da entrada na Via Campesina, dentro do MAB já existiam ações, planejamentos e formações internas sobre a questão de gênero. A Via Campesina tem uma estrutura organizacional bastante simplificada. De acordo com Vieira (2014) essa estrutura simples unida a uma pauta bem delimitada tem sido importante para algumas conquistas dos últimos anos. A Via Campesina precisa encontrar formas de resistir às táticas do capital e organizar-se para defender os direitos dos mais pobres, para isso “aciona temas contemporâneos com as questões de gênero e o meio ambiente, utilizando, inclusive, estratégias de divulgação emprestadas das ONGs e redes transnacionais das quais busca se diferenciar” (VIEIRA, 2014, p. 206). Mesmo com todas essas novas pautas que o movimento incorpora na sua agenda, não abre mão e nem descarta outros aspectos importantes como o de “mobilização das massas, o trabalho com as bases dos movimentos e, tampouco, abandona a questão de luta de classes” (VIEIRA, 2014, p. 206).

Também é nesse cenário que a questão de gênero passa a ser uma categoria de análise, a partir das lutas feministas da década de 70. Nesse momento algumas historiadoras começam a dedicar-se para criar uma base teórica para essa nova categoria que surge. Enquanto não se tinha clareza dessa nova categoria as pesquisadoras associavam a questão de gênero a outras possibilidades de análises. Mas, todas com limitações, pois não representavam a totalidade do tema.

J. Scott faz uma reflexão sobre o alcance do termo gênero na historiografia. É importante atentar para a ideia a qual o termo se referia ele que é o aspecto relacional das feminilidades (SCOTT, 1988). A pesquisadora, quando analisa pela ótica de gênero, as ações e transformações dos indivíduos no tempo e no espaço precisa incorporar na sua análise a ideia de que “a realidade histórica é social e culturalmente constituída” e através disso percebe-se “a existência de processos históricos diferentes e simultâneos” (MATOS, 1998, p. 70). Assim atenua a possibilidade de uma análise distorcida do papel das mulheres.

Olhar para a história e pesquisar, o que antes não era objeto de estudo, é transformar a forma de percepção da história a partir das mudanças sociais do presente. Para Colling (2004) quando se faz história das mulheres está reconstituindo muitos problemas como a questão do poder e do pensamento simbólico, a marginalização e o esquecimento. Por isso a importância

em quebrar esses paradigmas históricos, para revelar a história que foi esquecida. Também é por isso, que se faz extremamente necessário, olhar para as relações sempre tendo o cuidado de não cair “na tentação de fantasiar e de idealizar” (JARDIM; PIEPPER; 2010, p. 91).

A história passa por diversas transformações ao longo do tempo, uma das mais importantes, é quando ela passa a ser considerada ciência no século XIX. A partir de então, a história adquiriu métodos de interpretações e abordagens teóricas e o historiador passou, a partir desse momento, a ser considerado um acadêmico. A ideia de que a história passa a ser um campo de estudo da humanidade no tempo surge nos escritos de Marc Bloch. Há uma mudança de paradigma. A História então, com essas novas abordagens “estuda o homem no tempo e no espaço” (BARROS, 2013, p. 138) e esse conceito foi modificando o objeto de pesquisa da história, importante destacar que o termo homem significa humanidade. O objeto de análise do historiador passa, a partir disso, a analisar as ações e transformações do homem, dentro de um tempo e de um espaço. Esse espaço, não necessariamente, tem que ser físico, mas é essencial para exercer o poder. A escola de *Annales* traz um importante referencial teórico para o estudo de espaço, contrapondo com as ideias da Escola de Geografia Alemã com o seu principal pensador Friedrich Ratzel. Para os pensadores de *Annales* a noção de espaço não pode ficar estritamente relacionada com a materialidade física, ou seja, definir espaço como apenas geográfico.

A história é uma prática social e científica ao mesmo tempo, sendo fruto do trabalho dos historiadores. Por isso é essencial entender que não se pode aceitar uma determinada história como sendo a única, a verdadeira, a história é decorrente da posição que o historiador ocupa naquele momento (PROST, 2015). Para Marc Bloch, a vontade e o desejo do ser historiador vem antes do próprio conhecimento ou formulações científicas, “antes do desejo do conhecimento, o simples gosto; antes da obra de ciência, plenamente consciente de seus fins, o instinto que leva a ela: a evolução de nosso comportamento intelectual abunda em filiações desse tipo” (BLOCH, 2001, p. 43).

A tarefa do historiador tende a ser dificultada por causa do objeto de análise, pois o mesmo está sempre em movimento e num determinado espaço temporal (que não necessariamente é estático). Essa dificuldade com a investigação científica do objeto não pode fíndar o ‘encanto’ que o indivíduo tem pela historiografia. Para Bloch a ciência “nos parecerá ter algo incompleto se não nos ajudar, cedo ou tarde, a viver melhor” (BLOCH, 2001, p. 45). Apesar de ter esse sentido de satisfação pessoal, a história como ciência é extremamente rigorosa em seus métodos. Bloch elucida na sua obra, que para não gerar dúvidas, os métodos

utilizados são os mesmos métodos que as outras áreas científicas utilizam para fazer ciência e isso inclui uma análise minuciosa.

O estudo da história requer uma análise dos cenários nos quais os agentes estão inseridos. A temporalidade é uma variável importante nessa análise. O estudo da temporalidade rompe com a ideia primitiva de que a história analisa apenas o passado dos agentes, “o que ela estuda na verdade são ações e transformações humanas (ou permanências) que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo, mais longo ou mais curto” e esses estudos “que se referem à vida humana numa diacronia – isto é, no decurso de uma passagem de tempo – ou que se relacionam de outras maneiras [...]” (BARROS, 2013, p. 136).

É necessário revisitar o passado para compreender as certezas e incertezas. Por isso, que se utiliza a noção teórica de história do tempo presente. Já que, muitas das narrativas que serão tratados ao longo desse trabalho, são da última década. O momento atual é de adquirir uma consciência, por parte do historiador, de que a escrita não é apenas uma imitação passiva do que aconteceu, mas que a escrita resulta de uma:

[...] tensão entre, de um lado o desejo de perceber o que aconteceu, como aconteceu, como encorajava o historiador alemão no século XIX Leopold Ranke e, por outro lado, o questionamento que emana do presente do historiador. Este último deve viver esta tensão evitando dois obstáculos: por um lado se limitar a uma curiosidade antiquizante (o antiquário erudito, fechado no passado) e, por outro lado, ele deve evitar cair nas tentações de anacronismo que podem ter um grande interesse heurístico, mas que podem também ser a fonte de uma atitude indiferente à estranheza do passado e, como tal, marcaria o que Lucien Febvre denominou pecado imperdoável do historiador (DOSSE, 2012, p. 12-13).

A história do tempo presente leva o historiador a explicitar o seu lugar de fala e como, através desse lugar, a sua realidade é construída. A partir disso, perceber como as perguntas, para as respostas do passado, podem ser rediscutidas. Sempre tendo o cuidado de não tentar explicar acontecimento do passado através da realidade do hoje, do agora, apesar de que muitas vezes as testemunhas, ainda vivas, podem contribuir para a construção das narrativas, “assim, essa História é uma história ‘sob vigilância’, a de testemunhas que podem contestar os registros históricos nos quais não se reconhecem, o que torna ainda mais necessária uma estrita articulação entre História e memória” (DOSSE, 2012, p. 15).

As fontes orais são as preferências dos historiadores que buscam essa história de um passado que não está morto, que ainda consegue ser revisitado por pessoas que dele fizeram parte. Mas, tem que cuidar para não reduzir a história do tempo presente como exclusivamente baseado na memória através das fontes orais. Assim como definiu Hannah Arendt pode-se

definir o “tempo não é um contínuo, um fluxo de ininterrupta sucessão; é partido ao meio, [...] não é o presente, na sua aceção usual, mas, antes, uma lacuna no tempo, cuja existência é conservada graças à "sua" luta constante, à "sua" tomada de posição contra o passado e o futuro” (ARENDDT, 1979, p. 37).

O Espaço é outra variável importante no estudo da história. As transformações que os agentes fazem estão num tempo e espaço definido. Esse espaço, não necessariamente é físico, mas pode ser também político, cultural, imaginário ou até mesmo um *ciber espaço*. A interdisciplinaridade da história com outras ciências ajudou a entender e reformular a concepção de espaço “como um campo de forças que pode inclusive reger a compreensão das práticas discursivas” (BARROS, 2013, p. 139).

Pode-se entender documentos a partir de Jacques Le Goff que analisou a intenção dos documentos afirmando que “o documento não é inócuo. É, antes de qualquer coisa, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também de épocas sucessivas durante as quais continuou a viver [...]” (LE GOFF, 2003, p. 538). Com isso o teórico consegue desmistificar a ideia de que o documento escrito é necessariamente o mais fidedigno a realidade, trazendo para o debate o estudo e análise desse documento, contexto, intenção e outras características importantes. Jacques Le Goff afirma ainda “o documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente” (LE GOFF, 2003, p. 538).

Assim sendo, documento histórico ficava a partir do século XX, definido de acordo com a vontade de Bloch que dava o status de “documento histórico a tudo que contivesse a possibilidade de vislumbrar a ação humana” (KAMAL; TATSCH, 2012, p.15). Apesar dessa ampliação da noção de documento histórico, não se pode perder de vista a definição clara de que documento histórico não é qualquer coisa. Nem tudo pode ser considerado documento histórico. Essa valorização da fonte não tradicional fez com que o olhar para a fonte tradicional modificasse e com isso novas interpretações e conclusões surgem das mesmas fontes tradicionais.

A partir dessa definição de documentos, pode-se entender, que todo documento é importante para analisar a temática: mulheres e barragens. Alguns documentos oficiais que demonstram um ponto de vista, um objetivo, sejam por parte da hidrelétrica ou por parte do MAB. E ainda são importantes aqueles documentos não oficiais que demonstram uma outra via sobre a questão em estudo.

Segundo Malerba (2009) a historiografia moderna, é modificada pela força da globalização, e está olhando atentamente para questões que são próprias desse século, dentre essas questões está o gênero e a história feminista, que cresce exponencialmente dentro dessa nova historiografia. Essa nova ótica, sobre gênero ajuda a historiografia a finalizar a dicotomia entre passado e presente e também ela é fundamental para que se entenda que é necessário ampliar o objeto de estudo histórico “[...] levando a descoberta de temporalidades heterogêneas, ritmos desconexos, tempos fragmentados e descontinuidades, descortinando o tempo imutável e repetitivo ligado aos hábitos, mas também o tempo criador, dinâmico e das inovações [...]” (MATOS, 1988, p. 69).

## **1.2 HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

A mudança social é fruto da mudança de comportamento dos indivíduos da sociedade. Essa mudança ocorre quando os indivíduos estão descontentes da realidade em que vivem ou ainda sofrem com a ausência de algum serviço ou produto básico para a vida humana com dignidade. Então, para mudar esse cenário da sociedade, surge a necessidade de organizar várias pessoas com os mesmos problemas ou problemas similares para reivindicar frente ao governo ou outro responsável por aquilo que está em falta.

Surgem, então, os movimentos sociais focados nos indivíduos, quase sempre para aqueles que estão à margem da sociedade, mas também alguns movimentos sociais que lutam para manter privilégios e benefícios das classes altas (movimentos sociais de direita) e o principal objetivo dos movimentos sociais e a mudança da ordem social vigente. Essas mudanças sociais ocorrem de forma lenta, e essa lentidão leva a uma insatisfação por parte de alguns indivíduos levando a sociedade a uma instabilidade e esse cenário de instabilidade é essencial para o surgimento dos movimentos sociais, os movimentos então são frutos de sociedades em reorganização. A marginalidade está quase sempre presente na origem dos movimentos. Até mesmo os movimentos de direita que visam aumentar o poder e diminuir direitos dos mais pobres, quando se organizam é porque a marginalidade está presente entre seus membros.

Para entender como os movimentos sociais, como o MAB, surgiram organizaram-se e passaram a dar destaque ao protagonismo feminino é necessário percorrer, rapidamente, a trajetória teórica que sustenta os Movimentos Sociais. A proposta deste sub capítulo é abordar de forma genérica as principais teorias que surgiram e como elas influenciaram direta e

indiretamente na participação feminina dentro dos movimentos sociais, sempre trazendo para o debate a questão da não exclusão, ou seja, uma teoria não exclui, necessariamente, a outra.

### 1.2.1 Teoria da Mobilização de Recursos (MR)

Essa teoria surge no contexto social de transformações políticas nos anos 1960 na sociedade norte-americana, diversos movimentos estavam surgindo como os dos direitos civis, contra a guerra no Vietnã, os feministas, entre outros, com militantes oriundos de diversas camadas sociais da população (NUNES, 2014). A teoria da Mobilização de Recursos (MR) rejeitou “a ênfase que o paradigma tradicional dava aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos, assim como o *approach* eminentemente psicossocial dos clássicos centrados nas condições de privação material e cultural dos indivíduos” (GOHN, 1997, p. 49). O foco explicativo, dentro dessa teoria da MR, mudou. Não mais a psicologia foi usada para explicar as ações coletivas, mas também mudou a análise centrada no comportamento dos indivíduos e coletivos. Essa mudança ocorreu porque o prisma adotado pelo paradigma clássico era o de analisar as ações sob a ótica “do comportamento irracional das massas” (GOHN, 1997, p.49).

Oslo estudou os indivíduos através dos grupos de interesse através da principal variável de análise da MR que é a arrecadação de recursos humanos, financeiros e de infraestrutura variada. Acredita-se que os membros de um grupo qualquer possuem interesses/objetivos comuns, e partindo da hipótese de que todos eles ficariam numa situação melhor se esses objetivos fossem alcançados, “logicamente os indivíduos desse grupo irão, se forem pessoas racionais e centradas nos próprios interesses, agir para esse objetivo” (OSLON, 1999, p. 14, *apud*, LAZZARETTI, 2014, p. 148.). Oslo acredita que um indivíduo só entra para um grupo porque existe possibilidade de conseguir algo, por isso uma ação individual é ineficaz frente a uma ação coletiva na defesa dos interesses individuais.

McCarthy e Zald foram os autores que mais contribuíram para, na primeira fase da MR, explicar os movimentos sociais. Para esses autores, um movimento social não surge naturalmente, mas ele é “é uma organização complexa, ou formal, que identifica seus objetivos com as preferências de um movimento social ou um contra movimento e tenta implementar

essas metas”<sup>12</sup> (McCARTHY; ZALD, 1977, p. 1218, tradução nossa). Um SMO (Social Movement Organization) procura recursos para se organizar. Os recursos são essenciais para o engajamento no conflito e por isso eles devem ser utilizados para fins coletivos e por isso entender os recursos é essencial para entender a forma de organização.

McCarthy e Zald (1977) afirmam que, para compreender a atividade do movimento, é necessário considerar o estudo da importância da arrecadação de recursos (dinheiro e trabalho), para utilizar em fins coletivos, pois eles são necessários para o engajamento no conflito. Essa arrecadação exige uma estrutura organizativa dentro do movimento e também a eficácia do movimento se explica pelo engajamento dos indivíduos fora no público que o movimento contempla. Além disso, é importante ter cuidado com os “custos e recompensas na explicação do envolvimento individual e organizacional na atividade do movimento social [...]”<sup>3</sup> (McCARTHY; ZALD, 1977, p. 1216, tradução nossa).

Como os autores expuseram pode-se entender que os indivíduos engajam-se nos movimentos sociais com objetivos individuais, mas que são coletivos com a maioria dos indivíduos dos movimentos. E com uma forma mínima de organização estrutural as lideranças direcionam os recursos para o cumprimento dos objetivos coletivos do grupo. O envolvimento ou não dos indivíduos pode explicar o sucesso ou fracasso do movimento social. Os autores avançam na ideia de SMO chegando a um novo conceito de Indústria dos Movimentos Sociais, SMI, “todos os SMOs que têm como meta a obtenção das preferências mais amplas de um movimento social constituem uma indústria de movimento social (SMI) – o análogo organizacional de um movimento social”<sup>4</sup> (McCARTHY; ZALD, 1977, p. 1219, tradução nossa). SMI é o momento em que diferentes movimentos sociais se identificam com pautas mais amplas e que são comuns a outros movimentos. Que para Rocha (2019, p. 84) a indústria (SMI) teve como uma grande fornecedora de matéria prima política “desenvolvimentista do

---

<sup>1</sup> Todas as citações diretas que serão utilizadas em outro idioma estarão ao longo do texto traduzidas e o original será colocado em nota de rodapé para conferência do leitor.

<sup>2</sup> “is a complex, or formal, organization which identifies its goals with the preferences of a social movement or a countermovement and attempts to implement those goals”.

<sup>3</sup> “to the importance of costs and rewards in explaining individual and organizational involvement in social movement activity [...]”.

<sup>4</sup> “all SMOs that have as their goal the attainment of the broadest preferences of a social movement constitute a social movement industry (SMI) -the organizational analogue of a social movement”.

governo brasileiro a partir da década de 1960” com a “instalação de usinas hidrelétricas de energia (UHE)”.

Com isso, nota-se que, na gênese da história do MAB, tem-se um movimento voltado para arrecadação de recursos com o objetivo de financiar os atingidos para que os mesmos conseguissem ir para a luta. Diversos recursos eram mobilizados como água, alimentos, dinheiro, lonas para as barracas, pessoas em especial. A mulher, nesse contexto de início das mobilizações contra as barragens, não estava angustiada com a questão de gênero, apesar de sofrerem as consequências da sociedade machista, mas com a perda iminente da terra. A pauta principal era a defesa da terra que estava sendo alagada para a construção das hidrelétricas e as mulheres estão nessa luta comum a todos. A questão de gênero passará a ser uma pauta com a evolução sociedade para essa questão, o movimento acompanha a sociedade e é influenciado e influencia a mesma.

A presença das mulheres nos movimentos sociais clássicos se deu, não exclusivamente, pela pauta de gênero, como afirmado anteriormente, mas pela luta de direitos que estavam sendo suprimidos. Na luta por direitos é que surge a necessidade de discutir esses direitos na perspectiva de gênero. Mas, a categoria gênero, não foi o motivador para a mobilização. A mobilização de recursos dessas mulheres, do MAB, é: manter a propriedade enquanto seu esposo está presente nas reuniões e mobilizações, assim mantém a renda familiar; estar na linha de frente das mobilizações; preparar materiais de apoio como cartazes e panfletos. O capítulo 2 trará de forma mais completa essa questão da entrada com mais ênfase da participação da mulher no MAB, abordando a forma de participação e sua relação com a luta pela terra.

### **1.2.2 Teoria da Mobilização Política - MP**

Os movimentos começam a ser analisados não mais pela lógica economicista, como foi na MR, e passa a considerar o processo político, a cultura, como um campo de análise, foram resgatadas e incluídas as ações coletivas na interpretação das ações dos movimentos. Essa nova lógica oportunizara analisar os movimentos não somente pela questão econômica, mas também pelos muitos aspectos que envolvem os movimentos sociais, como a linguagem, as ideias, os símbolos, etc, (GOHN, 1997).

Os movimentos passam a serem revisitados e analisados pela teoria da Mobilização Política (MP) com uma nova abordagem e com isso novos movimentos surgem e passam a ser

objeto de análise, entre ele: os feministas. A partir de então, com a impossibilidade de analisar os movimentos pela ótica econômica, as análises deram ênfase nos recursos sociais das comunidades, contexto político e também para as redes de relações políticas. Os recursos, para os movimentos sociais, deixam de serem apenas os econômicos e agora são incluídos aqueles atos não convencionais. A teoria da Mobilização Política (MP) reintroduz ao campo de análise a questão cultural que se aproxima da perspectiva de Durkheim onde ele afirma que cultura é construída por representação, valorizando na análise o grupo como um todo e não indivíduos em separado.

Existem três conceitos que são as bases da teoria da MP: mobilização de estruturas, *frames* e oportunidades políticas. Ciclos de protestos e Oportunidades políticas é uma definição construída dentro da perspectiva da MP. As análises dos movimentos sociais pela ótica dos ciclos de protestos contribuem para entender o movimento social através do sistema político. Segundo Tarrow (2009, p. 182), um ciclo de protesto é: “[...] como uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para os menos mobilizados; [...]” tendo com isso um “ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; [...]” e esses confrontos que se disseminam produzem uma vantagem temporária por parte dos indivíduos que questionam, assim sendo, superam as dificuldades da base de recursos. A partir dessa vantagem o Estado cria reações repressivas ou facilitadoras gerando “resultados gerais” maiores dos “resultados de um agregado de eventos desconectados” (TARROW, 2009, p. 182).

Tarrow (2009) afirma que um dos motivos que os movimentos sociais são criados é quando as oportunidades políticas abrem novas portas para agentes que geralmente são carentes. O poder dos movimentos sociais é um misto que surge dos recursos internos e externos. A organização possui a sua importância, no processo de mobilização, mas além dela, tem o papel da mídia, que é o meio de comunicação com aliados e inimigos. As oportunidades políticas geram tudo isso e fornecem as condições para que esse processo comece, essas oportunidades são geradas pelo Estado. Para Tarrow a ação coletiva é coordenada e sustentada a partir de um meio externo, as oportunidades políticas.

A principal contribuição para o conceito de *frames* foi fornecida por Snow (1986) e Snow e Benford (1988, 1992) eles descrevem os esforços feitos pelos organizadores de um movimento social para unificar o pensamento dos indivíduos com os das organizações mantenedoras dos movimentos, levando em consideração as questões culturais desde o recrutamento até a mobilização. Então, eles trouxeram para o conceito uma perspectiva político-

cultural. E para os autores há três funções no *frames* de ação coletiva: a demarcação, chamar atenção para as injustiças; a atribuição, expõem as causas e as soluções para resolver as injustiças; e a articulação, conectar as diversas experiências: “os quadros de ação coletiva servem como dispositivos de acentuação que enfatizam [...] a seriedade e a injustiça de uma condição social ou redefinem como injusto e imoral o que antes era considerado infeliz, mas talvez tolerável [...]” e esses quadros de ação coletivas, os *frames* são usados para “pontuar ou destacar alguma condição social ou aspecto da vida existente e defini-la como injusta, intolerável e merecedora de ação corretiva”<sup>5</sup> (SNOW; BENFORD, 1992, p. 137, tradução nossa).

Os *frames* de um movimento social são percebidos através da forma como esse movimento se organiza ou se comunica com a sociedade, nos espaços públicos, entrevistas, mobilização, documentos, reuniões, entre outras formas de divulgação. O conceito de *frames* é ampliado para *master frames*. Em 1992 Snow e Benford trazem esse acréscimo a sua teoria que conecta as ideias dos grupos de protestos com as oportunidades políticas surgidas naquele momento histórico, “os *master frames* foram vistos como os principais determinantes dos ciclos de protesto em que surgem os movimentos sociais” (GOHN, 1997, p. 90).

O movimento feminista, por exemplo, encontra no estado as lacunas necessárias para mobilizar-se em torno de algumas pautas que lhe eram prioritárias. Sob o mesmo *master frame* o movimento abarcou diversas pautas desde o seu início. O protagonismo feminino passou a fazer a diferença nos diversos movimentos sociais e ONGs, a partir da análise da MP. As mobilizações das Mulheres como a Marcha das Margaridas e a Marcha Mundial de Mulheres, são exemplos de mobilizações que vêm transformando o cenário político e social dos movimentos sociais. Além disso, o MAB passou a incluir no seu tema a questão da mulher: “Mulheres, água e energia não são mercadorias” isso fica bem claro no documento final do Encontro Nacional de Mulheres Atingidas por Barragens, ocorrido em Brasília em 07 de abril de 2011: “[...] nos comprometemos cada vez mais a fazer do Movimento dos Atingidos por Barragens, uma organização bonita, forte, com a participação das mulheres como protagonistas, [...]” (MAB, 2011).

---

<sup>5</sup> “collective action frames serve as accenting devices that [...] the seriousness and injustice of a social condition or redefine as unjust and immoral what was previously seen as unfortunate but perhaps tolerable [...] punctuate or single out some existing social condition or aspect of life and define it as unjust, intolerable, and deserving of corrective action.”

Mas, como dito anteriormente, as mulheres sendo os *frames* nesse cenário dos movimentos sociais não exclui a existência, concomitante da teoria da Mobilização de Recursos, pois nesse contexto ainda são necessários recursos para o movimento se mobilizar. Além dos recursos, as oportunidades políticas e a ideia de *frames* e *master frames* traz para a análise um aspecto que não é trazido pela MR, o aspecto cultural.

### 1.2.3 Teoria dos Novos Movimentos Sociais - NMS

Gohn, (1997) afirma que a teoria dos NMS é baseada em alguns pilares básicos que a sustentam. Esse modelo é baseado na cultura, que para os teóricos dos NMS “negaram a visão funcionalista da cultura como um conjunto fixo e predeterminado de normas e valores herdados do passado” (GOHN, 1997, p. 121). Então, essa categoria, a cultura, foi apropriada e redefinida no âmbito da teoria dos NMS e sua centralidade será a concentração da análise dos discursos “como expressões das práticas culturais” (GOHN, 1997, p. 122). Os Novos Movimentos Sociais têm por objetivo ser complementar ao movimento social clássico e são vistos como “alternativa aos movimentos de classes tradicionais e até mesmo enquanto alternativa aos partidos políticos de esquerda” (CRAVEIRO; HANDAN, 2015, p.5).

Para Nunes (2013) os movimentos sociais clássicos privilegiavam a questão da classe social como sua principal categoria analítica e os novos movimentos sociais surgem “da crise da modernidade” tendo na sua origem as disputas envolvendo “recursos culturais, simbólicos e informacionais e da reivindicação de direitos sobre a especificidade e a diferença [...]” (NUNES, 2013, p. 150). E, para o autor, os objetivos desses novos movimentos não são realizáveis somente pela mediação política e não há um interesse de assumir o poder ou ainda controlar o Estado.

Segundo Melucci (1999) a partir dos anos de 1960 surgem novos atores sociais em áreas que estavam fora dos conflitos sociais e para o autor tem que ter cuidado para não fazer um reducionismo político dos novos paradigmas do Movimento Social, esse reducionismo ocorre quando se define as ações dos agentes como protesto. Pois, essa classificação limita as muitas formas de organizações. Para Melucci (1999) tem que se ter cuidado para não ter uma visão construtivista do movimento. Pois, esse tipo de análise olha para a ação como um evento. Considerar a ação coletiva como um evento é olhar para ação coletiva como se ela fosse um evento único e não um processo, excluindo a rede de relações que constitui a realidade dos movimentos sociais.

Os teóricos passam a analisar a identidade coletiva e a ação coletiva dos agentes sociais. Melucci (1999) define ação coletiva como uma definição: “interativa e compartilhada, produzida por vários indivíduos e que diz respeito às orientações de ação e ao escopo de oportunidades e restrições nas quais a ação se realiza [...]”<sup>6</sup> e deve ser imaginada como um processo “[...] porque é construída e negociada através de ativação repetida das relações que unem os indivíduos”<sup>7</sup> (MELUCCI, 1999, p. 66). Não é um processo linear, mas de oposição, enfrentamento, negociação de diferentes orientações. Essa identidade coletiva forjada na ação coletiva tem um papel central dentro da teoria dos NMS. Os movimentos se constituem e crescem, de acordo com a teoria dos NMS, graças a defesa dessa identidade coletiva. Esse processo de construção, adaptação e conservação de uma identidade coletiva é fruto da complexidade interna dos atores e suas relações com o ambiente em sua volta (MELUCCI, 1999).

Com a institucionalização dos movimentos, segundo Melucci (1999) as características da identidade coletiva podem se cristalizar em forma de estrutura, regras, e relações de lideranças. Melucci (1999) afirma ainda que a propensão, de um indivíduo, para fazer parte de uma ação coletiva está diretamente relacionada com o acesso aos recursos de identidade para a construção de uma identidade pessoal.

Para Melucci, um conflito não é suficiente para que seja definido como movimento social. O que caracteriza um movimento social de acordo com Melucci é “a luta entre dois atores por uma mesma coisa” (GOHN, 1997, p. 155). Um movimento nunca será um processo espontâneo, algo que surge ao natural, mas sempre, segundo a visão de Melucci, mas porque grupos que já estão estabelecidos definem as metas e objetivos e isso se une as necessidades individuais (que são inúmeras já que os agentes vivem em redes e não isolados) dos agentes sociais e formam os movimentos. A manutenção da identidade coletiva é garantida pela presença e atuação da liderança do movimento. As lideranças são as responsáveis por manter o movimento andando com pautas claras e bem estabelecidas.

Touraine (1978), teórico sobre NMS na perspectiva macro, chama a atenção para a questão de que somente novos temas de reivindicação não podem resumir a formação dos novos

---

<sup>6</sup> “interactiva y compartida, producida por varios individuos y que concierne a las orientaciones de acción y al ámbito de oportunidades y restricciones en el que tiene lugar la acción”

<sup>7</sup> “porque se construye y negocia mediante la activación repetida de las relaciones que unen a los individuos.”

movimentos sociais, afirmando que até mesmo a opinião pública é capaz de criar novos temas. Nas sociedades em construção, para Touraine (1978) as demandas são postas, primeiro em forma de protestos morais, e após isso essas demandas se tornam politizadas buscando assim caminhos institucionais e unem forças com outros agentes sociais para conquistar essas novas pautas. O autor ainda define movimentos sociais através da existência de três princípios: o da identidade; da oposição e da totalidade. E para o autor o movimento social é “fundamental na transformação social e cultural das sociedades e, [...] correspondem a um tipo de ação coletiva particular que os distancia de simples protestos populares ou, [...] de fenômenos de massas guiados pelo pânico ou por contágio de modas” (NUNES, 2014, p.135). Essa análise é válida também para os novos movimentos que através da identidade podem transformar a estrutura social.

A identidade dos NMS, segundo Scherer-Warren (1987), é construída primeiramente a partir do reconhecimento do povo, não mais só no ambiente das relações de trabalho, mas agora esse povo como sendo vítima das ações do capitalismo contemporâneo e das suas mais diversas formas de opressão. Unindo a isso, o que ajuda a fortalecer a identidade construída no âmbito dos NMS é a internacionalização da cultura crítica. Tanto o capitalismo e o socialismo criam formas de opressão e autoritarismo, e isso é a base para a construção do pensamento crítico. Para isso a autora afirma que, para embasar as análises da cultura crítica, é necessário utilizar de alguns valores anarquistas tais como: “democracia de base, livre organização, autogestão, direito à diversidade e respeito à individualidade, identidade local e regional e noção de liberdade individual associada à de liberdade coletiva [...]. Esse fato denominarei ‘cultural’” (SCHERER-WARREN, 1987, p.40).

O reconhecimento do povo como vítimas do capitalismo contemporâneo, é que mobiliza para a luta, estimulando os objetivos e projetos que os movimentos possuem e nesse ponto existe uma diferença entre os NMS dos países de terceiro mundo. Segundo Scherer-Warren (1987) percebe-se que do ponto de vista dos projetos existe uma identidade entre os NMS dos países desenvolvidos e os do terceiro mundo. Mas, como nos países de terceiro mundo, muitas das necessidades básicas não foram ainda garantidas (moradia, cidadania), e por isso as pautas, que nos países desenvolvidos já foram superadas, nos países de terceiro mundo continuam sendo motivo de reivindicações.

A forma da organização e da prática dos novos movimentos vem via o aspecto cultural, cultura crítica, esse é o que marca o caráter novo nesses movimentos. Segundo conclusões da Scherer-Warren (1987) os novos movimentos sociais estão engajados na tentativa de romper

com os sistemas populistas, criando formas comunitárias de participação na base dos movimentos desde a reflexão até a execução, diminuindo assim, a distância entre líderes e base, defendem a autonomia frente ao estado e partidos, os partidos não estão atrelados aos NMS, mas são canais de reivindicações.

É importante ressaltar que essas três linhas de teorias apresentadas até aqui são linhas norte americanas e europeias, mas que influenciaram diretamente a forma como os movimentos sociais são percebidos. Agora, será apresentada, de forma breve, a teoria dos movimentos sociais da América Latina, que ajudará a entender como os movimentos que surgiram no sul da América organizaram-se. Apesar da teoria dos NMS questionar outras teorias, percebe-se que no âmbito das mobilizações sociais não é possível escolher uma em detrimento da outra, como já afirmado, as teorias se completam e acontecem juntas e não de forma separada.

Quando trazemos essa teoria na perspectiva do MAB, após a entrada na Via Campesina, percebemos que a partir de então a questão identitária torna-se importante, principalmente a questão de gênero no início dos anos 2000, mas isso não significa que essa temática não era discutida anteriormente. Mesmo o movimento tendo a questão de gênero como uma pauta importante, outras ainda continuam sendo importantes como a situação dos atingidos, principalmente da atingida por barragem, a questão do modelo energético e também a questão da produção de energia no país. Mas, como afirmado por Touraine (1978), esses novos movimentos são capazes de mudar a estrutura social, como é o caso do MAB.

#### **1.2.4 Teorias dos Movimentos Sociais na América Latina**

Os estudos sobre os movimentos sociais na América Latina nos anos de 1970 a 1990 são marcados por análise à luz das teorias americana e europeia. Para Gohn (1997) não existe uma teoria específica para a América Latina sobre os movimentos sociais. A CEPAL – Comissão Econômica para Desenvolvimento da América Latina, estava teorizando economicamente a América Latina como países periféricos (subdesenvolvidos) diferenciando dos países de centro (desenvolvidos). Essa dualidade influenciou os estudos sobre os movimentos sociais na América Latina. Nessa teoria havia uma dependência dos países periféricos com relação aos países de centro.

A marginalidade passa a ter uma importância para entender e fazer releituras sobre os indivíduos, conforme afirma Gohn (1997, p. 214) “passou a ser analisada a partir de então não somente como resultado de processos de exclusão, mas também como condição prévia à

acumulação, num processo de superexploração da força de trabalho nos centros urbanos”. Entender a exploração da força de trabalho que leva a marginalidade dos indivíduos e os mantém com uma força subqualificada, é essencial para entender a formação das lutas sociais que são em torno de direitos trabalhistas.

O cenário de repressão da América Latina, com as forças militares, gerou forças de resistência aos regimes totalitários. Com isso, estudiosos e estudiosas dos movimentos sociais na América Latina, tinham dificuldades de encontrar teorias já que o cenário exigia uma teoria que conseguisse explicar a situação social e governamental dos países da América Latina. As teorias europeias foram predominantes nos escritos de autores latinos, especialmente a teoria marxista e nos anos de 1980 essa teoria foi sendo substituída pela teoria dos NMS.

Os movimentos sociais da América Latina surgem nos grandes centros urbanos mobilizados, como afirma Gohn (1997), pela Igreja, sindicatos e alguns partidos políticos de oposição. E deslocavam-se dos grandes centros para as regiões mais interioranas dos países latinos, na maioria as lutas eram por serviços e direitos básicos. A autora traz ainda algumas diferenças históricas da realidade da América Latina, como o passado colonial escravocrata e/ou servidão indígena que estava firmada na monocultura e na exploração dos recursos naturais. Gohn (1997) traz ainda, o Estado nacional onde as elites políticas estavam ligadas ao capital internacional, apoiados por parte do clero católico e oligarquias rurais. Isso gerou uma normalização das relações desequilibradas de poder, resultando em uma relação de paternalismo por parte do estado, dificultando a criação de espaços democráticos e de participação social para a redemocratização dos países dominados pelas ditaduras militares.

Nas décadas de 1970 e 1980 a maioria dos países passou por períodos de redemocratização através da mobilização social e política. Nesse período ocorre uma nova mudança na cultura política, como afirma Gohn (1997, p. 226) “ganhando aspectos novos, baseados numa visão de direitos sociais coletivos e da cidadania coletiva de grupos sociais oprimidos e/ou discriminados”. E nos anos de 1990 o cenário é modificado novamente onde as fronteiras nacionais perdem sua importância frente a produção industrial que passou a ser realizada de forma fragmentada objetivando apenas o acúmulo de capital por parte do capitalista.

Para teorizar sobre os movimentos sociais na América Latina, Gohn (1997) traz uma lista de 22 pontos que serão sistematizados numa tabela que está no Anexo C. A importância de entender que, a América Latina possui algumas características específicas, é fundamental para teorizar sobre os movimentos sociais. Para isso a autora, Gohn (1997, p. 251-252) faz uma

definição sobre movimentos sociais: “são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil [...]”.

Percebe-se nessa definição como ações políticas de diferentes indivíduos oriundos das mais diversas classes sociais. O cenário e a conjuntura política criam o campo de atuação para que as ações se estruturam a partir das agendas dos grupos. Esse processo, de interesses comuns, cria a identidade coletiva do movimento, que é fundamentada pelo princípio da solidariedade e dos valores culturais e políticos que são partilhados pelo grupo. Com isso, ocorre a mudança social, que podem ser progressistas, conservadora ou reacionário de acordo com a identidade do grupo.

Gohn (1997) traz algumas categorias importantes para o estudo dos movimentos sociais na América Latina como, por exemplo: participação; experiência; direitos; cidadania; exclusão social; e identidade coletiva. Todas essas categorias trazem a questão de classe, mas, não somente, outras pautas devem ser levadas em consideração ao estudar os movimentos sociais na América Latina.

Para entender a luta do MAB é necessário entender o cenário sociocultural que a luta começa a se organizar. O estado brasileiro saía de um longo período de ditadura militar e estava se redemocratizando e para isso era necessário fazer alguns investimentos em infraestrutura, como veremos no próximo capítulo, principalmente na área de geração, transmissão e comercialização de energia. A desigualdade social era profunda no país, principalmente nas comunidades de pequenos agricultores. Assim, com a construção das barragens essa desigualdade se aprofundou, criando uma maior exclusão social. Formou-se a identidade de “atingido” que une a todos que de forma direta ou indireta são afetados pelas barragens, em especial as mulheres.

### **1.3 ECOFEMINISMO E SEGURANÇA ALIMENTAR NA ESSÊNCIA DAS MOBILIZAÇÕES**

Para entender a luta das mulheres no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB - é necessário incluir alguns conceitos importantes como Ecofeminismo e Soberania alimentar. Assim teorizar-se-á sobre as práticas das mulheres de incluir nas negociações suas pautas como a indenização pelas hortas, flores e frutos que a propriedade rural produzia.

As últimas décadas do século XX marcaram pela inovação na análise histórica. Muitos acontecimentos foram revisitados, só que com sob o olhar de outras categorias de análises. Pode-se dizer que a categoria gênero é uma das mais expoentes dentre esse universo de novas categorias de análises. As pesquisadoras feministas acreditam que estudar as mulheres não é, unicamente, um acréscimo de novos temas, mas uma nova maneira de olhar para esses temas, analisando as temáticas que antes eram dispensáveis. Joan Scott é uma das autoras que contribui para a discussão teórica sobre gênero. Esse novo sistema de análise mudaria toda a historiografia tradicional a ponto de recontar e (re) interpretar o que já foi dito, “tal metodologia implica não apenas uma nova história de mulheres, mas também uma nova história” (SCOTT, 1988, p. 126). Essa nova história é política no sentido que afirma e confirma que o papel das mulheres é de agentes históricos, com relevância.

Scott traz, na sua obra, a ideia de que gênero não é só para mulheres, mas também para estudar e analisar todas as informações que se referem as mulheres e conseqüentemente dos homens, pois os dois agentes vivem em relação mútua. Além disso, o termo gênero também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos e rechaçar, categoricamente, o uso do termo com aspectos biológicos de dominação de um sexo sobre o outro, “as mulheres têm a capacidade para dar à luz e de que os homens têm uma força muscular superior”. Em contrapartida o termo gênero auxilia no entendimento da “criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres” por isso gênero passa a ser “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado” (SCOTT, 1988, p. 129).

Nessa ótica de ponderar as narrativas históricas com base na categoria de análise gênero, tem-se o Ecofeminismo. O termo foi utilizado pela primeira vez em 1974 por Françoise d'Eaurbonne<sup>8</sup>, mas foi somente com as lutas das mulheres ante os desastres ecológicos, contra o avanço das usinas nucleares nos Estados Unidos e o movimento *Chipko* na Índia que essa perspectiva ganha o campo da discussão. O ecofeminismo faz uma correlação entre ambientalismo e feminismos “fazendo uma associação entre a dominação da natureza com a dominação das mulheres” (BONI, 2018, p. 111). Ruether (1996) chama a atenção para a impossibilidade de falar em opressão contra as mulheres como se fosse um grupo homogêneo, sem diferenças cruciais. As diferentes classes sociais e raças influenciam nas formas como as

---

<sup>8</sup> O livro de sua autoria *Le féminisme ou la mort* (O feminismo ou a morte), é a primeira obra que utiliza o termo ecofeminismo, esse título, faz referência ao Relatório, O Limite do Crescimento, elaborado pelo Clube de Roma para a Conferência Ambiental de Estocolmo de 1972. Essa conferência defendia o “crescimento zero e o controle populacional, como forma de equilíbrio da biosfera e sobrevivência da humanidade” (SILVA, 2017, p. 280).

opressões ocorrem. Não basta ver a separação entre gênero homem/mulher, é necessário contextualizar essa mulher.

A partir da década de 1970 o termo ecofeminismo “surgiu dos diversos movimentos sociais engendrados pelas mulheres na defesa de seus direitos enquanto mulheres e na defesa do meio ambiente” (BONI, 2018, p. 111). Mas é importante considerar que são muitas as bases teóricas do movimento, “o ecofeminismo, assim como o próprio feminismo, não é homogêneo” (BONI, 2012, p.98). Considerando que o ecofeminismo abrange distintas linhas de pensamento, para a discussão neste trabalho são importantes os apontamentos de Boni (2012) quando a autora assinala que o feminismo não contempla as discussões relacionadas com feminismo e ecologia, até porque o movimento das mulheres (na sua análise é o Movimento das Mulheres Camponesas) foi diretamente influenciado no princípio pela teologia da libertação organizada pela Igreja Católica e questões ligadas ao corpo, sexualidade não era a pauta nesse momento, porque as mulheres tinham como pauta a luta pelos direitos civis, como documentação, direito a herança da terra, aposentadorias. Não estava em pauta questões estritamente de gênero, apesar de serem pautas voltadas para a igualdade de gênero, o movimento não percebia assim.

O desenvolvimento econômico, ou nas palavras de Shiva citada por Puelo (2013) o “*mal desarrollo*”, que pode ser traduzido como mal desenvolvimento, tem causado muito sofrimento às mulheres, principalmente às mulheres do sul global, que na grande maioria são as mais pobres e necessitadas. Para a autora, esses sofrimentos são fruto de um modelo de desenvolvimento que destrói as formas de produção de subsistência e leva para longe aquilo que antes era acessível perto da casa, produtos essenciais para a sobrevivência das populações rurais, e esse modelo de “termina com o cultivo de hortas familiares de subsistência, devastando as florestas comunais, obriga-os a caminhar quilômetros para procurar a madeira que outrora encontraram ao lado da sua aldeia e torna-os doentes com novas doenças causadas pela poluição” (PUELO, 2013, p. 15).

As ecofeministas se dividem nas discussões acerca da relação entre meio ambiente e mulheres de acordo com Archambault (1993). Algumas acreditam que as mulheres são capazes de dar uma resposta mais propositiva para a preservação ambiental porque sua vida, e seu ciclo biológico estão mais próximos do ciclo da natureza. Outras teóricas acreditam que essa exclusão social das mulheres se dá pela divisão sexual do trabalho que pré-estabelece atividades masculinas (produtivas e públicas) e atividades femininas (reprodutivas e privadas), e essa opressão está relacionada com a opressão que o homem impõe a natureza. Existem ainda, os casos em que se associam as mulheres com a ética feminina que é baseada no amor, cuidado,

amizade, verdade e por isso elas podem contribuir no cuidado com a natureza. Essa faceta do feminismo (Ecofeminismo) é marcada pela ideia de um modelo que se adapte as necessidades das camponesas em todos os aspectos da vida, na busca pelo espaço nas propriedades produtivas, igualdade nas relações de gênero, nos direitos para as mulheres, e também na segurança e soberania alimentar (BONI, 2018).

Essas vertentes descritas acima foram organizadas por Souza (2008), que chegou a conclusão que existem três vertentes: a clássica, que relaciona as mulheres com a natureza pela sua essência de proteção e contraposição a essência masculina de agressão e de competição; a espiritualista, de terceiro mundo, que foi influenciado por Gandhi e pela teologia da Libertação na América Latina, traz à tona o princípio feminino, que é ecológico de preservação que está em todos os seres vivos focando uma atenção especial nas mulheres mais pobres, uma das principais pensadoras dessa linha é Vandana Shiva, que critica o modelo de desenvolvimento que atualmente é usado; a vertente construtivista, que relaciona a mulher com a natureza porque a divisão sexual do trabalho forçou a mulher a ter uma consciência ecológica, pois ela é o responsável por fornecer as necessidades diárias.

Para a construção desse trabalho acredita-se, apesar dos questionamentos, que a linha espiritualista é a perspectiva que melhor se acomoda na análise das mulheres na luta contra as barragens. Como já descrito acima, Boni (2012) analisando o MMC, afirma que no princípio a luta das mulheres não era por questões de gênero ou questões de sexualidade, mas antes por direitos civis, direito a herança e aposentadoria, essa forma de organizar foi muito influenciada pela Igreja Católica. A influência da teologia da Libertação, através da Igreja Católica e da Igreja Luterana, marcou a luta do MAB, pelo menos num primeiro momento, como afirma a Entrevistada 9: “O bispo [Dom José Gomes] chamou a atenção para a construção das barragens em seguida criaram a CRAB, [...] a presença da Igreja foi fundamental para o sucesso das mobilizações, principalmente a presença de Dom José Gomes” (ENTREVISTADA 9, 2019, p.1).

Por isso se assumirá, com as ressalvas necessárias, a perspectiva espiritualista do ecofeminismo que tem como maior pensadora a Vandana Shiva para analisar as mulheres no MAB. Para entender melhor as linhas do ecofeminismo, será exposto abaixo uma breve explanação das principais linhas com as principais críticas que cada uma recebeu. Sem a intenção de criar um mundo só de mulheres, mas realizar uma análise de uma relação equilibrada de igualdade entre todas as criaturas (homens, mulheres e natureza), trazendo com urgência a necessidade de resgatar a relação natureza e humanidade sem ninguém se sobrepor

a outro. Utilizar-se-á essa linha de pensamento para iluminar a luta das mulheres dentro do MAB, ao longo de sua história.

Puelo (2013) traz parte do pensamento da Shiva sobre o *mal desarrollo*, que substitui os cultivos tradicionais pelos monocultivos, destinados para o mercado. Nesse sistema de monocultivos os agricultores compram a semente geneticamente modificada e elas necessitam de defensores químicos, que geralmente são as mesmas empresas que produzem as sementes, acarretando uma destruição ambiental do local, “a destruição da flora local acrescentada às obras hidráulicas implica a alteração do ecossistema, desencadeando todos os tipos de desastres ‘naturais’, desde os processos de desertificação até as cheias”<sup>9</sup> (PULEO, 2013, p. 69, tradução nossa). As primeiras vítimas desse *mal desarrollo* são: mulheres, crianças e a população rural mais pobre, que vivem de uma economia de subsistência e são jogadas para os subúrbios das cidades. E com o passar do tempo, homens, mulheres, e meio ambiente, são afetados por esse modelo de desenvolvimento.

Shiva contrapõe a vertente clássica do ecofeminismo (como já citado acima essa vertente interliga a mulher diretamente com a natureza pela sua essência de proteção em oposição ao homem que, para essa vertente, é agressivo e competitivo) afirmando que o problema não são os homens, e sim esse modelo de desenvolvimento colonizador e de uniformidade cultural e econômica. Ela conecta a opressão da mulher à dominação da natureza, considerando as estratégias de desenvolvimento agrícola norteadas para o crescimento a qualquer custo, defendendo que a aproximação da mulher da agricultura e do manuseio dos recursos naturais é essencial para os direitos (humanos e ecológicos) atualmente (FIÚZA, 2001).

Puelo deixa explícito que esse modelo de desenvolvimento promoveu um individualismo egoísta que explora os recursos naturais e humanos. O modelo de dominação masculina, racionalismo individualista, sob as mulheres faz com que elas tenham, socialmente, um *status* inferior, devido a não valorização das atividades reprodutivas face as produtivas, “[...] o mal vem do Ocidente e, particularmente, do racionalismo que desencantou o mundo e fomentou o individualismo egoísta. A situação [...] das mulheres é idealizada, [...]”<sup>10</sup> (PULEO, 2013, p. 69-70, tradução nossa).

---

<sup>9</sup> “la destrucción de la flora local sumada a las obras hidráulicas implica la alteración del ecosistema, desencadenándose toda clase de desastres «naturales», desde procesos de desertificación hasta inundaciones.”

<sup>10</sup> “el mal proviene de Occidente y, particularmente, del racionalismo que ha desencantado al mundo y fomentado el individualismo egoísta. La situación [...] de las mujeres es idealizada, [...]”

De acordo com Puleo (2002, p. 38), o pensamento de Vandana Shiva foi acusado de essencialismo porque a autora criava uma relação ontológica entre Mulher e Natureza, utilizando para isso o “*principio femenino*”. Bina Agarwal foi uma das principais pensadoras a criticar a teoria de Shiva, “critica a teoria deste que atribui a atividade protetora da natureza das mulheres de seu país ao princípio feminino de sua cosmologia”<sup>11</sup> (PULEO, 2002, p.38, tradução nossa). A relação que as mulheres possuem com relação a natureza não é característica oriundas da biologia e sim da necessidade de interação com a natureza. A sua consciência ecológica vem com a “*interacción con el medio ambiente*” e não de um “*principio femenino*” do cuidado e da proteção (PULEO, 2002, p.38, tradução nossa).

O pensamento de Vandana Shiva ainda foi criticado por Graiño (2006), pois essa linha teórica do ecofeminismo aceita a subalternidade intelectual da mulher (guiadas pelos sentimentos) frente aos homens (guiados pela razão). E para sustentar sua análise Graiño utiliza das narrativas históricas e a relação que homens e mulheres possuem/possuíam com a natureza, “os homens mantiveram uma relação exploradora, já que usaram recursos naturais para obter mais-valia deles, enquanto as mulheres, por outro lado, mantêm uma relação doméstica para o suprimento diário da família”<sup>12</sup> (GRAIÑO, 2006, p. 54-55, tradução nossa).

O Ecofeminismo fomenta a desconstrução de que a mulher e a natureza estão intimamente interconectadas, e tira das mulheres a obrigação e a responsabilidade única de cuidar e preservar o meio ambiente, e convoca toda a humanidade, derrubando assim, os estereótipos criados que são usados para opressão e dominação de homens sobre as mulheres. A associação de que a mulher é natureza por gerar vida é perigosa e tendenciosa. Pois, esse discurso é patriarcal machista e está fundamentado na divisão sexual do trabalho das sociedades patriarcais onde o homem está inserido no ambiente público e produtivo e a mulher inserida no ambiente privado e reprodutivo. Nessa lógica o privado e reprodutivo é o espaço natural da mulher e não possui valor de troca, mas valor de uso.

Biehl, (1991, p. 26) reflete que esse tipo de ética baseada na ‘natureza’ feminina é extremamente danosa, pois não permite que as mulheres desenvolvam a sua capacidade de “consciência, razão e liberdade”. Ficando assim, presas aos papéis de cuidadoras e protetoras,

---

<sup>11</sup> “critica la teoría de ésta que atribuye la actividad protectora de la Naturaleza de las mujeres de su país al principio femenino de su cosmología.”

<sup>12</sup> “los hombres han mantenido una relación de explotación, pues han utilizado los recursos naturales para lograr de ellos plusvalías” enquanto que “las mujeres, en cambio, mantienen una relación doméstica para el abasto diario de la familia.”

sendo extremamente penoso sobrepujar essa definição, e esse modelo de ética provoca uma isenção dos homens do papel de cuidar e preservar o ecossistema. Nessa ótica os homens não possuem as características necessárias (cuidado e carinho) para tal ação. Sendo assim, “as mulheres simplesmente acabarão encarregadas de limpar a bagunça global - cumprindo seu papel tradicional como mães carinhosas. No final, as implicações da ética ecofeminista dificilmente parecem ser emancipatórias para as mulheres” (ARCHAMBAULT, 1993, p. 21).

Através do estudo de Woortmann (1998) nos seringais do Acre/Brasil podemos perceber as muitas ilusões relacionadas a mulher e natureza. De acordo com esse estudo conforme o desmatamento vai crescendo, aumenta os espaços de produção da mulher, não aumentando, obrigatoriamente, o status que a mesma ocupa na sociedade. Tem-se que cuidar para não confundir esse aumento do espaço produtivo da mulher como um enaltecimento feminino do desmatamento. Woortmann (1998) mostra que em muitos casos quem está diretamente ligado com a natureza é o homem com atividades na floresta, já que a mulher está ocupada com atividades agrícolas e a domesticação de animais.

A definição de ecofeminismo não é fechada e única, pode ser abordada de diversos ângulos e prismas como foi exposto acima. Contudo, não se pode negar que as mulheres são as que mais estão preocupadas e interessadas em novas formas de produção de alimentos. Até porque elas, como já foi dito anteriormente, junto com as crianças são as primeiras a sofrerem as consequências desse modelo de desenvolvimento predatório e após esse grupo ser atingido todos os seres humanos e não humanos sofrem essas consequências.

É necessário destacar que os colonos que vieram para o oeste catarinense não tinham essa visão conservacionista da natureza. Houve muito desmatamento em busca do ‘progresso econômico’. Por isso, é preciso de cuidado para não transpor teorias de forma anacrônicas. A luta era em defesa de uma alimentação saudável e manter um modo de vida, mas esse modo não era necessariamente era conservacionista.

Novos modelos de desenvolvimento são urgentes e necessários. A agroecologia é exemplo dessa forma de desenvolvimento sustentável que associa economia e preservação ambiental. Essa forma não é, somente uma técnica de produzir sem agrotóxicos, mas também é, uma forma de desenvolvimento local que utiliza equitativamente os recursos disponíveis. Na Conferência Mundial de Segurança Alimentar promovida pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), em 1974 fortaleceu-se a ideia de que a segurança

alimentar estava ligada a produção agrícola, favorecendo a Revolução Verde<sup>13</sup> que estava eclodindo naquele momento.

A indústria de produtos químicos precisava “convencer a todos, de que o flagelo da fome e da desnutrição no mundo desapareceria com o aumento significativo da produção agrícola, o que estaria assegurado com o emprego maciço de insumos químicos (fertilizantes e agrotóxicos)” (MENEZES, 2000, p.1). Mas, a fome não diminuiu de acordo com o prometido pela Revolução Verde. Não era suficiente somente ter oferta de alimentos, mas também acesso a essa oferta. Conforme dados da FAO a fome ainda castiga milhões de pessoas em todo o mundo, mas especialmente nos lugares desenvolvidos, mas mesmo nos países de primeiro mundo pode-se notar a presença da fome em alguns lugares, especialmente “na África, alguns países da Ásia e da América Latina. Mas deve também ser registrado o crescimento de bolsões de miséria e fome, mesmo em países desenvolvidos” (MALUF; MENEZES, 2000, p.2).

Não basta só ter acesso aos alimentos, tem que ser alimentos de boa qualidade nutricional e que não sejam utilizados produtos químicos ofensivos para a saúde humana e nem para o meio ambiente. A segurança alimentar e oferta de alimentos de qualidade estão diretamente ligados com a ideia de desenvolvimento econômico. Nessa perspectiva, então, Furtado, afirma que o subdesenvolvimento é um “desdobramento do modelo de economia em que o progresso tecnológico serviu muito mais para modernizar os hábitos de consumo do que para transformar os processos produtivos” (FURTADO, 1972, p. 12).

Ao longo dos anos, a escassez de alimentos e os conflitos fizeram com que ajudas humanitárias fossem direcionadas para as populações mais pobres do planeta (CHONCHOL, 2005). Com isso, muitas ações começam a serem executadas para amenizar o problema da fome. No Brasil, várias tentativas foram feitas ao longo dos anos. Muitas delas não tiveram continuidade, pois na prática não eram viáveis. Somente na luta pela redemocratização do país que os movimentos sociais entram com pautas como a reforma agrária e segurança alimentar. Até que o combate à fome e à pobreza estava no discurso do PT durante a campanha eleitoral

---

<sup>13</sup> Segundo Andrades e Ganimi (2007) Revolução Verde é um modelo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos com o objetivo de aumentar a produtividade na agricultura, através do avanço tecnológico. Mas, o objetivo não era ‘apenas’ esse, e sim incentivar a indústria química que alimentaram a indústria bélica dos Estados Unidos durante a segunda guerra mundial e que ao final da guerra precisava encontrar outro campo de atuação. Para isso, a indústria química começa a produzir e incentivar o uso de agrotóxico unindo a isso estava a construção de um maquinário pesado para a agricultura. Isso complementaria o caminho dos grandes capitalistas que viam na agricultura a possibilidade de obter o lucro permanentemente com os alimentos. A agricultura foi utilizada para reproduzir o capital e não para acabar com a fome no mundo. Então a Revolução Verde foi uma forma que os grandes capitalistas utilizaram para dominar a agricultura e aumentar a mais-valia.

onde o Presidente Lula saiu vitorioso (2003). No primeiro discurso após eleito o presidente afirmou seu compromisso no combate à fome: “Se, ao final do meu mandato, cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida” (TAKAGI, 2010, p. 57).

As primeiras ações práticas foram o lançamento, ainda nos primeiros dias de governo Lula, o Programa Fome Zero (PFZ), como uma iniciativa de articulação entre os ministérios com ações de curto, médio e longo prazo, para garantir a segurança alimentar e combater à pobreza (SILVA, 2014). O programa fome zero envolveu diversas ações governamentais e da sociedade civil, gerando inúmeros conflitos com os envolvidos e que eram beneficiados com a desigualdade. Habilidade política foi essencial para que o programa fosse efetivado, além de ações governamentais e da sociedade como um todo.

Conforme dito anteriormente, as mulheres estão nessa caminhada pela melhoria das condições de vida dela e de sua família. Para isso, a maior parte da luta das mulheres em movimentos sociais, como o MAB, estava ligada não diretamente a uma questão de gênero, mas a questões ligadas a alimentação de qualidade e formas de produção que não destruam a natureza. Talvez seja porque as mulheres, por questões históricas e culturais, são colocadas numa relação mais íntima com o meio ambiente, como afirma algumas correntes do ecofeminismo. E essa relação é modificada com a chegada da barragem como afirma a militante Entrevistada 7<sup>14</sup>:

A alimentação das famílias que foram atingidas mudou completamente agora eu compro tudo, não tenho mais onde plantar. Tem que ir no mercado comprar tudo. Antes eu plantava tudo o que eu comia, a maior parte dos legumes e verduras e com a chegada da barragem muita gente pegou a terra e fazia lavoura de plantio, com muito agrotóxico [...] (ENTREVISTADA 7, 2019, p.1).

Percebe-se que as diversas correntes do ecofeminismo têm importância para entender e refletir sobre a luta das mulheres quando os problemas ambientais afetam a sua vida. A corrente espiritualista do ecofeminismo, acredita-se, é a melhor para entendermos a luta das mulheres dentro do MAB. Primeiro pela questão religiosa da teologia da libertação, difundida pela Igreja Católica e Luterana, segundo pela questão da relação do princípio feminino que é

---

<sup>14</sup> Para preservar a imagem das militantes e dos militantes que dispuseram do seu tempo para dar a entrevista, usar-se-á codinomes. Isso será detalhado no capítulo 3 onde abordaremos a perseguição que os defensores dos direitos humanos sofrem. Ao final, no anexo I, há uma tabela com as características das pessoas entrevistadas.

ecológico e está presente em todas as pessoas, e por fim pela questão da crítica ao modelo de desenvolvimento.

Essa crítica ao modelo de desenvolvimento para o MAB, é uma crítica ao Sistema Capitalista. Essa linha de pensamento pode ser denominada de feminismo marxista. O feminismo Marxista acredita que toda a dominação sobre a mulher passa pela existência do Capitalismo. A obra *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva* trata dessa questão de forma brilhante. As mulheres, para a autora, são “uma forma particular de exploração” (FEDERICI, 2017, p.27) e por isso a acumulação capitalista se fortaleceu muito com a caça às bruxas e a dominação dos poderes reprodutivos da mulher e seus saberes comunitários. Isso se deu porque esse novo modelo, o capitalismo, possuía outros papéis sociais para as mulheres. Nesse momento podemos perceber a inclusão da divisão sexual do trabalho, onde as mulheres são colocadas numa hierarquia e o seu trabalho reprodutivo não possuía valor econômico, enquanto o homem tinha um trabalho produtivo com valor econômico.

O que é mais importante, a separação entre produção e reprodução criou uma classe de mulheres proletárias que estavam tão despossuídas como os homens, mas que, diferentemente deles, quase não tinham acesso aos salários. Em uma sociedade que estava cada vez mais monetizada, acabaram sendo forçadas à condição de pobreza crônica, à dependência econômica e à invisibilidade como trabalhadoras [...] (FEDERICI, 2017, p. 146).

As bases do capitalismo é o racismo e sexismo, ele precisa justificar as injustiças sociais destruindo a natureza daqueles que são alvo de exploração: mulheres, negros, colonos, populações nativas, etc. Para a acumulação capitalista ser efetiva era necessário controlar o sujeito para o trabalho sem remuneração e também para a procriação, então a mulher passou a ser controlada para o trabalho não remunerado e para ter filhos o “corpo feminino foi transformado em instrumento para a reprodução do trabalho e para a expansão da força de trabalho, tratado como uma máquina natural de criação, funcionando de acordo com ritmos que estavam fora do controle das mulheres” (FEDERICI, 2017, p. 146, p.178). Assim, todo o universo feminino foi demonizado como as amigas de mulheres, controles de natalidade, conhecimento de parto e de curandeira foi abolido. A mulher independente não era bem vista pela sociedade e seu corpo foi dominado para a exploração do capital. E o preço da resistência era o extermínio.

Com sua expulsão dos ofícios e a desvalorização do trabalho reprodutivo, a pobreza foi feminilizada. Para colocar em prática a “apropriação primitiva” dos homens sobre o trabalho feminino, foi construída uma nova ordem patriarcal, reduzindo as mulheres

a uma dupla dependência: de seus empregadores e dos homens. (FEDERICI, 2017, p. 191).

Assim para a autora a história das mulheres está intimamente ligada com a história da acumulação primitiva. Surge uma nova ordem social patriarcal que “tornava as mulheres servas da força de trabalho masculina” e isso foi essencial para o desenvolvimento do capitalismo, pois essa foi a base para “uma nova divisão sexual do trabalho, que diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2017, p. 146, p.232). A relação de poder da divisão sexual do trabalho fez com que a acumulação primitiva fosse feita de forma rápida e intensa. Assim, “a acumulação primitiva foi, sobretudo, uma acumulação de diferenças, desigualdades, hierarquias e divisões que separaram os trabalhadores entre si e, inclusive, alienaram a eles mesmos” (FEDERICI, 2017, p. 146, p.234).

O que ainda não foi reconhecido é que a caça às bruxas constituiu um dos acontecimentos mais importantes do desenvolvimento da sociedade capitalista e da formação do proletariado moderno. Isso porque o desencadeamento de uma campanha de terror contra as mulheres, não igualada por nenhuma outra perseguição, debilitou a capacidade de resistência do campesinato europeu frente ao ataque lançado pela aristocracia latifundiária e pelo Estado, em uma época na qual a comunidade camponesa já começava a se desintegrar sob o impacto combinado da privatização da terra, do aumento dos impostos e da extensão do controle estatal sobre todos os aspectos da vida social. A caça às bruxas aprofundou a divisão entre mulheres e homens, inculcou nos homens o medo do poder das mulheres e destruiu um universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social. [...] a caça às bruxas foi um elemento essencial da acumulação primitiva e da “transição” ao capitalismo (FEDERICI, 2017, p.294).

Então, podemos perceber que a questão da exploração da mulher tem a ver com a acumulação capitalista. Uma crítica a exploração da mulher é conseqüentemente uma crítica ao sistema capitalista. Também é essencial perceber como essa luta das mulheres estava diretamente ligada com a questão de uma alimentação saudável e acessível para todas as pessoas. Tendo como base uma produção que seja conciliada com a preservação ambiental e nutricional dos alimentos e com a saúde das pessoas, especialmente mulheres e crianças. Essas conceituações teóricas ajudarão a entender a luta das mulheres no princípio do MAB e como essa luta foi se desenvolvendo dentro do movimento até o momento atual onde as pautas foram modificadas de acordo com as necessidades da sociedade atual.

A próxima sessão mostrará um panorama da atuação das mulheres em pautas que lutam pela segurança e soberania alimentar no Brasil, detalhando sobre os impactos, em suas

vidas e em suas comunidades/vilas/grupos, do uso abusivo de agrotóxicos na produção de alimentos.

#### **1.4 OS *FRAMES* DA LUTA PELA TERRA E SEGURANÇA ALIMENTAR**

Esse subtítulo tem a proposta de analisar esse movimento das mulheres na busca por uma alimentação saudável, produzida com técnicas alternativas, sem agrotóxico e nem sementes transgênicas. Para isso, será necessário analisar os diversos tipos de movimentos de mulheres rurais que surgiram no Brasil. A modificação do papel da mulher na família fez com que ela assumisse o seu lugar de cooperadora no subsidiar financeiramente a família. A partir de então, a mulher calca novos postos de trabalho, com a finalidade de alimentar os seus e gerar outra fonte de renda para subsidiar o sustento da família.

De acordo com Branco (2009, p.21) a “perda de identidade do homem como provedor e o crescimento da consciência e da mudança de atitudes, particularmente das mulheres, desestruturam as relações de gênero tradicionalmente existentes”. Apesar das inúmeras mudanças políticas e sociais ocorridas para a diminuição das desigualdades de gênero, ainda encontra algumas práticas que são difíceis de serem enfrentadas como as questões comportamentais e os padrões culturais.

Socialmente, ainda os homens são vistos como os provedores da família e as mulheres como as únicas responsáveis pelas atividades reprodutivas, uma mudança nessa percepção envolve, necessariamente em novas relações entre homens e mulheres, “as mudanças de mentalidade e de atitude requerem uma reprogramação de valores, dos códigos culturais e comportamentos arraigados profundamente na mente e nas relações entre homens e mulheres” (BRANCO, 2009, p. 22).

Concomitantemente às mudanças nas bases familiares, ocorrem mudanças nas pautas dos movimentos femininos rurais. De acordo com Siliprandi (2012) as novas pautas envolvem necessariamente uma crítica aos modelos de produção e chamando a atenção para as produções que visem a segurança e a soberania alimentar. Essas mesmas mulheres denunciam as grandes multinacionais controlam as sementes, os agrotóxicos e ainda a comercialização “colocando em risco ao mesmo tempo a saúde das pessoas e do ambiente e comprometendo a capacidade dos países de implantar políticas autônomas” (SILIPRANDI, 2012, p. 27-28).

Em contrapartida as mulheres vêm “desenvolvendo experiências alternativas de produção e distribuição de alimentos, baseadas em tecnologias limpas, ecológicas, e orientadas

pela economia solidária e feminista [...]” (SILIPRANDI, 2012, p. 27-28). São atividades de resistências aos modelos de produção agrícola que vem crescendo com o advento da Revolução Verde. Mas, essas atividades, nem sempre são valorizadas socialmente sendo consideradas “‘atividades’ marginais aos cultivos comerciais, considerados ‘principais’ e sob responsabilidade dos homens” (SILIPRANDI, 2012, p. 27-28).

A década de 1970, período da ditadura militar, foi marcada pela única força política dos trabalhadores rurais, os sindicatos, mas como afirma Siliprandi (2015, p. 112), muitos sindicatos se limitavam a dar assistência médica e encaminhamento de aposentadorias. Com o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base e da Comissão Pastoral da Terra (1975), ligadas a Igreja Católica, a situação modificou, pois essas pastorais “recriaram ambientes de mobilização e organização de agricultores e agricultoras” e também foram importantes para que as mulheres começassem a refletir e questionar as injustiças que sofriam por serem trabalhadoras rurais. Essas pastorais contribuíram também para a retomada “dos sindicatos como ferramentas de luta dos trabalhadores rurais” (SILIPRANDI, 2015, p. 112).

A década de 1980 foi marcada pela mobilização das mulheres em torno da pauta de aumento da participação feminina nos sindicatos, mas “essa questão esbarrava no entendimento de que apenas um membro da família poderia ser sindicalizado, que era, em geral, o homem” (SILIPRANDI, 2015, p. 114). Ocorreram, segundo Deere (2004), inúmeros encontros de mulheres para formação e orientação sobre a importância da mulher na propriedade rural.

O ano chave para o movimento das mulheres rurais foi de 1985. Segundo Siliprandi (2015) foi nesse ano que ocorreram dois eventos importantes. Um aconteceu em Nova Timboteua, no Pará, onde as mulheres foram até a sede da Delegacia Regional do Trabalho, em passeata, para exigir a sua sindicalização, que posteriormente foi garantida por lei e também ocorreu nesse mesmo ano que o IV Congresso da Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura –, aprovou uma moção de apoio, pela primeira vez, para a sindicalização das mulheres e reconhecendo a condição profissional da mulher como trabalhadoras rurais.

Em 1986 ocorre o encontro nacional de mulheres rurais autônomas onde as mulheres pressionam, ainda mais, para a concretização da abertura dos sindicatos para as mulheres e para que o título da terra, da reforma agrária, fosse para o nome do casal e não somente no do homem. E em 1987 as mulheres representavam “aproximadamente 29% dos membros dos sindicatos filiados à CONTAG” (DEERE, 2004, p. 181). Isso foi possível graças a organização das

mulheres rurais promovida pelas pastorais da Igreja Católica e também pela consolidação do movimento feminista no Brasil.

Mesmo tendo a modificação do papel da mulher na questão legal da posse da terra, as terras distribuídas pela reforma agrária não contemplaram a posse de terra pelo casal, e na maioria dos casos a posse e o registro estava no nome do homem. Para Deere (2002) as mulheres passaram a reivindicar o seu direito a terra em meados dos anos 2000, (mais de 10 anos após a Constituição de 1988) e isso se deu a por causa de 3 fatores: “a ampliação da participação feminina nos movimentos sociais que surgiram entre os anos 80 e 90; depois, a diversificação das prioridades desses movimentos sociais rurais, por fim, a imensa variação regional dos perfis desses mesmos movimentos no Brasil” (DEERE, 2002, p. 114).

O nordeste teve uma maior participação feminina na reforma agrária, isso se deu, segundo Deere (2002) graças ao envolvimento das mesmas nos sindicatos e movimentos sociais. As reivindicações pela posse da terra foram a primeira pauta da luta das mulheres, após isso veio as questões de gênero. Diferentemente do Sul, onde a cultura ítalo-germânica não permitia à mulher um papel de destaque, a mulher que estava no Sul, era casada e não necessitava ser protagonista, pois o esposo mantinha a família. Não havia interesse em ter o título da terra no nome da mulher.

A participação ativa da mulher torna-se essencial para o futuro do movimento de luta pela posse da terra. Assim, o MST, passa a encarar a luta pela terra como uma luta familiar, e conseqüentemente, a titulação da terra também é familiar e não apenas do homem. Foi em 1996 que se constitui o Coletivo Nacional da Mulher do MST com ações que vão da garantia do título da terra para mulheres e a participação igualitária nas associações. Para isso, era necessário organizar uma campanha pela documentação das mulheres que foi organizada pela ANMTR, a fim de alcançar os benefícios da previdência social (DEERE, 2002).

Uma razão determinante para que as mulheres tivessem mais voz foi a Constituição Federal de 1988 onde deu autonomia plena para as mulheres, inclusive ao direito da posse da terra, após essa constituição a casa passa ter dupla chefia (homens e mulheres) caindo assim, pelo menos legalmente, a chefia masculina (BRASIL, 1988). É interessante perceber que é que na década de 1980 o envolvimento das mulheres aumentou de forma significativa dentro dos sindicatos e dos movimentos sociais que estavam surgindo, como o Movimento dos Sem Terra (MST).

De acordo com suas leituras, a autora Siliprandi (2015), elaborou uma sequência de eventos ocorridos na década de 1980, referentes a mobilização das mulheres rurais no Brasil.

Unindo a essa tabela a Bison (2018) elabora uma sequência de eventos de mulheres rurais em Santa Catarina. Nos capítulos 2 e 3 esse quadro será acrescido de eventos do próprio movimento do MAB (SILIPRANDI, 2015; BISON, 2018).

Os anos 2000 trazem avanços importantes para a questão dos direitos das mulheres agricultoras. Animados pela Marcha Mundial de Mulheres<sup>15</sup> ocorre no Brasil a Marcha das Margaridas (MM). A motivação da Marcha das Margaridas foi a mesma da Marcha Mundial das Mulheres, a manifestação das mulheres em Quebec no ano de 1995, onde as mulheres saíram vitoriosas em suas pautas como o aumento do salário.

Silva (2008) traz uma importante análise da construção social e histórica do significado da Marcha das Margaridas. Para a autora a Marcha foi gestada na participação das brasileiras no Fórum Social Mundial (FSM) em Porto Alegre em 1999, lá foi o espaço de socialização das vitórias do movimento da Marcha Mundial das Mulheres. Mas essa ideia não ficou somente no âmbito do FSM, e dar-se início a partir de então, o sonho de uma marcha só de mulheres em outros organismos e sindicatos. A secretaria de mulheres da Central Única de Trabalhadores (CUT) e a SOF (Sempre Viva Organização Feminista) foram as incentivadoras para que a marcha fosse uma realidade (SILVA, 2008).

As trabalhadoras rurais aderiram a ideia de uma marcha só de mulheres e saem a marchar pelas ruas do país. A Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) vinha discutindo a necessidade de realizar ações com visibilidade e encontraram na proposta da Marcha das Margaridas o cenário perfeito para a prática desse planejamento. Essa primeira Marcha realizada em 20 de agosto de 2000 tinha como pano de fundo um governo marcadamente seguindo uma tendência neoliberal onde o estado perde sua participação ativa na economia. Esse cenário político e econômico fez com que a marcha adotasse o lema: “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”. “A terra, ao trabalho, aos direitos sociais, a autodeterminação e a soberania” estavam presente na Carta das Mulheres

---

<sup>15</sup> A Marcha Mundial das Mulheres nasceu no ano 2000 através de uma mobilização enorme que reuniu mulheres de todas as partes do mundo. A principal pauta era o combate a pobreza e a violência. A motivação veio da manifestação ocorrida em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, ‘Pão e Rosas’. Muitas conquistas foram oriundas dessa marcha como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária. A Marcha busca construir uma perspectiva feminista afirmando o direito à autodeterminação das mulheres e a igualdade como base da nova sociedade que lutamos para construir (Marcha Mundial de Mulheres).

Brasileiras<sup>16</sup>. Essa carta foi o estopim que faltava para a realização efetiva da Marcha das Margaridas (SILVA, 2008, p. 88-89).

A situação no campo brasileiro naquela época não era nada favorável para as mulheres, a fome e a pobreza assolavam os trabalhadores rurais e assalariados. Além das enormes desigualdades entre gêneros e classes sociais, existiam ainda as inúmeras batalhas que as mulheres enfrentavam contra os diversos tipos de preconceitos. Por isso a escolha do nome Margarida foi para mostrar a forma como as mulheres rurais são tratadas no país. A identificação com a líder sindical Margarida Alves, que foi assassinada brutalmente em frente de sua casa em agosto de 1983, foi essencial para um primeiro momento de mobilização e denúncia.

As mulheres de todos os setores da sociedade estavam reunidas em favor de uma vida melhor, com mais alimentos, mais direitos, e acima de tudo mais dignidade. Para Deere (2004, p. 176) foi na primeira Marcha das Margaridas que apareceu claramente a requisição de “título de propriedade conjunta para casais de terra sob reforma agrária”, pois muitas famílias eram chefiadas por mulheres e não estavam sendo contempladas pela posse da terra na reforma agrária. A segunda versão da Marcha das Margaridas ocorreu em 2003 com o tema: 2003 razões para marchar por terra, água, salário, saúde e contra a violência. As mulheres rurais foram à Brasília reivindicar políticas específicas para as mulheres. No ano de 2007 a Marcha foi às ruas para pleitear terra, salário, saúde integral e lutar contra a violência de gênero. Já em 2011, a Marcha provou que a pobreza, a desigualdade, a opressão e a violência são presentes na vida das trabalhadoras rurais do campo, da floresta e das águas. A Marcha de 2015 trouxe um importante acréscimo na visão da organização que foi a questão da Soberania Alimentar que passa a ter um papel importante dentro das discussões do movimento, esteve também na pauta de quase todas as marchas anteriores (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2014,).

Entender o princípio da Soberania Alimentar ajuda a entender e questionar “os pilares do atual sistema alimentar hegemônico pautado na crescente concentração da terra, na expansão dos monocultivos e da mineração sobre os diferentes biomas, na dependência das transnacionais que controlam desde a produção até o varejo” (MARCHA DAS MARGARIDAS, 2015, p. 17). Vários setores da sociedade são envolvidos para a realização da Marcha das Margaridas.

---

<sup>16</sup> O principal ponto dessa carta era fazer conhecida a realidade em que vivia o campo e as consequências disso para as mulheres. Além de uma crítica ao neoliberalismo representado pelo Governo Federal de Fernando Henrique Cardoso. O governo fazia de tudo para que as trabalhadoras rurais estivessem dispostas a atender aos interesses das empresas transnacionais e do capital financeiro (SILVA, 2008).

A década de 1990 é marcada também, a nível internacional, pela criação da Via Campesina. A internacionalização da agricultura, a concentração dos alimentos nas mãos de poucas pessoas (produção e distribuição), empobrecimento da população rural e dependência das grandes empresas do agronegócio foram decisivos para a criação de uma rede internacional de camponeses. Para Ribeiro; Filho (2012) a ideia de criar a Via Campesina surge II Congresso da UNAG – Unión Nacional de Agricultores y Granaderos de Nicarágua, no ano de 1992 na cidade de Manágua (Nicarágua). Mas a formalização do movimento ocorreu no de 1993, segundo Desmarais (2007, apud RIBEIRO; FILHO, 2012, p.2) “quando 46 líderes de diversas regiões reuniram-se em Mons, na Bélgica” e abrange “organizações de camponeses, pequenos e médios agricultores, mulheres rurais, trabalhadores rurais e comunidades agrárias indígenas das Américas, Ásia, Europa e África” e hoje a Via Campesina possui “97 organizações agrícolas representando milhões de famílias de agricultores de 43 países agora pertencem à Via Campesina”<sup>17</sup> (DESMARAIS, 2004, p. 140, tradução nossa).

Em 1995, na ocorre a Assembleia Global sobre segurança Alimentar, em Quebec no Canadá, e segundo Schroeder (2014, p.3) nessa assembleia, na primeira fase da Via Campesina, a prioridade era a atuação junto a FAO, pois essa seria “suscetível a maior diálogo por parte dos movimentos sociais e, conseqüentemente, maior seria a possibilidade de intervenção nas políticas adotadas” e na segunda fase a atuação da Via Campesina seria de contrapor a OMC que seria “a verdadeira delineadora das políticas agrícolas” (SCHROEDER, 2014, p.3).

A Via Campesina é uma rede de movimentos Sociais, ela é assim considerada porque abrange sob o mesmo guarda-chuva, diferentes movimentos sociais<sup>18</sup>. *Frames* já foram conceituados quando abordados na teoria de Mobilização Política e são quadros de estruturas que suportam e sustentam as ações ao divulgar os significados atribuídos para as ações coletivas por um movimento ou grupo social, de forma estratégica são usados para criar um conjunto de aspectos que expressam os significados.

---

<sup>17</sup>“organizations of peasants, small and medium scale farmers, rural women, farm workers and indigenous agrarian communities from the Americas, Asia Europe and Africa. [...] 97 farm organizations representing millions of farming families from 43 countries now belong to the Via Campesina.”

<sup>18</sup> No Brasil, há cinco organizações que integram a Via Campesina: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP), Coordenação Nacional das comunidades quilombolas (CONAQ), e a Pastoral da Juventude Rural (JPR), (VIA CAMPESINA, 2019).

No centro das discussões, o principal *frame* da Via Campesina, está a questão da Soberania Alimentar. Para Desmarais (2004, p. 141) a questão dos alimentos é central para a Via Campesina porque “é um direito humano básico e ‘todos os povos e Estados devem ter o direito de definir suas próprias políticas agrícolas e alimentares para garantir a segurança alimentar interna e o bem-estar de sua população agrícola’”<sup>19</sup>.

Então, nota-se que o conceito de Soberania Alimentar para a Via Campesina passa pelo direito das pessoas produzirem seu próprio alimento no seu próprio território de forma com que o meio ambiente e os valores dos povos sejam preservados, como é a definido pela Via Campesina: “garantir que camponeses, pequenos agricultores e mulheres rurais tenham o direito a todos os recursos necessários para a produção de alimentos; eles devem ter maior acesso e controle sobre terra, sementes, água, crédito e mercados”<sup>20</sup> (VIA CAMPESINA, 2000, *apud* DESMARAIS, 2004, p.141, tradução nossa).

Nobre (2012) traz importantes pontos para o debate sobre Soberania Alimentar. Num primeiro momento, a autora, reflete sobre a economia feminina que está transformando a noção de trabalho, ampliando-a, para incluir as atividades reprodutivas como formas de trabalhos economicamente importantes para a economia familiar. Para Bosch; Carrasco; Grau (2005, p.2) há uma sustentabilidade da vida humana que necessita ser levada em consideração, pois essa é uma “sustentabilidade que supõe, portanto, uma relação harmônica entre a humanidade e a natureza, e entre seres humanos. Conseqüentemente, será impossível falar em sustentabilidade se a mesma não for acompanhada de equidade”<sup>21</sup>. A valorização da economia do cuidado passa ser um assunto importante para discutir a questão da equidade entre gêneros e também entre humanos e natureza.

Os grandes desequilíbrios gerados pelo agronegócio, segundo Nobre (2012) é o de que os pobres recebem a quantia necessária de alimentos processados e industrializados e os alimentos orgânicos com uma carga cultural grande são destinados aos ricos. A ofensiva contra esse modelo do agronegócio se dá principalmente pelas mulheres, questionando as empresas na produção e incentivo de contraceptivos e também pelo incentivo de novos modelos de produção

---

<sup>19</sup> “is a basic human right and ‘all peoples and states must have the right to define their own agricultural and food policies to ensure domestic food security and the well-being of its farming population.’”

<sup>20</sup> “ensuring that peasants, small farmers and rural women have the right to all resources necessary for producing food; they must have greater access to and control over land, seeds, water, credit and markets.”

<sup>21</sup> “sostenibilidad que supone pues una relación armónica entre humanidad y naturaleza, y entre humanas y humanos. En consecuencia, será imposible hablar de sostenibilidad si no va acompañada de equidad.”

e distribuição. A garantia de um desenvolvimento rural sustentável se dá, necessariamente pela reformulação das questões de gênero. E nesse cenário ocorre a segurança alimentar (CAMPOS; AKUTSU, 2016).

A partir da crítica e de ações concretas contra o modelo do agronegócio, a Via Campesina, motiva seus movimentos em favor da soberania alimentar e contra os tratados neoliberais de agricultura livre para o capital estrangeiro. As políticas de alimentação e produção agrícola é um direito dos países, sem interferência externa, decidirem. Segundo Nobre (2012, p. 79) as lutas foram motivadas “pelo acesso à terra, água, sementes e condições de produção, usando práticas agroecológicas” sendo necessário chamar para o debate os povos nativos, ribeirinhos, pescadores, produtores familiares e todos aqueles que são atingidos pelas políticas do agronegócio. Entendendo que a soberania alimentar envolve questionar onde o alimento é produzido, que alimento e como ele é produzido.

A luta contra o mercado internacional de produtos agrícolas faz com que a Via Campesina priorize a alimentação de qualidade dos povos. Cada país, cada povo deve produzir seus alimentos com qualidade, tendo todos os nutrientes necessários para a alimentação, preservando o meio ambiente e os recursos naturais. Com isso esse modelo de Soberania Alimentar “coloca em xeque o modelo mundial de agricultura hegemônico na contemporaneidade” (VIEIRA, 2011, p.226). Pois o atual modelo de agricultura “centraliza a produção de alimentos e produtos agrícolas nas mãos de algumas empresas multinacionais e divide o mundo em áreas de produção de determinados produtos, homogeneizando a produção em cada parte do globo” (VIEIRA, 2011, p.226). Além do que foi exposto acima, para a Via Campesina, Soberania Alimentar passa também pela questão de uma ampla reforma agrária, distribuindo a terra de forma mais justa e construindo uma agricultura de outra forma, mais participativa e inclusiva.

A soberania Alimentar está no caminho de reconhecer, cada vez mais, a importância das mulheres na produção, distribuição e preparo dos alimentos. Não só pela forma como o trabalho é realizado, mas também pelo conhecimento para fazer essas práticas. A valorização desse agente, mulher, vai “desde a conservação e troca de sementes até experimentações de receitas e uso da alimentação para garantir saúde e bem estar” (NOBRE, 2012, p.80). Mas, a valorização do trabalho, não deve excluir a luta por uma redistribuição igualitária da terra e dos meios de produção e comercialização, superando uma cultura que exclui a mulher as novas formas de exclusão criadas pelo agronegócio e por fim, mas não menos importante, uma redistribuição do tempo em que a mulher dedica ao preparo dos alimentos (NOBRE, 2012).

A mudança que a Soberania Alimentar propõe vai além de uma mudança no modelo de produção, inclui também uma mudança na mentalidade de consumo, na forma como as pessoas consomem, “ter tempo para preparar o alimento, compartilhar as refeições, mas também para que as mulheres façam o que quiserem ou não façam nada” (NOBRE, 2012, p. 80). Essa mudança na forma de produção e de consumo é uma tarefa de todos e todas, não somente pelos moradores do campo, mas também pelas pessoas urbanas.

É necessário apontar que só existirá Soberania Alimentar, quando forem redemocratizados os recursos naturais. Existe uma subordinação dos pequenos agricultores e agricultoras frente às grandes empresas de defensores químicos e de produtores de sementes. Para Ribeiro (2015) as sementes são a base para a Soberania Alimentar, pois delas é que surge o alimento. A redemocratização das sementes possibilitará aos agricultores e agricultoras a liberdade do capital. O mesmo processo ocorre com a água. A privatização ou a mercantilização da água e de todos os recursos naturais (sementes, terra, conhecimentos locais, etc.) são considerados, de acordo com o MST (2012), como crime contra a humanidade e contra a terra, sem ao menos levar em consideração a opinião das comunidades locais que são extremamente afetadas por esses projetos hidrelétricos que “aprimam e se apropriam da água, não tendo em conta nem necessidades, nem práticas tradicionais, nem a opinião das comunidades locais, além de debocharem da preservação do ecossistema” (MST, 2012, página única, *apud* RIBEIRO, 2015, p. 11).

Branco (2009, p.53), entende a produção agroecológica inclui uma presença maior de jovens e mulheres, que participam, desde o processo de produção até a administração dos recursos financeiros, passando pela venda nas feiras agroecológicas. A presença feminina nesse processo, não só como participantes, mas como tomadoras de decisão e gestoras, fomenta o uso de meios de produção sustentáveis e de preservação ambiental, além de contribuir “para melhoria da segurança alimentar e hídrica, para o aproveitamento dos espaços e para potencializar os subsistemas e aumento da (agro) biodiversidade”. Outras possibilidades para organização das mulheres rurais foram abertas nos últimos anos. Além dos movimentos sociais e dos sindicatos as mulheres tem desempenhado um papel essencial, mas também em associações e grupos de produção com práticas associativas, “que desenvolveram experiências produtivas alternativas no nível das propriedades; na criação de centros de formação, para prestação de assessoria técnica e organizativa; na formação de espaços de comercialização, cooperativas, associações” (SILIPRANDI, 2015, p. 134.).

A plena cidadania de homens e, principalmente de mulheres, ocorre quando há uma plena inserção na economia solidária. Na visão de Machado (2012, p. 49) é uma das formas de enfrentar a “exclusão social e a precarização do trabalho que afetam majoritariamente as mulheres” e as formas de trabalho são “coletivas, justas e solidárias de geração de trabalho e renda, tendo em vista um projeto de desenvolvimento sustentável, global e coletivo”.

Com isso, percebemos que as mulheres estão empenhadas em buscar formas alternativas de produção alimentar e de comercializar de forma justa, levando em consideração a boa utilização dos recursos naturais e o resgate dos saberes tradicionais. Ao longo do tempo as mulheres estiveram envolvidas nas lutas por uma vida digna, dentro ou fora dos movimentos sociais, mas a sociedade não valorava suas ações. Na próxima seção resgatar-se-á o papel e a importância das mulheres dentro dos movimentos sociais.

Entender esse processo de organização e luta das mulheres, é essencial para entender a própria história de como a sociedade vem incluindo a questão das mulheres como importantes para as discussões sobre alimentação, soberania alimentar e segurança alimentar. A Marcha Mundial das Mulheres foi um divisor de águas no movimento das mulheres no Brasil, especialmente para as mulheres rurais. Todos esses eventos apresentados foram essenciais para compreender o movimento das mulheres camponesas. A partir da criação da Via Campesina os movimentos ficam unificados em torno do mesmo guarda-chuva (*master-frames*). A Via Campesina unifica as pautas sobre segurança alimentar e soberania alimentar. Com isso, entra em pauta, a forma de produção e como isso afeta as mulheres e crianças. O modelo agroexportador, inserido pela Revolução Verde, traz inúmeros prejuízos ao meio ambiente e conseqüentemente para a vida da população como um todo.

É essencial compreender que a participação da mulher como militante do MAB se deu graças a criação de espaços de cuidado para as crianças. Esses espaços foram essenciais para que as mulheres conseguissem participar ativamente do movimento já que tinham um espaço seguro para deixar seus filhos e filhas, e isso não está dissociado do processo histórico de organização do movimento. Conforme MAB (2017), a necessidade de criação desse espaço foi fruto de uma pauta específica de se ter um espaço de cuidado para as crianças, enquanto as mulheres estavam se organizando para serem protagonistas nos espaços decisórios do movimento. No capítulo 3 será exposto como esse espaço modificou a sua funcionalidade passando de um espaço único de cuidado para um espaço de formação, a Ciranda Infantil.

De acordo com os conceitos apresentados até aqui podemos ter como tese, até o momento, que o ciclo de confrontos de Tarrow unido ao conceito de Indústria dos Movimentos Sociais – SMI podem contribuir para entender como a unidade em torno de uma mobilização social pode acontecer. Essa mobilização só foi possível porque existiu uma forte motivação para tal, os *frames*, foram os responsáveis por aglutinar em torno de uma mobilização, podendo, em cada movimento ter *frames* diferentes. Mas cada movimento possui um *master-frame* muito bem definido, que perpassa todo o movimento.

Na década de 1960 o governo brasileiro criou o cenário político favorável, com um ciclo de confrontos. A sua política modernizante cria nesse momento uma Indústria dos Movimentos sociais e o *Master-frame* desses movimentos é o acesso à terra e da perda dela em função da construção das barragens, ou seja, a luta pela terra. E nessa perspectiva as mulheres estreiam a sua atuação dentro dos movimentos clássicos de luta pela terra, como o MAB.

A principal pauta das mulheres é a questão da segurança alimentar. Os homens estavam mais preocupados em ser ressarcidos nas questões econômicas da propriedade e da residência. Já as mulheres olhavam para aquelas questões que são comuns do mundo reprodutivo ao qual ela faz parte como a horta, os pés de frutas, as flores, cada um desses itens traz valores que o dinheiro é incapaz de recuperar. Então, a luta das mulheres nos movimentos sociais clássicos se deu na perspectiva de lutar por aquilo que não era valorizado economicamente. Isso é notado com muita clareza na fala de uma já experiente militante Entrevistada 10 onde ela diz que a mulher está preocupada, pelo menos no início da organização, para as questões mais voltadas para a subsistência familiar.

No começo do movimento tinha poucas mulheres, aí tivemos que ir, conversar com elas para saber se elas estão a par do que estava acontecendo, ou se elas ainda tem alguma coisa para colocar, porque o homem não valorizou a gaiola que foi construída para engordar o galo, ele não valorizou as flores, ele olha o mais grande a terra e a casa, o financeiro. [...] Porque isso eu plantei, eu cultivei, eu cuidei, isso faz parte da minha vida. (ENTREVISTADA 10, 2019, p.3).

Sobre essas três seções que compõem este capítulo apresentaram-se as questões amplas sobre a teoria que permeia a análise sobre a participação das mulheres no Movimento dos Atingidos por Barragens. É necessário ressaltar que no âmbito da luta social as teorias não percebidas separadamente ou tão claras como nas obras dos teóricos. Por isso, é necessário analisar o movimento em partes. No próximo capítulo vamos analisar o MAB a partir de sua fundação ainda como Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB), nas lutas de

Machadinho/RS e Itá/SC e algumas lutas pontuais até a privatização do setor elétrico e a entrada do MAB na Via Campesina. Toda a análise será feita com o objetivo de perceber a participação da mulher no âmbito das lutas do movimento. Para o próximo capítulo as entrevistas auxiliarão a entender a atuação das mulheres no movimento e qual a principal pauta que elas tinham e ainda possuem. Parte da mídia estará, assim como as autoridades políticas, ao lado das empresas, já que recebem dinheiro para fazer propaganda para a empresa.

## 2. AS MULHERES NA LUTA CONTRA AS BARRAGENS E PELA TERRA

Nesse segundo capítulo será abordada a história do MAB como movimentos sociais na luta pela terra e contra as usinas hidrelétricas da Bacia do Rio Uruguai correlacionando com as lutas pontuais de outras UHEs e a participação das mulheres. A trajetória do MAB que surge enquanto Comissão Regional e com um objetivo específico de lutar por indenizações justas nas primeiras UHEs da Bacia do Uruguai. O capítulo é dividido em três sessões.

A primeira sessão é composta da historiografia do MAB nos seus primeiros anos de vida. A luta contra as barragens no momento em que a Eletrosul é estatal e que essa luta torna-se um modelo para as próximas construções de usinas. As UHEs de Itá e Machadinho tornam-se um modelo no processo de indenização dos atingidos. Nesse momento o termo atingido é ampliado para todos aqueles que de alguma forma são atingidos pelas águas da usina e não somente quem é proprietário da terra. É nesse momento também que as grandes mobilizações ocorrem no norte do Rio Grande do Sul e do Oeste de Santa Catarina. O MAB conta, nesse momento, com importantes apoios, como setores da Igreja Católica e Luterana, a FAPES, Instituição Privada de Ensino Superior da Cidade de Erechim/RS, sindicatos rurais. Há um cenário favorável à organização dos atingidos.

A segunda e a terceira sessões são compostas pelo resgate da luta dos atingidos na construção da usina de Itá e Machadinho. Num primeiro momento a Eletrosul é estatal e negocia, através do acordo estabelecido entre MAB e Eletrosul, as melhores formas de reassentamento e indenizações. Mas, no meio das construções as obras pararam e a Eletrosul foi privatizada e é nesse momento que tudo muda. A partir de então, as indenizações serão mais difíceis, com mais procrastinação por parte das empresas. Os consórcios tentarão excluir dos atingidos aqueles que não são proprietários da terra. Nesse momento a força da mobilização é que fará a diferença para a garantia de direitos.

A quarta sessão traz outras três usinas (Campos Novos, Barra Grande e Foz do Chapecó) construídas na bacia do Rio Uruguai. Elas foram projetadas e executadas totalmente pelos consórcios que ganharam os leilões. As indenizações e estudos sócios ambientais foram executados pelos consórcios de empresas privadas. Então, nesse momento, as empresas tentarão indenizar os atingidos através de dinheiro devido ao menor compromisso que gera após o pagamento das indenizações.

As mulheres estão nessa toada em todos os momentos. Num primeiro momento elas estão mais focadas nas mobilizações, passeatas, carreatas, elas estão mais voltadas para a prática

da luta e não tanta para as decisões do que fazer enquanto movimento. Para a Entrevistada 5 (2019) o principal diferencial entre homens e mulheres é de que “a mulher percebe o processo como um todo, ela tem uma certa amplitude do processo, o homem geralmente vê a questão econômica como central, a questão da indenização” (ENTREVISTADA 5, 2019, p.2). Elas vão assumindo um protagonismo com o passar do tempo devido a necessidade da mulher reivindicar por questões que não estavam na perspectiva masculina, como afirma a Entrevistada 5 (2019) como a questão da alimentação, da horta, das fruteiras, das flores, entre outras questões. A partir desse momento não seria mais possível deixar a mulher de fora das posições de decisão. Esse movimento ocorre naturalmente e de forma pacífica.

## 2.1. FUNDAÇÃO DA CRAB

Os conflitos sociais estão intrinsecamente associados com a formação do estado brasileiro, o conflito com os povos indígenas, com os negros escravizados, caboclos e com os pequenos proprietários de terras marcaram a história da formação sócio-política-econômica do Brasil. A fundação da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) surgiu na cidade de Concórdia/SC em reação a construção das barragens de Itá/SC e Machadinho/RS.

A região da Fronteira Sul do Brasil<sup>22</sup> é marcada pelo surgimento dos principais movimentos sociais como o MAB, MMC e o MST. A referida região tem sua história marcada pelas inúmeras violações, a Lei de Terras (1850), a chegada das companhias colonizadoras e a chegada da estrada de ferro *Brazil Railway Company* fizeram com que a região sofresse com diversas violações de direitos especialmente das populações menos privilegiadas financeiramente.

Segundo Rocha (2019) a política modernizante do governo brasileiro a partir da década de 1960 incentivou um ciclo de confrontos que deu origem à indústria de movimentos sociais. Os *frames* dessa indústria de movimentos sociais foi a “questão do acesso à terra e da perda desta em função das barragens, logo, prepondera a luta pela terra como *master frame* que identifica e abriga diferentes perspectivas” (ROCHA, 2019, p. 85). Essa política coloca em

---

<sup>22</sup> A Fronteira Sul envolve os três Estados sulinos, a Fronteira Noroeste do Rio Grande do Sul, a Fronteira Oeste de Santa Catarina e a Fronteira Oeste do Paraná. Os principais aspectos comuns entre essas partes foram: o isolamento político e tardia incorporação à economia nacional; apresentam um histórico econômico muito parecido nessa região, pode ser porque essas áreas foram ocupadas por agricultores gaúchos num período de tempo relativamente curto que vai do final do século XIX até os anos de 1970 (CORAZZA, 2016).

questionamento o modo de produção e de vida das populações nativas. Além dessa busca para o desenvolvimento do país a geografia da região favoreceu a implementação das hidrelétricas, conforme Rocha (2019) e Rocha e Oliveira (2018) afirmam que essa região se destacou geograficamente pelo grande potencial hidrelétrico, o relevo ondulado e o solo pedregoso dificultam o uso de máquinas agrícolas e por isso a configuração familiar e o modo de vida das populações rurais é voltado para a subsistência da família com um a pluriatividade, unido a isso as questões socioeconômicas e culturais da região foram “elementos que condicionaram a região como um berço potencial para movimentos de contestação da realidade da época” (ROCHA, 2019, p.87).

A década de 1960 foi também marcada pelo surgimento das indústrias de produtos voltados para a modernização agrícola no país, na tentativa de passar de uma cultura de “agricultura tradicional, totalmente dependente da natureza e praticada por meio de técnicas rudimentares, para uma agricultura mecanizada” (TEIXEIRA, 2005, p. 23). Economicamente, pensando essas três décadas (1950-1980), foi o “período de ouro” da economia Brasileira. Alves (2004, p.1) enfatiza esse período afirmando que “a economia brasileira cresceu, em números redondos, a uma média de 7%, enquanto a população cresceu 2,8% ao ano. A renda per-capita cresceu 4,2% ao ano. Esses trinta anos marcaram o melhor período de crescimento de toda a história brasileira” (BARROS; MENDONÇA, 1995).

Mas, essa modernização agrícola e esse efêmero crescimento econômico são excludentes, pois os produtores mais pobres são excluídos do processo de modernização, pois as práticas agrícolas passam a ser onerosas porque a industrialização substitui os insumos produzidos na propriedade por outros insumos não agrícolas, além de serem extremamente agressivas para o meio ambiente. Somente uma pequena parcela foi beneficiada com essa modernização, os que estavam voltados para a exportação (TEIXEIRA, 2005). Segundo Silva (2007) entender o discurso sobre a ideia de desenvolvimento é central para perceber e entender os processos de dominação e de relações de poder.

A ideia de desenvolvimento está voltada ao mercado externo, sem deixar marcas concretas de transformações positivas, e sim, uma ascensão das desigualdades sociais, aumento da pobreza, destruição dos recursos naturais. Esse desenvolvimento dependente gerou o que se conhece por ‘atraso’, e essa ideia era apenas relacionada com a falta de desenvolvimento (FURTADO, 1972). O autor afirma que o subdesenvolvimento é a outra face da mesma moeda e ele é fruto de uma conexão entre um modelo interno de desenvolvimento que é concentrador e um externo que é de dependência (FURTADO, 1974). O modelo de desenvolvimento, para

Furtado (1974), é tão dependente dos recursos não renováveis que se o desenvolvimento se concretizasse para todos os povos, o mundo entraria num colapso. Assim para Furtado (1974, p. 75) a ideia de desenvolvimento é um mito, porque ele ignora a “identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-las em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento” (FURTADO, 1974, p. 75).

Com o aumento do consumo de produtos entre as famílias e a urbanização surgiu a necessidade de mais energia elétrica para produção e utilização desses produtos. Percebe-se então, a precariedade na produção de energia no país que não diversificou a produção de outras fontes renováveis de energia e focou quase que exclusivamente na hidrelétrica, associado com a abundância hídrica do país. Esse cenário de disponibilidade de água doce unida com a necessidade de eletricidade causada pela industrialização e urbanização fez com que a hidroeletricidade fosse a alternativa para essa nova demanda. Isso pode ser visto nas ações do Governo Geisel, na ditadura militar, foi lançado o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974) que priorizava a produção energética através da hidroeletricidade. A consolidação do setor passa pela parceria com a construção civil, estudos e projetos e ainda com os equipamentos elétricos (ROCHA, 2013).

Mas, os movimentos sociais de contestação não surgem num evento específico, são necessários eventos anteriores que vão dando condições para que se formem os movimentos sociais. Como afirma Rocha (2019) no Paraná, na construção da Itaipu, alguns manifestantes reivindicam seus direitos; indenizações rápidas e justas foram as principais pautas de uma ação no dia 14 de julho de 1980 na frente do escritório da Itaipu, “os atingidos chegaram com faixas e uma corrente que foi passada no portão que já abrigava funcionários. Tratores trancavam o acesso à rua e um sistema de som foi instalado na carroceria de um caminhão, o que foi batizado de ‘Rádio Justiça’” (ROCHA, 2019, p. 91). Enquanto isso, no Rio Grande do Sul, durante o Acampamento Natalino (de 08 de dezembro de 1980 até outubro de 1983) os afogados do Passo Real se unem aos sem terras. Essa união fez com que a pauta do Movimento dos Sem Terras ampliasse para a questão das barragens permitindo várias ações nos anos seguintes.

A década de 1960 é também marcada pelos diversos conflitos econômicos, políticos e institucionais, inclusive no Sul do Brasil. A desigualdade social crescia a passos largos, a modernização da agricultura jogava para a marginalidade quem não possuía recursos para a modernização como foi visto acima, grandes projetos hidrelétricos estavam sendo planejados, pelo Governo Federal, início da ditadura militar, avanço dos protestos sociais no sul do país e

a difusão da teologia da libertação (opção preferencialmente pelos pobres) através dos setores mais progressistas da Igreja Católica. Esse cenário foi fundamental para que surgisse o movimento de luta pelas terras, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens, no começo ainda como Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB). Como afirma Poli (2008) as transformações da agricultura (modernização e êxodo rural) e a renovação da Igreja Católica com o Vaticano II e Encontro Episcopal de Medellín e Puebla foram fundamentais para gerir os movimentos de contestação que surgiam e “nessa perspectiva é que as CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) se transformaram em importantes espaços interativos, no interior dos quais muitos movimentos sociais foram gessados” (POLI, 2008, p. 15-16).

Os grandes projetos de recursos energéticos, do Governo Federal, foram impulsionados pelo aumento nos custos da importação do petróleo, e estava nesse planejamento a bacia do Rio Uruguai. E em 1979 que o Governo torna público a sua intenção de construir 25 Usinas Hidrelétricas na bacia do Rio Uruguai, sendo 22 UHEs no Brasil e 3 UHEs na fronteira com a Argentina (ROCHA, 2019). A primeira que começou a ser construída é a barragem de Machadinho, em 1982, e a segunda é a de Itá em 1984.

Geograficamente, o movimento de mobilização contra as construções das barragens, surge no norte do Rio grande do Sul e no oeste de Santa Catarina, na região denominada Alto Uruguai Catarinense e Gaúcho e é na bacia do Rio do Uruguai que o Governo Federal implementará seu plano para a construção das usinas hidrelétricas. Alguns agentes pastorais da Igreja Católica, membros do clero e laicato da Igreja Evangélica de Confissão Luterana (IECLB) e professores da FAPES, Instituição Privada de Ensino Superior da Cidade de Erechim/RS, ficaram sabendo com antecedência dos planos do governo e mobilizaram, articularam e formaram lideranças para enfrentarem os futuros planos governamentais. O estopim para a organização das reivindicações foi a “farsa da peste suína africana<sup>23</sup>” como forma de protesto a essa injustiça do sacrifício dos suínos das propriedades rurais, alguns sindicatos unidos com setores da Igreja Católica convocaram um grande ato de protesto na cidade de Chapecó em outubro de 1979 que ficou conhecido como “farsa da peste suína africana” onde reuniu mais de vinte mil pessoas num estádio de futebol e depois saíram em passeata pelas ruas (POLI, 2008, p.68).

---

<sup>23</sup> Pode-se saber mais sobre a peste suína africana através de POLI, 2008.

Esse evento da “farsa da peste suína” é importante para, inclusive, perceber o cenário político que antecedia a criação da CRAB. No mesmo ano de 1979 vem a público o estudo do governo federal com a intenção de construir as barragens na bacia do Rio Uruguai, conforme já foi exposto, e com isso a inundação de grandes áreas de terras. Para os agricultores, que sofriam com o abatimento dos suínos, agora estariam ameaçados pela expropriação de suas terras.

Com esse cenário exposto foi criada a Comissão Regional de Barragens (CRAB) na cidade de Concórdia/SC no ano de 1979, com aproximadamente 350 agricultores (ROCHA, 2019). Os agricultores estavam se adiantando nesse processo de construção das barragens, por isso, em 1980 ocorreu outro evento que foi planejado para que os atingidos tivessem maiores informações da Eletrosul, como não obtiveram nenhuma resposta aprovaram o **Manifesto dos Agricultores Atingidos do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense sobre as barragens**, e nesse documento contestavam a necessidade da construção das barragens e criticavam a maneira impositiva e autoritária que o projeto estava sendo executado e principalmente, rejeitando as indenizações em dinheiro como forma de ressarcimento, propondo indenização de terra por terra semelhante na região através de negociação coletiva (NAVARRO, 1996). Pode-se ver no anexo D a reportagem do jornal do município de Concórdia e como a mídia tratou a organização dos agricultores como violenta.

Mas a negativa de diálogo por parte da Eletrosul era grande e os métodos de desarticulação eram os mais variados possíveis. Podemos observar esse modo de agir da empresa nas palavras de Navarro (1996, p. 79) que afirma que a Eletrosul se negava em dialogar com a CRAB dividindo os agricultores entre si e cooptando autoridades como prefeitos e mídia local, “e procurava também implementar uma estratégia de negociações individuais, [...] divulgava várias ameaças, como quando alertou que o pagamento da indenização só seria realizado com a titulação completa da propriedade [...]” (NAVARRO, 1996, p. 79). Para a Entrevistada 3 (2019) o objetivo da empresa era construir a usina o mais rápido possível e para isso era importante que os atingidos não se organizassem. Num primeiro momento existem “famílias que ficam do lado da empresa e famílias que não ficam do lado da empresa [...] e ai a empresa tenta sempre mais combater as famílias que ficam organizadas no MAB, [...] começa a perseguir essas famílias, deixando elas sem fazer o levantamento” (ENTREVISTADA 3, 2019, p.1).

Ameaçar, chantagear, comprar e reprimir foram técnicas utilizadas e, ainda são atualmente, para desmobilizar e desarticular os militantes dos movimentos sociais. Percebemos

nas expressões acima que a empresa muito pouco estava preocupada com os impactos sociais, só fez isso por causa da pressão dos movimentos sociais e sindicatos. Dividir a população atingida com uns ficando contra os outros foi umas das formas mais utilizadas para tentar desmobilizar o movimento e reduzir custos com a questão social dos impactos das barragens (ENTREVISTADA 3, 2019).

Nos seus primórdios o movimento tinha dificuldades de articulação, pois faltava uma unidade, uma identidade. Estavam no movimento diversas pessoas com diversos objetivos, desde os que foram atingidos diretamente até as pessoas que se identificaram com a pauta com diversas óticas (ambiental, humanitária, sindicais, etc.). As pessoas não acreditavam que era possível modificar o pensamento do estado militar e autoritário. Essa mudança de pensamento só foi possível através das diversas reuniões e encontros de formação, com ênfase nos direitos humanos e defesa da dignidade humana. Como afirma Rothman foi nas “reuniões, seminários e romarias, com a assessoria da pedagogia política da CPT, de defesa da dignidade e dos direitos humanos, ocorreu processo de aprendizagem da participação, transformando as percepções fatalistas em afirmação dos direitos” (ROTHMAN, 1996, p. 128).

Era necessário criar uma identidade para unificar o movimento e o discurso foi o das perdas. As perdas eram muitas. Famílias que seriam separadas, comunidades, a herança cultural e a perda dos meios de produção. As lideranças trabalhavam para conscientizar os atingidos que as barragens trariam mais dores do que alegrias para as camadas mais pobres da população. Eram muitas perdas materiais e culturais. Com isso criou-se a identidade de atingidos, como afirma Rothman (1996, p. 130) “esse discurso de perdas, utilizado pelas lideranças da CRAB, da CPT e dos religiosos, e mediatizado pela cultura local, não apenas reforçou a identidade dos colonos, mas contribuiu, também, a uma identidade emergente de ‘atingidos’”. Conforme Moraes (1996, p. 140) afirma que é no processo de construção da identidade que se desenvolve a consciência da própria personalidade e essa construção não “uma ‘construção’ linear e contínua, trata-se de um processo complexo que implica um constante fazer-se e refazer-se em ciclos de sínteses mais restritas ou mais ampliadas [...]”. Rocha (2013) traz que a condição de atingido não acontece naturalmente só por estarem em áreas afetadas pelas inundações. Essa condição vai sendo construída através de um processo social amplo e longo que envolve todas as hidrelétricas e que se reconfigura a cada novo projeto hidrelétrico.

A falta de informação e de critérios de indenização por parte da Eletrosul, fez com que as pessoas fossem procurar articular-se em torno das lideranças. Existiam muitas ameaças por parte do governo. Chegou a circular a possibilidade de pagamento somente para as pessoas com

a propriedade documentada, excluindo assim um grupo significativo de agricultores e agricultoras que não possuíam a posse da terra. Nesse momento os agentes das pastorais da Igreja Católica foram essenciais para mobilizar e motivar os agricultores a irem buscar seus direitos, pois eles tinham “a credibilidade e as habilidades para comunicar essa mensagem, de maneira que influenciaram a consciência e o comportamento dos colonos e formaram um sentido de solidariedade entre os atingidos, motivando-os para defender suas casas, suas terras, sua comunidade” (ROTHMAN, 1996, p.129). Outra condição para a mobilização coletiva foi a mudança que seria gerada na forma de vida das populações atingidas, com a construção das barragens, por isso “o grau de insatisfação e insegurança ante os possíveis impactos causados pela construção da barragem coloca em xeque o seu modo de viver. Essa situação, corresponde a um dos principais fatores de mobilização coletiva” (ROCHA; OLIVEIRA, 2018, p.28).

No início da década de 1980, após várias negativas de esclarecimento por parte do governo, a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB) vai representar os atingidos perante o Governo Federal. A Eletrosul continua ignorando a presença dos representantes e tentava inviabilizar o movimento aliciando prefeitos, meios de comunicação, empresários e cooperativas. Além disso, a empresa fazia algumas negociações individualmente na tentativa de amedrontar os agricultores. O aliciamento dos prefeitos já era conhecido pelos militantes: “os prefeitos nós sabíamos, eles foram comprados, até hoje tem isso né? Nós não contávamos muito com o apoio das prefeituras. Nós dizíamos assim: os prefeitos se vendem por uma ponte” (ENTREVISTADA 9, 2019, p. 3).

Em 1982 e 1983 surgiram várias manifestações contrárias a construção das barragens. A Romaria da Terra, em 15 de fevereiro de 1983, é um exemplo dessa resistência, ela tinha como tema Águas para a vida e não para a morte. A resistência a construção da UHE de Machadinho foi tanta que a Eletrosul alterou o cronograma das obras dando início a UHE de Itá. Nesse cenário de unir forças contra as construções das UHEs os atingidos e atingidas foram até mesmo reuniões na Assembleia legislativa do estado do Rio Grande do Sul, onde surgiu uma comissão Especial de Barragens. O movimento se consolida no momento da instalação das UHEs de Itá e Machadinho, na divisa entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul (ROCHA; OLIVEIRA, 2018).

Em 1984 ocorre o II Encontro que traz um documento com um milhão de assinaturas de apoio de pessoas físicas ao movimento dos atingidos pelas barragens. Nesse mesmo ano, encerrou-se a Comissão Especial e reuniu-se em torno de 500 pessoas para ouvir o relatório na

cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Nesse momento o presidente da Eletrosul foi vaiado intensamente como sinal do repúdio que pelas pessoas atingidas.

O ano de 1985 foi marcado pelas inúmeras manifestações, romarias (em Itá ocorreu outra grande Romaria), encontros em diversas comunidades, depredação do campo de obras das hidrelétricas e detenção (temporária) de funcionários da empresa estatal, reuniões entre outras formas de resistência. Também nesse ano que o movimento consegue uma reunião com o Ministro de Minas e Energias que acorda em trancar as obras e montar um grupo de trabalho para pensar e conversar sobre o projeto. Para conseguir mais apoio no legislativo o movimento decide apoiar publicamente, em 1986, seu assessor como candidato a deputado estadual pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em contrapartida a Eletrosul apoia dois outros candidatos pelo Partido da Frente Liberal (PFL), um partido conservador.

A CRAB consegue, em 29 de outubro de 1987, através do acordo com a Eletrosul (anexo E), redefinir a definição de atingido, além disso, esse acordo foi referência para novas construções de UHEs. A partir desse momento atingido era toda e qualquer pessoa que seria afetada pela inundação das terras. Sejam elas agricultoras ou não, rurais ou urbanas, proprietárias ou posseiras, diferentemente do que inicialmente a Eletrosul desejava (somente incluir os proprietários das terras). Além disso, esse acordo previa que nenhuma obra iniciasse sem a prévia indenização ou reassentamento dos atingidos. Esse acordo também definiu as diretrizes para o reassentamento para todos os atingidos, seriam em terras dos três estados do sul, que tivessem características agrícolas e de infraestrutura não inferiores daquelas atingidas (ALMEIDA, 2003). Nesse sentido a entrevistada 3 traz a definição do termo atingido pelo MAB, numa construção coletiva e histórica e também se percebe uma clara referência à luta de classes presente em toda a história do movimento: “para nós [MAB], **atingido são todos aqueles que sofrem algum impacto com a questão do capitalismo em geral** [...] são todos aqueles que sofrem alguma transformação seja econômica, social, ambiental, religiosa em torno de um projeto de hidrelétrica” (ENTREVISTADA 3, 2019, p.2, grifo nosso).

O financiamento para as ações do movimento vinha via Igreja Católica, Igreja Luterana (IECLB), FAPES e sindicatos dos trabalhadores rurais. Automóveis, pessoas, custeamento de viagens e salários para militantes, materiais para divulgação e formação, eram ajudas de diferentes tipos e formas. Em março de 1991, na cidade de Brasília, no I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, o Movimento decide alterar o nome de CRAB para Movimento dos Atingidos pelas Barragens – MAB, mas sem realizar mudanças estruturais internas.

É importante ressaltar que o movimento contra as barragens não nasce exclusivamente no sul do Brasil. Existiam mobilizações contrárias às barragens no norte (Tucuruí/PA), no nordeste (Sobradinho e Itaparica) e também no sul (Itaipu, Machadinho, Itá). A principal reivindicação nesse momento é a indenização justa para as famílias. A partir das lutas pontuais e regionais foi se estruturando um movimento mais nacional. Em 1989 faz-se o primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, que teve a participação de representantes de várias regiões do País. Nesse momento fez-se um levantamento das lutas e troca de experiências dos atingidos em todo o país, “foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens” (MAB, 2011, p.1). Com isso o poder de articulação aumenta e em 1991, como já afirmado anteriormente, foi alterado o nome para Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB e a principal ordem passou a ser: “Terra Sim, Barragem Não” (MAB, 2011, p.1).

A presença das mulheres nesse começo de gestação do movimento social é muito pontual. É quase um consenso que não existia a preocupação sobre as questões de gênero nesse período, e isso pode ser explicado pela ausência das mulheres nas posições de lideranças. Essa ausência se deu em virtude da organização familiar e tudo o que estava envolvido, filhos, trabalho doméstico, trabalho nas propriedades rurais, entre outras atividades do mundo reprodutivo, como foi exposto no capítulo anterior, foi o mundo reservado pelos homens para as mulheres. Percebe-se na fala da Entrevistada 10 que ao ser uma das primeiras mulheres líderes do MAB na região, ela não sentiu dificuldades em ser aceita, até brinca com isso, “brincavam que eu tinha um banheiro feminino só pra mim, porque eu fui a única mulher entre os 120 homens na comissão dos atingidos,” (ENTREVISTADA 10, 2013, p.1), provando que nesse momento a preocupação do movimento não era a questão de gênero, mas a expropriação da terra que era iminente:

Eu me senti capacitada né para participar dessas reuniões, chegou um momento de eu estar no meio de 120 homens participando, [...], isso foi perto dos anos 90. Essa reunião foi lá em Erechim, era o polo lá em Erechim. Eu não me senti diferente por ser a única mulher lá na reunião porque meu pai me criou sem diferença. Eu não posso me queixar que alguém mexeu comigo, que alguém me encarou diferente. Os homens que vinham, todos agricultores do interior, eu procurava me entrosar, fazia uma rodinha estavam tomando caipirinha eu entrava na rodinha, como está a caipirinha tá boa? Eu nunca fiz diferença, eles também não. Muito respeito (ENTREVSTADA 10, 2019, p.1.).

A mulher era chamada para as mobilizações, mas ainda não ocupava espaços de liderança dentro da organização do movimento como lembra a Entrevistada 10 “nas passeatas

[foi] aparecendo mais mulheres, [...] porque os policiais respeitavam mais as mulheres. As mulheres estavam na frente, elas iam para frente porque com os homens os policiais mexiam, prendiam [...] a gente conseguiu colocar mulheres” (ENTREVISTADA 10, 2019, p.3). Essa narrativa histórica também é lembrada pela Entrevistada 9: “no momento [criação da CRAB] as lideranças eram mais homens, mas tinha mulher também. [...] era mais difícil para uma mãe de família que tem filhos para cuidar deixar os filhos para assumir cargos [...] quem podia ir nas mobilizações eram bem acolhidos, [...]” (ENTREVISTADA 9, 2019, p. 6).

Esse cenário será modificado, e isso será mais bem detalhado no capítulo seguinte. Mas, é importante, nesse momento ficar claro que, apesar de serem atingidas duplamente, as mulheres estavam fora da organização dos movimentos e não, necessariamente da luta. Claro que havia exceções, como é o caso da Entrevistada 10 na luta contra a barragem de Itá. A inserção da mulher, nas discussões, acontecerá no momento seguinte do movimento, quando as lideranças percebem a necessidade de incluir a mulher no processo de decisão, pois, ela poderia contribuir significativamente para os acordos de ressarcimento entre movimento e a estatal Eletrobras.

Pode-se perceber através do quadro abaixo que as mulheres organizaram-se através de diferentes setores da sociedade, e isso será essencial para entender a mudança que ocorrerá nos movimentos sociais nas décadas seguintes. Nesse período a Igreja Católica, através de suas pastorais, foi essencial para a organização feminina. É necessário destacar que nesse momento a pauta das mulheres era com relação a direitos sejam previdenciários ou políticos. Não existia uma pauta estritamente feminina, até porque a própria Igreja estava envolvida, e alguns assuntos que seriam pauta em outros momentos, como a liberdade reprodutiva da mulher, nunca seria pauta nesse momento da organização.

<b>Principais eventos de organização das mulheres rurais e do CRAB/MAB (Brasil, décadas de 1980 e 1990.</b>	
<b>ANO</b>	<b>EVENTO</b>
1979	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundação da CRAB – Comissão Regional dos Atingidos por Barragens</li> </ul>
1980	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Manifesto dos Agricultores Atingidos do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense sobre as barragens. Nesse documento contestavam a necessidade da construção das barragens</li> </ul>
1982	<ul style="list-style-type: none"> <li>• I Congresso da Mulher Camponesa no RS.</li> <li>• A CPT, incentiva a criação de uma chapa de oposição ao sindicato “pelego” dos agricultores rurais. As mulheres têm um papel importante nessa vitória por parte da CPT. Isso não modifica as relações de gênero, mas desperta o interesse das mulheres em participar das mudanças sociais (Chapecó/SC).</li> <li>• Mobilizações das mulheres pelas frentes de emergência em vários estados</li> </ul>
1983	<ul style="list-style-type: none"> <li>• I Encontro de Líderes Trabalhadoras Rurais (RS).</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupos de mulheres começam a se formar, com apoio das pastorais da Igreja Católica. (Chapecó/SC).</li> <li>• Em Nova Itaberaba/SC ocorre o primeiro encontro de mulheres, esse esforço cria a Organização das mulheres agricultoras de Santa Catarina (OMA/SC).</li> <li>• Romaria da Terra com o tema “Águas para a vida e não para a morte”</li> </ul>
1984	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 08 de março: mil agricultoras fazem uma passeata em Erechim (RS);</li> <li>• Criação do MMA em Santa Catarina,</li> <li>• 8 de março em Chapecó (SC) a OMA fez a sua primeira manifestação com quinhentas mulheres.</li> <li>• I Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco, em Serra Talhada.</li> <li>• Leitura do relatório da Comissão Especial na Assembleia Legislativa do RS.</li> </ul>
1985	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 8 de março em Chapecó (SC) a OMA reúne 3 mil mulheres para discutir temas como aposentadoria, saúde, educação, reforma agrária, falta de terra e discriminação.</li> <li>• I Encontro Estadual da Mulher Trabalhadora Rural no RS, com 10 mil mulheres; forma-se uma Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais e tira-se uma delegação para comparecer ao IV Congresso da Contag;</li> <li>• Fundação do MMTR-PR.</li> <li>• Após inúmeras manifestações o Movimento consegue uma reunião com o Ministro de Minas e Energias e acordam em trancar as obras e montar um grupo de trabalho para pensar e conversar sobre o projeto.</li> <li>• 3o Encontro Feminista da América Latina e do Caribe em Bertioga, SP, em que participaram mulheres rurais de todo o país.</li> </ul>
1986	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Caminhada das Mulheres da Roça no RS (mobilização para a Assembleia Constituinte).</li> <li>• A OMA muda a nomenclatura e passa a ser denominado MMA (Movimento das Mulheres Agricultoras).</li> <li>• Primeiro Congresso estadual do MMA em Chapecó (SC) sob o lema: “Mulheres unidas jamais serão vencidas.” O movimento se estrutura.</li> <li>• Sai uma caravana, com as mulheres do RS e SC, à Brasília. Exigiam o reconhecimento das questões apresentadas (abertura política, liberdade democrática, reconhecimento da mulher camponesa como agricultora e maior representatividade no cenário político) além de benefícios iguais à trabalhadora urbana.</li> <li>• Fruto da mobilização do MMA, Luci Choinachi foi eleita deputada estadual pelo PT de SC.</li> <li>• I Encontro das Mulheres Trabalhadoras Rurais da Paraíba; Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco.</li> </ul>
1987	<ul style="list-style-type: none"> <li>• II Assembleia estadual do MMA ocorre em Chapecó (SC) com representantes dos estados do RS e MT, além da CUT, CPT, MST e sindicatos.</li> <li>• Fundação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste, em João Pessoa, na PB, com a presença de delegadas de oito estados.</li> <li>• A CRAB consegue um acordo com a Eletrosul e redefinem a definição de atingido sendo referência para outros momentos.</li> </ul>
1989	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundação do MMTR-RS.</li> <li>• 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Contou com a participação de representantes de várias regiões do País. Foi feito um levantamento das lutas e experiências dos atingidos em todo o país. Foi então decidido constituir uma organização mais forte a nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens. Nasce o MAB.</li> </ul>
1990	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Luci Choinachi é eleita, pelo PT, deputada federal e é a primeira mulher agricultora a ocupar um mandato como deputada federal. Essa eleição é fruto da organização das mulheres rurais.</li> </ul>
1991	<ul style="list-style-type: none"> <li>• I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil e se decide que o MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens, deveria ser um movimento nacional, popular e autônomo, organizando e articulando as ações contra as barragens a partir das realidades locais, à luz dos princípios deliberados pelo Congresso. O dia 14 de março é instituído como o Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, sendo celebrado em todo o país.</li> </ul>
1993	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criação da Via Campesina em Mons na Bélgica.</li> </ul>

1995	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Criada a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, que reuniu mulheres dos seguintes movimentos: Movimentos Autônomos, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Pastoral da Juventude Rural (PJR), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), alguns Sindicatos de Trabalhadores Rurais e, no último período, o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).</li> <li>• Privatização da Eletrosul.</li> <li>• 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, “Pão e Rosas”. No final desta ação, diversas conquistas foram alcançadas, como o aumento do salário mínimo, mais direitos para as mulheres imigrantes e apoio à economia solidária, em Quebec no Canadá.</li> </ul>
1996	<ul style="list-style-type: none"> <li>• II Conferência da Via Campesina em Tlaxcal – México. Surgindo pela primeira as bases para as discussões sobre soberania alimentar.</li> <li>• III Congresso Nacional do MAB. Houve uma mudança importante nos rumos do movimento, a partir desse congresso decidiu-se que o movimento lutaria também por um novo modelo energético com ênfase nas questões sociais e ambientais e com a participação popular na gestão do setor.</li> </ul>
1997	<ul style="list-style-type: none"> <li>• I Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens em Curitiba/PR.</li> </ul>
1998	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Privatização da Gerasul e a construção da UHE de Itá passa totalmente as mãos do Consórcio Itá.</li> <li>• Em Quebec no Canadá ocorre o I Encontro Internacional da Marcha Mundial das Mulheres. Contou nessa reunião com 145 mulheres de 65 países, nesse encontro foi elaborada uma lista com 17 reivindicações para a eliminação da pobreza e da violência contra as mulheres. E foi convocada a Marcha Mundial das Mulheres no ano 2000.</li> </ul>
1999	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IV Congresso Nacional do MAB. Assume-se nesse congresso o compromisso de lutar contra o modelo capitalista de sociedade e pela construção de um projeto popular para o Brasil, incluindo um novo modelo energético para o país.</li> </ul>

**Quadro 1:** Principais eventos de organização das mulheres rurais e do CRAB/MAB (Brasil, décadas de 1980, 1990).

Fonte: Quadro elaborado pelo autor através dos dados de Siliprandi (2015), Mab (2017) e Bison (2018).

A seguir serão trazidos os principais focos de luta da CRAB/MAB nos seus primeiros anos de luta. As hidrelétricas de Itá e de Machadinho. Isso faz com que o movimento ganhe autoridade para agir em outras hidrelétricas. Além disso, a capacidade de articulação das pessoas e os direitos conquistados com a luta servem de modelo em outras construções hidrelétricas que serão construídas no país.

## 2.2. MACHADINHO

Após o acordo com a Eletrosul, as obras foram aceleradas só que agora a cada etapa da obra deveria ter uma etapa da construção da cidade nova ou dos assentamentos. Quando a empresa descumpria o acordo a única forma de fazer com que ela voltasse a cumprir era ocupando o canteiro de obras.

A divulgação, em 1979, pela Eletrosul do plano de construir as usinas hidrelétricas criou um clima de desespero entre os possíveis atingidos. Nesse período surge a mobilização dos atingidos através da CRAB que culminará com a oficialização do MAB. Foi nesse momento

que as pessoas se articularam em torno de líderes capazes de representar a necessidade dos atingidos. O estado brasileiro, através da estatal da Eletrosul, era o responsável desde as negociações de reassentamento até a execução das obras. A Eletrosul tentava de diversas maneiras desarticular as pessoas, mas isso possibilitou que a CRAB fizesse diversas manifestações entre os anos de 1982 a 1984, que foi decisivo para que os atingidos conseguissem algumas conquistas como o acordo em 29 de outubro de 1987 entre a CRAB e a Eletrosul. As obras da UHE de Machadinho foram paradas e só retomadas em 1998.

Era fevereiro de 1986 e estavam mobilizando pessoas atingidas para ir até o canteiro de obras, o Sindicato dos trabalhadores de Concórdia/SC estava ajudando a fazer essa mobilização. Ônibus foram alugados, pessoas mobilizadas e partiram rumo ao canteiro de obras da Usina Hidrelétrica de Itá/SC. Na metade do caminho a polícia militar fazia uma Blitz, com o principal objetivo de identificar as pessoas que estavam indo para trancar o canteiro de obras. Pararam o primeiro ônibus com mais de 40 pessoas, muitas mulheres e crianças estavam nesse ônibus porque já havia suspeita de que a polícia podia parar. Imediatamente todos os ocupantes do ônibus desceram e sentaram ao longo da BR 283 perto do trevo de acesso para Itá.

Assim, toda a rodovia estava paralisada. Em seguida chegaram outros ônibus com mais militantes e todos desceram. A situação era caótica para os 2 policiais que estavam tentando identificar os militantes. A única alternativa era liberar todos os manifestantes e deixar a BR livre novamente. Assim foi feito. Os manifestantes partiram rumo a Usina Hidrelétrica de Itá. Ocuparam o canteiro de obras e não permitiram que os funcionários saíssem. Montaram acampamentos no canteiro de obras e ficaram ali nas próximas três semanas até que a Eletrosul voltasse a cumprir sua parte no acordo (ENTREVISTADA 9, 2019).

Evidentemente, que esse processo não é tão pacífico como possa parecer. Além dos muitos conflitos pessoais entre manifestantes e trabalhadores, a opinião pública estava voltada contra os atingidos porque as reivindicações estariam contra o desenvolvimento da região. As reportagens de jornais confirmam a criminalização dos manifestantes sugerindo que o principal objetivo era incentivar a prostituição e o consumo de bebida alcoólica (O Jornal 22/02/1986. Edição 426).

Esse evento, descrito acima, ocorreu no âmbito da construção da Usina Hidrelétrica de Itá. Como já foi dito acima, as UHEs de Itá e Machadinho foram uma das primeiras a ser pensada na bacia do Rio Uruguai. A CRAB surge no momento em que precisa ser uma voz para os atingidos e atingidas contra as barragens. Então, é no início da construção das Usinas de Itá e Machadinho que o movimento contra as barragens surge.

Em 08 de fevereiro de 1988 é assinada a política de remanejamento das populações atingidas pelas usinas hidrelétricas da bacia do rio Uruguai. O Anexo F mostra as páginas iniciais da política de remanejamento das populações atingidas, que para construir essa política teve a participação de agentes da Eletrosul, da CRAB e das Cooperativas da região. Então, esse acordo, traz importantes decisões para o remanejamento das populações atingidas. As famílias podem decidir a forma de remanejamento que melhor atenda as suas necessidades.

Esse acordo serviria para as UHEs de Machadinho e Itá e foi inovador do ponto de vista dos direitos dos atingidos, como já foi afirmado anteriormente, nas décadas de 1960 e 1970 os atingidos eram reassentados nas vésperas do fechamento da barragem. Esse acordo trouxe a definição de atingido como “todos os trabalhadores rurais atingidos [...] os que tenham as suas funções inviabilizadas economicamente pelas barragens de Itá e Machadinho” (DIRETRIZES, 1988, p. 07). A partir desse acordo tanto o proprietário como os posseiros seriam beneficiados, incluindo os filhos a partir de 16 anos. Trabalhadores rurais, arrendatários e agregados que comprovarem uso da terra para o sustento próprio ou de sua família também foram beneficiados com indenizações ou reassentamento. Como afirma a Entrevistada 9 sobre a ideia inicial da Eletrosul de indenização: “no projeto deles era indenização para os atingidos, para aqueles que tivessem propriedade [...] não tinha nada para aqueles que não tinham propriedade, que eram parceiros, arrendatários, que moravam [nas propriedades atingidas]” assim a empresa queria indenizar somente quem era o proprietário da terra criando critérios somente econômicos (ENTREVISTADA 9, 2019, p.1).

Os reassentamentos seriam equipados com as estruturas básicas para que as famílias consigam ter viabilidade econômica como: água, energia elétrica, estradas, entre outros. Além disso, o acordo ainda garantia estruturas das propriedades nos reassentamentos não inferiores as de origem e cada núcleo familiar decidia a melhor opção: reassentamento ou indenização. Mas, a empresa usava todas as possibilidades para diminuir custos, inclusive contratar serviços de baixa qualidade. Percebemos na fala da Entrevistada 8 que a solução foi negociar para que os atingidos e atingidas fizessem a contratação dos que iriam construir o reassentamento e para isso a mulher tinha um papel importante para manter a estrutura e a renda.

A mulher é um fator bem importante, pois ela é quem segurava o esteio da casa, a estrutura da casa, da família, porque geralmente muitas tinham filhos e tinha que ir dando conta do recado. Eu lembro que quando eu me mudei, como era um processo desestruturado, a gente chegou na casa não tinha água encanada, não tinha nada, a gente sofreu muito assim porque a gente tinha que ir à luta, se virar, buscar (ENTREVISTADA 8, 2019, p.2).

Os reassentamentos foram uma conquista do movimento. Já que a Eletrosul queria indenizar dinheiro por terra, e essa possibilidade de indenização mexeu com o mercado de imobiliárias. A Entrevistada 9 relembra a importância da garantia da construção dos assentamentos para os atingidos, pois isso não incentivaria a exploração do mercado imobiliário sobre os atingidos: “a maior conquista [...] nós começamos cobrar não a indenização de dinheiro por terra. [...] Então a MAB [...] disse que nós vamos cobrar indenização coletiva e não dinheiro por terra. Aí a MAB começou a cobrar a indenização coletiva” (ENTREVISTADA 9, 2019, p. 2).

Nas UHEs de Itá e Machadinho tiveram indenizações que foram acima da média das indenizações de outras UHEs. Isso pode ser entendido pela questão de ser uma estatal que estava comandando as obras, mas outro elemento extremamente importante é a mobilização dos atingidos e atingidas, conforme já explicitado anteriormente. Apesar das indenizações financeiras serem maiores do que a média, sobrava o sofrimento para aquelas famílias que tinham que deixar os locais que viveram uma vida toda. Houve muita dor e sofrimento que não foi possível contabilizar ou ressarcir.

Em março de 1988 começa definitivamente as construções da UHE de Machadinho. Em 2002 essa construção ficou pronta e passou a funcionar com as 3 unidades geradoras. É importante destacar que nesse momento o sistema de energia no Brasil já estava privatizado. A privatização foi gestada a partir dos anos de 1990 com a consolidação do neoliberalismo no governo brasileiro. Até esse momento toda a cadeia de produção e distribuição da energia estava sob o controle do Estado brasileiro através da Eletrosul. Mas, as diversas táticas para voltar a opinião pública contra as estatais é própria do neoliberalismo. A privatização era apontada como a solução para as crises que o Estado vivia, a falta de viabilidade econômica era um argumento muito utilizado pelos governos. Afirmavam ainda que com a privatização a produção, a transmissão e a distribuição seriam mais democráticas e mais viáveis financeiramente (SAUER, 2002).

Com isso, “as principais empresas estatais do setor [elétrico] foram privatizadas, ou seja, entregues a empresas particulares, muitas vezes transnacionais (estrangeiras) [...]” (MAB, 2015, p. 16). As estatais foram vendidas para grandes grupos empresariais de diversos setores como bancos, empresas de energias internacionais, mineradoras e metalúrgicas, empreiteiras e empresas do agronegócio. Apesar da falácia de que as estatais eram deficitárias, muitos grupos empresariais ficaram motivados para adquirir as estatais ou parte delas. Em 1998 a Eletrosul

passa ao controle do capital estrangeiro e foram repassadas as UHEs que estavam em construção. Por exemplo, as UHEs de Itá, Salto Osório, Salto Santiago, Passo Fundo, a termoelétrica de Alegrete e o complexo termoelétrico de Capivari foram vendidas para a Tractebel, na época com sede na Bélgica, por R\$ 945 milhões e um ano depois a empresa faturou R\$ 1,5 bilhão (MAB, 2015).

Esse processo de privatização modifica todo o cenário para as indenizações. Vê-se como muda as técnicas de indenizações quando as barragens estavam com a Eletrosul estatal e com as barragens com a empresa privado. A Entrevistada 3 relata de forma cristalina essa mudança e mostrando que os custos só podem ser cortados nas questões sociais, nas indenizações, no povo atingido, negando os direitos e invertendo a lógica, os atingidos passam ser criminosos/intrusos em suas próprias terras. Além disso, a força da mobilização é necessária para garantir os direitos dos atingidos (MATOS, 2014).

Em relação ao processo de negociação, quando Itá ainda era público, quando era a Eletrosul, nós firmamos um acordo em 87 para ter ideia. Um acordo que na verdade trouxe as condições para que tivesse minimamente os direitos garantidos. Esse acordo devia servir para toda a bacia do Rio Uruguai, onde garantia o assentamento, o meeiro, o sem-terra, que estava utilizando as áreas alagadas também tivesse direito. Enfim vários processos de conquistas foram avançados naquele momento. A partir da **privatização** dos anos 90, quando entra a iniciativa privada, **tudo isso cai por terra**, não existe mais regramento, ou minimamente uma política de direito. Cada empresa do setor privado ligado à energia trata da sua forma, como fazer a indenização, então ela acaba fazendo aquela lógica custo e benefício. A lógica é essa, diminuir o investimento, o custo. Onde eu consigo cortar os custos? Não é na quantidade de cimento, ferro ou material de baixa qualidade na usina. **O custo pode ser cortado na questão social** (ENTREVISTADA 3, 2019, p.1, grifo nosso.).

A Eletrosul foi dividida em duas partes: Eletrosul (estatal) que era a responsável pela transmissão de energia e a Gerasul (iniciativa privada) que ficava com a geração de energia. O Estado passa a ser parceiro da iniciativa privada fazendo o papel de fiscalizador e regulador do sistema hidrelétrico através da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A grande capacidade hidrelétrica do Brasil favoreceu para a escolha da hidreletricidade como a principal já que representa 70% da capacidade instalada e 85% do consumo brasileiro (ROCHA, 2013, p.72).

A UHE de Machadinho, localizada na Foz do Rio Pelotas, deu-se início completamente no ano de 2002 produzindo 1.140MW, ou seja, 37% da demanda de energia de Santa Catarina e 23% do Rio Grande do Sul. A Usina está localizada na divisa dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, entre os municípios de Piratuba (SC) e Maximiliano de Almeida (RS).

O consórcio Machadinho foi criado em 1997, como uma empresa privada de capital fechado, sob a liderança da Tractebel, mas para conseguir empréstimos para a implementação da UHE o consórcio cria uma empresa de propósito específico que será extinta em 2013 com a quitação dos empréstimos. A área inundada foi de quase 57 km<sup>2</sup> em 10 municípios dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Foram 1266 propriedades atingidas pela barragem, 87 metros de pontes e 97 quilômetros de estradas realocadas (BOAMAR, 2003, p.76).

Assim como as UHEs de Itá e Machadinho são pensadas em conjunto e colocadas em prática no mesmo período é importante lançar luzes sobre o cenário político e econômico do Brasil nesse período. A redemocratização do país tem seu ápice na eleição direta para presidente em 1989 e sai vencedor desse Pleito Fernando Collor. A instabilidade levou Collor confiscar as poupanças dos brasileiros, motivo que incentiva o seu pedido de renúncia pelos caras pintadas. Os anos de 1990 iniciam e com eles a consolidação de que o neoliberalismo passa a dominar a economia do país. As privatizações ganham grande destaque nos novos governos de Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso.

A partir de então, o mercado financeiro passa a ser o grande impulsor da economia brasileira. Essas reformas propostas pelos governos neoliberais aprofundaram a crise humanitária no país, diminuindo os recursos para a seguridade social e outros serviços essenciais para a população como saúde e educação, somando a isso o aumento da demanda por serviços básicos. Para Nascimento, Silva e Algebaile (2002) essa abertura significou a destruição de segmentos importantes da economia, agravando o desemprego e aumentando a demanda por serviços básicos como saúde e previdência.

As privatizações foram intensificadas nesse período, principalmente no governo do Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). O governo abre o país ao capital externo e grandes empresas se instalam para a produção dentro do país. Mas, acabavam enfrentando um grande problema, a falta de energia para manter essas grandes empresas. Com essa falta de energia, o governo privatiza parte do setor de energia do país e incentiva as grandes construções hidrelétricas, com o discurso de trazer para o país desenvolvimento econômico com a vinda dessas multinacionais. Os anos 2000 principiam com forte contingenciamento de energia no Brasil, especialmente no sudeste, com bônus para quem economizasse e punições para quem não cumprisse a meta de economia de energia.

### **2.3 ITÁ**

A construção da UHE de Itá tem dois importantes momentos: o primeiro é quando a Eletrosul é estatal e o segundo quando a iniciativa privada assume a conclusão da obra. No primeiro momento da construção da UHE de Itá a Eletrosul, estatal, está à frente do empreendimento. Com a Eletrosul foram feitos os estudos de viabilidades e impactos sócios ambientais, também foi feito os acordos de remanejamento das populações atingidas, além das indenizações. Com relação as indenizações, é importante observar que a UHE de Itá e Machadinho foram uma das únicas que as indenizações foram justas, indenizando inclusive pés de árvores frutíferas. O segundo momento é após a privatização e com ela a conclusão da obra da usina. Percebe-se essa mudança nas palavras do Plano Diretor do Consórcio Itá, “essa alteração na dinâmica do setor elétrico, [...] demandou ajustes significativos na concepção dos planos diretores dos reservatórios e seus entornos [...] isso determinou formas operacionais muito distintas daquelas anteriormente vivenciadas” (CONSÓRCIO ITÁ, p.4). Isso mostra a clara mudança nas políticas de implementação das UHEs que do momento da privatização as indenizações mudariam.

Houve muita dificuldade de dar continuidade às obras da UHE de Itá. Em 1984, inicia a obra, mas as crises que se avizinhavam nos anos de 1990 fizeram com que elas não fossem executadas de forma efetiva. O problema é que parte da cidade, no final da década de 1980, já estava na nova sede e parte continuava na sede velha, entre 1988 e 1991 existia concomitantemente duas cidades de Itá (ITÁ, 2000). No ano de 1989 a moratória da dívida externa não permitiu que o governo federal financiasse a obra junto aos bancos internacionais. Em 1993 com a publicação de dois decretos do governo federal abre-se para a possibilidade de parceria pública privada na construção de usinas hidrelétricas.

Em 1995 a Eletrosul cria uma parceria com a iniciativa privada, sob o regime de concessão, para continuar a construção da usina, assim foi formado o Consórcio Itá. A partir disso a concessão de 35 anos é garantida ao grupo Consórcio Itá. O grupo injeta recursos próprios, mas a sua maior receita vem de empréstimos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O estado vende a concessão à preço que mal cobria os gastos até o momento e financia a obra com juros baixos, ou quase inexistentes, para a geração de milhões de reais aos cofres das empresas privadas. Isso pode ser notado de forma muito contundente nas palavras da Entrevistada 9, que ainda tem em mente valores de venda e rendimentos que as usinas renderam na época da privatização.

A Eletrosul era estatal e Fernando Henrique [presidente na época] vendeu, mas já estava adiantado nos investimentos, nos reassentamentos. Ele vendeu essa barragem

[Itá] com prazo de 30 anos e com condições de renovar o contrato, mas o investimento da Estatal já era grande. O investimento que a Tractebel fez com a construção da barragem e instalação da usina eles pagaram num investimento total na época 1 bilhão e 700 milhões de dólares e agora que vem aquilo que mais interessa, o que eles faturavam na época por ano, em torno de 850 a 900 milhões por ano de energia. Com uma concessão de 30 anos, com condições de renovar contrato, não foi uma venda a preço de bananas? Num debate na rádio com os prefeitos da região eles falavam em progresso, quando eu peguei a palavra comecei calmo e disse eu ouvi muita conversa de progresso e vou deixar no ar uma pergunta: progresso de quem? Já que a barragem foi vendida a preço de banana, progresso de quem? (ENTREVISTADA 9, 2019, p.2).

Em 1998 com a privatização da Gerasul a construção da usina passa totalmente para as mãos do setor privado (CONSÓRCIO ITÁ). O consórcio Itá é formado por grandes empresas “dos setores de geração de energia (ENGIE Brasil Energia), siderurgia (Companhia Siderúrgica Nacional - CSN) e cimento (Itambé)” (CONSÓRCIO ITÁ p.1). A UHE Itá está situada no Rio Uruguai, na divisa dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, entre os municípios de Itá (SC) e Aratiba (RS) e possui capacidade instalada de 1.450 MW. A implantação do reservatório de 141 km<sup>2</sup> resultou na construção de uma nova cidade, a nova sede de Itá. A concessão da Usina tem validade até 2030, no qual a ENGIE participa majoritariamente com 77,7% da capacidade instalada (ENGIE, 2019). O reservatório da UHE de Itá atingiu 3219 propriedades rurais totalizando mais de 10 mil hectares e 3585 famílias. Aproximadamente 40% das famílias atingidas eram sem terras, mas com vínculos trabalhistas e com renda exclusiva do campo.

A construção final da UHE de Itá ocorre em 2001 com a entrada em funcionamento da quinta unidade geradora. É um marco na construção de usinas no Brasil, pois, apesar da construção na sua maioria ser de responsabilidade do setor privado, o estado é o responsável pela regulamentação e fiscalização. Além disso, a UHE faz divisão dos *royalties* para os municípios atingidos. Esse foi o motivo central para que os prefeitos da região dessem apoio incondicional para a construção da usina. Mas, como afirma MAB (2008) essa compensação financeira ou *royalties* poderia ser maior se fosse calculado pelo preço da energia, “os municípios poderiam ganhar no mínimo 100% a mais pela compensação financeira se o valor fosse calculado sob o preço da energia vendida no mercado. Atualmente, 6,75% do valor da geração é revertido para municípios, estados e União” (MAB, 2008).

Além das perdas ecológicas tem-se a grande perda de referências. O esvaziamento das comunidades rurais, com os reassentamentos, fez com que aqueles que permaneceram nas terras notassem as grandes transformações ecológicas, culturais e econômicas que a construção das UHEs provocou. Além disso, muitas ocorrências de pessoas que se suicidaram porque não

conseguiriam morar em outro local, “eu tinha um compadre meu [...] eles compraram um terreno num município próximo eles estavam infelizes, [...] e não passou muitos meses e ele acabou se suicidando [...]. A questão emocional é o que mais abala,” (ENTREVISTADA 8, 2019, p. 5), além da perda da identidade cultural e social com a nova instalação no reassentamento (GIONGO; MENDES, 2017). As perdas são muitas, vão além das perdas materiais e econômicas.

O ressarcimento dos danos morais é difícil já que esse tipo de dano é de difícil identificação. Os danos que prejudicam as pessoas em sua vida na sociedade devem ser indenizados, sem abusos por parte dos indivíduos. A regra é não interferir na vida dos indivíduos. O direito de ter uma vida tranquila e com bem estar deve ser assegurado, mas quando essa tranquilidade é quebrada, o indivíduo tem o seu direito a vida tranquila quebrado e precisa ser reparado por isso. Como afirma Rezende (2010, p. 40) “tratando-se do dano moral nas construções de barragens hidrelétricas, havendo a ocorrência deste, por si só não se garante a obrigatoriedade de sua compensação” a existência do dano na construção das barragens não garante a indenização, como pode ser percebido em muitas construções de barragens que ocorreram ao longo dos tempos no Brasil.

Do anúncio do estudo que a Eletrosul fez com o objetivo de construir barragens no leito do Uruguai até o deslocamento das famílias foram mais de 20 anos. Nesse período de incertezas e medos, muitos abandonaram a região antes mesmo da efetivação da obra, outros diminuíram suas atividades econômicas. A carta de crédito veio para tentar diminuir as dificuldades de ter que ir para os reassentamentos, já que eram em outros locais, apesar de serem no sul, ainda assim a cultura, clima e tradições eram diferentes. A CRAB/MAB defendia os reassentamentos rurais, mas na prática apenas 10% das famílias decidiram pelos reassentamentos no âmbito da UHE de Itá em troca recebiam as cartas de crédito. (PICOLI, 2012). Com as cartas havia a possibilidade de permanecer na região, apesar de perder amigos e vizinhos, a cultura permaneceria a mesma ou quase igual. Todo esse processo foi marcado por muitas mortes. Muitas pessoas tiraram a própria vida por causa da incerteza e do medo da nova vida que estava chegando com a barragem. Preferiram a morte à dor de ver ser coberto por água o trabalho de uma vida, a sua propriedade.

Essas mortes aconteceram durante todo o período histórico que envolveu a construção da hidrelétrica, desde as primeiras demarcações e dos primeiros boatos sobre a obra, até a chegada das notícias oficiais, o início do empreendimento, as negociações atreladas às indenizações, a mudança para os reassentamentos e para as novas comunidades, a inserção no novo lugar, o retorno para o antigo lugar e a vida que

seguiu solitária após o enchimento do reservatório. (MARQUES, GIONGO, CRUZ, MENDES, 2018, p. 38).

O planejamento energético brasileiro não considerou os impactos sociais e ambientais, e cada vez mais isso vem se agravando. Em busca do desenvolvimento regional e de aumentar a produção de energia cria-se cada vez mais projetos para a instalação de novas UHEs e Pequena Central Hidrelétrica (PCH), ampliando as desigualdades sociais e destruindo com as práticas históricas de vivência comunitária das pessoas atingidas (MAB, 2003).

Mas é necessário ter cuidado para não generalizar. Muitos moradores das barrancas do Rio Uruguai viram na construção das hidrelétricas uma possibilidade de mudar de vida, e realmente mudaram. Muitas pessoas viam com uma possibilidade de ter um pedaço de terra, já que eram arrendatárias ou posseiras (PICOLI, 2012). Alguns dos atingidos e atingidas se voltaram contra a CRAB/MAB e apoiaram as empresas. Como vemos na fala do Alfred Gerhd Schefler de 76 anos realizada por Elaine Miriam Corbari Bondan<sup>24</sup>. As pessoas acreditavam que a instalação da usina traria desenvolvimento para a região. Efetivamente trouxe um modelo de desenvolvimento. Mas, esse desenvolvimento cobrou o seu preço.

Veio favorecer [a construção da barragem], porque nós estamos aqui, muito melhor do que nós estávamos lá embaixo, na cidade velha. Porque na cidade velha, já sabe, era um buraco, uma coisa boa nunca ia sair, aqui em cima também, bastante esparramado, mas a situação é melhor. Tem infra-estrutura, tem asfalto, luz, o que está judiando um pouco nós é a água, hoje, como de dia não tem água a água anda meio mim. (SCHEFLER, 1997, p. 27-28).

Essa luta que o movimento dos atingidos enfrentou foi, por vezes, muito difícil. Primeiro porque precisava enfrentar a vontade do governo em construir as barragens. Mas o movimento precisava também reunir os atingidos que em vários momentos se voltaram contra as lideranças do movimento, principalmente quando perceberam que alguns poderiam sair mais beneficiados do que outros. Essa militância não foi nem um pouco pacífica, as frentes de batalhas eram muitas e muito diversificadas. Por isso, que cada conquista que o movimento consegue é fruto de muita mobilização, enfrentamento e convencimento pessoal.

Nesses primeiros momentos da CRAB até a oficialização do MAB houve uma pauta que esteve presente na vida do movimento que é a luta contra as barragens. Estudos, formação,

---

<sup>24</sup> Esta entrevista está sob guarda do Centro de Divulgação Ambiental (CDA) e faz parte do projeto Ecau, que tem por objetivo a preservação do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da região atingida pela UHE de Itá, essas entrevistas foram pensadas e executadas pela Faculdade de Caxias do Sul a pedido da Eletrosul.

reuniões e mobilizações deram destaques a outros temas transversais na luta, mas que são de extrema importância. Nesse contexto, a mulher está na luta prática, nas mobilizações, nas propriedades dando continuidade ao trabalho para que o esposo participe das manifestações, na aquisição dos recursos para que o movimento consiga suportar a luta. A mulher não está na organização do movimento, mas na parte operacional. Mas essa questão mudou quando o movimento ingressa na Via Campesina e as questões de segurança alimentar e gênero começam a ter um destaque importante, mas isso foi possível porque o debate já acontecia no âmbito do movimento. A questão identitária toma forma a partir dos anos 2000, a entrada na Via Campesina ajuda, mas não foi o motor dessa discussão, isso será abordado de forma mais completa no próximo capítulo e conseqüentemente uma internacionalização do movimento.

#### **2.4. LUTAS PONTUAIS: CAMPOS NOVOS, BARRA GRANDE E FOZ DE CHAPECÓ.**

A base legal para a privatização da Eletrosul começa com a abertura democrática do país e a eleição de Fernando Collor para presidência da República. Com ele, inicia-se a consolidação do liberalismo econômico, a exemplo do que ocorria no mundo, que transferirá ao capital privado o capital estatal. De 1990 a 2002, chegou a 48,3% de transferência de capital estatal para a esfera privada, dos quais, a maior parte coube ao setor de energia elétrica, que correspondeu a 31% do capital transferido (GONÇALVES JUNIOR, 2007). A Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, sancionada por Fernando Collor, cria o programa Nacional de Desestatização (PND) oferecendo as diretrizes básicas para a reorganização da economia em todos os setores. Em 1997 a Lei nº 8.031 foi revogada e no seu lugar o presidente Fernando Henrique Cardoso sanciona a Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997. Já a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conhecida como a Lei das Concessões, oferecia as normas para organização do regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, e as bases para as concessões, permissões e autorizações do setor elétrico se deu através da regulamentação pela Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Pode-se perceber através dos Anexos G e H a forma como o setor elétrico ficou estruturado após os anos de 1990 e quais são as empresas maiores acionárias das principais Usinas Hidrelétricas da Bacia do Rio Uruguai. Esse será o novo cenário das construções das hidrelétricas a partir de então. A privatização da Eletrosul foi um marco decisivo para entender as novas construções de barragens. Diferentemente do que ocorreu em Itá e Machadinho, que

as negociações iniciais eram com uma empresa pública, após 1998 todo o parque gerador da Eletrosul passa para a iniciativa privada. Se com a empresa pública já era difícil conseguir alguns direitos básicos, agora com a iniciativa privada se tornará mais penoso, necessitando de mais mobilização social. Só a luta e a mobilização garantiriam os direitos, conforme fala da Entrevista 4, atingido pela UHE de Foz do Chapecó: “depois da privatização mudou o processo de barragens, a coisa veio de cima para baixo e aí o povo começou a apertar as coisas para cima deles e eles começaram a ceder [...] ainda hoje, tem gente que teria direito e foi negado o direito deles [...]” (ENTREVISTADA 4, 2019, p.2).

#### **2.4.1. Usina Hidrelétrica de Campos Novos**

A Usina Hidrelétrica de Campos Novos construída no Rio Canoas, em Santa Catarina, teve sua história marcada pela negativa de direitos para os atingidos e a grande falha na construção da estrutura. Essas falhas nas estruturas não permitiram que a Usina conseguisse a licença para entrar em funcionamento. As obras da UHE de Campos Novos iniciaram em agosto de 2001 e a previsão era que em 2006 a primeira unidade entrasse em operação, mas os muitos problemas acabaram atrasando as obras que só ficaram prontas em 2007.

A construção da barragem de Campos Novos foi fortemente marcada pela criminalização dos defensores dos direitos humanos. O MAB enviou uma denúncia para o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) em 2006 relatando as violações de direitos dos atingidos e dos defensores dos direitos humanos. A partir desse conhecimento o CDDPH resolve criar uma comissão Especial para acompanhar as denúncias de violações de direitos humanos em processos envolvendo o planejamento, licenciamento, implantação e operação de barragens.

Na denúncia do MAB pode-se notar a prática da empresa de sufocar as mobilizações e negociações e perseguir os líderes do movimento. Isso fica claro na fala da Entrevistada 6 (2019): “em Campos Novos teve, 10 pessoas presas, lideranças presas, coordenadores, inclusive eu também, preso político [...] foi tanta violência e tanta discriminação que a gente conseguiu trazer uma relatora da ONU [...] para dentro do acampamento [...]” (ENTREVISTADA 6, 2019, p.1). O relatório do CDDPH, (2010) denunciava essa prática afirmando da grande operação policial que foi nas comunidades, prendendo as lideranças que “estavam em suas casas, trabalhando no campo [...] os 10 coordenadores presos, permaneceram cerca de 25 dias na cadeia [...] enquanto a justiça de Campos Novos e a empresa construtora da obra negavam

reparação para 237 famílias atingidas [...]” (CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, 2010, p. 113).

Segundo a própria denúncia do MAB é na barragem de Campos Novos que os retrocessos de indenizações reapareceram, somente os proprietários teriam direitos as indenizações. Em setembro de 2005, mesmo sem a Licença de Operação para a UHE, a Enercan iniciou as operações para o enchimento do reservatório, “em novembro, durante uma nova ocupação da área da usina pelos atingidos decorrente deste fato, ocorreram enfrentamentos com a polícia que resultaram em dezenas de pessoas feridas” (ESPÍNDOLA, 2009, p.194).

Também nos relatos das militantes da época, pode-se perceber, que a polícia não media a força contra os atingidos que lutavam para garantir seus direitos. Isso pode ser notado na fala da Entrevistada 7 (2019) que afirmava categoricamente da truculência policial, que mesmo estando com crianças no colo, a polícia usava de violência extrema: “eu estava descendo a escada com a minha bebê no colo e um policial jogou um vaso [...] se não fosse minha amiga tirar a bebê do meu colo, e o vaso caiu na minha cabeça. Ele viu que eu estava com a bebê no colo [...]” (ENTREVISTADA 7, 2019, p. 2). Os atingidos tinham que enfrentar a força policial, que o Estado empunhava sobre eles, e também tinha que enfrentar a força do Capital que negava os direitos de atingidos.

O silenciamento contínuo dos atingidos, a ação repressora das empresas usando a força da polícia com violência, a exclusão, do atingido, do processo de licenciamento, a invisibilidade de suas reivindicações e o sentimento de desamparo que atingem as famílias atingidas provocam reações bruscas dos movimentos de sociais locais (ZHOURI; OLIVEIRA, 2007). A empresa apoia e fomenta a criação de uma comissão que na realidade foi usada contra os atingidos, isso pode ser sentido perfeitamente na fala da Entrevistada 6 (2019): “[...] no início da barragem eles vieram nas comunidades atingidas e pegaram uma, duas pessoas representativas e faziam as reuniões dizendo que iam resolver o problema do atingido [...] pegar o atingido e colocar contra o atingido [...]” como resultado dessa manobra “[...] a empresa deixou 181 famílias sem indenização, aqui na barragem de campos novos, [...] a comissão trabalhava para a empresa e escolhia os mais sem vergonha para fazer parte da comissão, desculpa essa palavra, mas é a verdade” (ENTREVITADA 6, 2019, p.2).

Nesse contexto, as mulheres são afetadas pelo modelo energético, destruição ambiental e também pela repressão policial. No âmbito da Usina de Campos Novos muitas mulheres viram seus esposos sendo perseguidos, presos ou viam seus companheiros fugindo para não ir preso, ou ainda muitas mulheres foram submetidas a revistas por agentes policiais homens. Isso pode

ver de forma clara na denúncia do MAB: “mantiveram mulheres e crianças detidas em suas próprias residências por horas ameaçando-as e injuriando-as de diversas formas” (CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, 2010, p.146).

Além disso, percebe-se que muitas líderes das comunidades eram desacreditadas simplesmente por serem mulheres. Margaret (2019) releva na sua fala que as mulheres que estão na luta precisam enfrentar o preconceito das pessoas que as julgam negativamente e também o descrédito que eram impostos sobre algumas lideranças femininas.

Com certeza que a mulher é duplamente atingida. Muita gente falava que a gente ia para lá fazer festa, ou ficar numa boa. Mas a gente ia para a luta, passava fome, frio enfrentava a polícia. E a polícia era bem violenta, a gente sofreu muito nas mãos deles [...] (ENTREVISTADA 7, 2019, p.2).

Nesse momento, cresce, também, a percepção de que as mulheres assumem um protagonismo maior do que em Itá e Machadinho, estando em todos os setores do movimento das mobilizações à organização como afirma a Entrevistada 6 (2019, p.2, grifo nosso):

Na barragem de campos novos as mulheres participaram muito mais dos acampamentos e das mobilizações do que em Machadinho e Itá, não só isso as mulheres são as que mais sofrem no processo de barragem, mesmo que o homem saia da família para acampar ou mobilizar quem cuida da casa e da família é a mulher. Até mesmo quando a família é indenizada e tem que deixar a cultura, o seu lar, onde mora, para sair para outro lugar. Eu vejo assim, na minha opinião, que a mulher é a que mais sofre num processo de barragem. **A mulher está presente em todos os espaços do movimento, na mobilização, na organização do movimento, nos grupos de base.**

Além disso, têm a incerteza do futuro se terão onde morar, onde trabalhar, ou ainda se terão vizinhos próximos, uma terra para trabalhar, amigos e familiares próximos ou se tudo será destruído em troca da construção da usina. As incertezas são muitas, as violências são as mais variadas. Já que para muitas famílias “o valor que a empresa passou não foi possível fornecer a mesma qualidade de vida antes da barragem” (ENTREVISTADA 6, 2019, p.3).

#### 2.4.2. Usina Hidrelétrica de Barra Grande

A Usina Hidrelétrica de Barra Grande tem sua história concomitante com a de Campos Novos, quem venceu em Barra Grande foi um consórcio, com nome de BAESA. A Usina Hidrelétrica Barra Grande está localizada no rio Pelotas, cerca de 43 km da sua confluência

com o rio Canoas, entre os municípios de Anita Garibaldi/SC e Pinhal da Serra/RS. Seu reservatório abrange uma área com 95 quilômetros quadrados, ocupando parcialmente terras de nove municípios: Anita Garibaldi, Cerro Negro, Campo Belo do Sul, Capão Alto e Lages, em Santa Catarina; e Pinhal da Serra, Esmeralda, Vacaria e Bom Jesus, no Rio Grande do Sul (BAESA, 2010).

Após 3 anos do início das obras, em 2004 descobre-se, através do levantamento das áreas a desmatar, uma gleba da “floresta atlântica subtropical com araucárias, com área de quatro mil hectares, depois se falou em seis mil” (PINHEIRO, 2007, p.131) isso suspendeu a licença de operação e nos anos seguintes a floresta ficou mais nas mídias do que as famílias que foram expulsas das terras e tiveram seus direitos negados pela BAESA. Em carta, o MAB, denunciou a expropriação das famílias sem ter o direito reconhecido pelo grupo BAESA: “nesta obra, 1000 famílias foram excluídas de qualquer direito. Devido à luta do MAB [...] foi feito um estudo, onde 350 foram consideradas com direito, mas, 650 famílias tiveram novamente direito negado” essa negação de direitos aumentará a violência na região pois “o destino destas é se juntar a muitas outras famílias já expulsas nas favelas das cidades da região” (MAB, 2004, p.1).

Para conseguir a licença ambiental a Baesa omitiu a existência da floresta na área atingida. E o ano de 2004 torna-se um ano de muita resistência contra a construção da UHE de Barra Grande. A população atingida organizou-se para impedir o corte da madeira e também para cobrar uma definição com as muitas famílias, em torno de 650, que ainda não tinham certeza do recebimento das indenizações, para isso realizaram um acampamento que durou mais de 50 dias (CONSCIÊNCIA, 2019). A barragem de Barra Grande tornou-se um símbolo de descaso com o meio ambiente, após o Estudo de Impacto Ambiental mentir sobre a existência da floresta. Em junho de 2001 o próprio IBAMA concedeu a licença para a obra com base num documento que falsificava a real situação dos remanescentes da Mata Atlântica que seria afetada pelo reservatório. Além do corte da madeira nativa, esse corte inicia na primavera na época da procriação das espécies (PROCHNOW, 2004).

As mulheres estiveram à frente dessa mobilização, saíram de suas casas e foram à luta, como afirma uma militante que na época da construção da barragem tinha apenas 19 anos e muitos sonhos.

O diálogo só acontece na porrada. A empresa não vem te procurar e te agradecer. Você tem que cutucar ela, até que ela se sinta prejudicada para vir negociar. Ou seja, a gente teve que se mobilizar para não deixar eles entrarem nas propriedades para colocar os

marcos, fazer a roçada, ocupar o escritório da empresa... de outro jeito não adianta (CLEONIRA, MAB, 2009).

Essas mulheres são tão essenciais para a luta do movimento, que Cleonira continua lutando na formação das pessoas contra a construção das barragens. As mulheres foram essenciais nesse momento da luta do MAB. Foi por causa delas que muitos direitos foram garantidos.

Essas famílias atingidas direta ou indiretamente são na sua maioria agricultores e agricultoras familiares que tem na terra a sua principal fonte de renda e de subsistência. A perda da terra não é somente uma perda econômica, mas uma perda de referencial de vida e de sobrevivência. Com essa construção o deslocamento compulsório torna-se uma realidade para as famílias atingidas. A apreensão das famílias atingidas pela UHE de Barra Grande tem seu estopim no cadastro, pois a falta de informações por parte da empresa e a falta de conhecimento dos direitos por parte dos atingidos.

Como afirma Ruppenthal (2013) muitas famílias não foram incluídas nos cadastros e isso aumentou ainda mais a agonia da incerteza. Houve muita desinformação, não se tinha a certeza de quem seria atingido e muitas famílias que seriam atingidas tiveram seus direitos negados pela empresa. Mas qual o argumento que negava o direito dos atingidos? “o primeiro cadastro estava pautado quase exclusivamente pela concepção territorial – patrimonialista, reconhecendo os proprietários de terra com a posse legalmente registrada” (RUPPENTHAL, 2013, p. 125).

Ruppenthal (2013) traz diversas falas de pessoas atingidas pela UHE de Barra Grande e como os seus direitos, sucessivamente, foram negados. A desterritorialização das famílias, segundo Ruppenthal (2013) começa com o desconhecimento do que estava acontecendo, passa para o reconhecimento ou não de atingido e finaliza com a saída compulsória da população. Em Barra Grande, assim como em outras construções, a empresa também cooptou os prefeitos na promessa de receber os royalties no término da construção. Assim os prefeitos dos municípios atingidos se voltaram contra a população atingida, os prefeitos tinham uma visão clássica desenvolvimentista, “a elite política e econômica de cada município vislumbrava os enormes benefícios com a circulação de bens, de serviços e trabalhadoras em função da obra” (RUPPENTHAL, 2013, p. 127), só que muitos comerciantes ficaram numa situação financeira após o término da obra, já que a demanda tinha acabado.

Ficava para o MAB contrapor o discurso oficial das autoridades e da empresa. Mas, era difícil organizar a luta de resistência já que a empresa jogava com a incerteza e a

desinformação. A incerteza influenciou inclusive nos investimentos que as famílias faziam nas casas e nas roças. Nesse período não ocorreram mais investimentos e com isso houve uma desvalorização dos bens.

Existia, por parte da empresa, um assédio moral para que as famílias atingidas aceitassem o que a própria empresa oferecia. A forma prioritária da empresa era oferecer indenização por dinheiro para os proprietários de terras, seguida de carta de crédito e o MAB lutava para que a empresa realocasse as famílias em reassentamentos rurais. E isso gerava inúmeras incertezas fazendo com que as famílias atingidas se dividissem e assim aceitasse a indenização por dinheiro, pois era o mais certo naquele momento.

Em 2002 ocorre o primeiro acampamento dos atingidos permanecendo doze dias próximos ao canteiro de obras. E com o acampamento a força policial agiu em favor da empresa. De forma truculenta e com uma violência excessiva a polícia reprimiu os agricultores e agricultoras que reivindicavam apenas o que era seu por direito. As ações ficaram mais periódicas e com ações mais enfáticas, obrigando a empresa a escutar o movimento e também a reconhecer os direitos negados. As mobilizações foram vitais para a garantia de direitos (RUPPENTHAL, 2013).

As mobilizações deram forças ao movimento dos atingidos e nesse momento não eram todas as propostas da BAESA que eram aceitas. E isso forçou a empresa a assinar um acordo de remanejamento, em 30 de setembro 2002 e nesse acordo foram incluídos o Reassentamento Rural Coletivo e a incorporação de muitos não proprietários que comprovassem o uso da terra. Mas, efetivamente, a demora em aceitar os arrendatários no rol de atingidos era grande. Assim as mobilizações fizeram com que a definição de atingido fosse modificada, não só quem possuía o título da terra, mas quem fosse atingido pelas águas. Assim, aumentou consideravelmente a quantidade de atingidos.

Em 2004 consegue-se aumentar o número que a empresa considerava atingidos. Como o acordo seguia a passos lentos o MAB ocupa o escritório da BAESA em 2005 em Anita Garibaldi (SC) reforçando a ideia de que é preciso mobilizar para conquistar e mobilizar para garantir as conquistas. Com isso, pode-se dizer que a privatização do setor elétrico trouxe diversos desafios para os atingidos “desde então tem sido registrado significativo retrocesso no que concerne às questões socioambientais,” e também com relação ao “deslocamento compulsório das populações em decorrência da instalação de hidrelétricas” (REIS, 2012, p. 120). Além disso, têm-se a repressão policial e indiciamento judicial que os atingidos das usinas hidrelétricas têm enfrentado.

As mulheres, numa construção de barragem, são alvos a serem perseguidos. Aumenta consideravelmente a quantidade de casas de prostituição com adolescentes e organizadas próximo aos portões do canteiro de obras. A totalidade dos trabalhadores eram homens e esses ficavam meses longes de suas parceiras e isso influenciou o surgimento das casas de prostituição. Além dos inúmeros casos de estupros que ocorreram com a chegada dos empregados para a construção das barragens. O aumento populacional traz graves problemas, mudando de forma permanente a vida das populações locais (RUPPENTHAL, 2013).

A presença das mulheres, no MAB, não se dava apenas nas mobilizações ou nas atividades domésticas dos acampamentos. É importante ressaltar que nesse momento o MAB já estava olhando para a questão de gênero. Nos grupos de discussão já tinham mulheres e jovens na liderança. Surgem mulheres que assumem a dianteira da organização do movimento. E não foi diferente em Barra Grande. As mulheres assumem um protagonismo importante de liderança no movimento.

### **2.4.3. Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó**

Em novembro de 2001 a concessão da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó é assinada pelo grupo Consórcio Energético Foz do Chapecó. Essa concessão também é assinada pelo período de 35 anos. A usina hidrelétrica Foz do Chapecó é uma usina de grande porte, construída no Rio Uruguai entre Municípios de Águas de Chapecó e Alpestre, Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com potência instalada de 855 MWh (BARON, RENK, 2012). Conforme dados do Cadastro Socioeconômico, revisado em 2002 pelo Consórcio, seriam atingidas parcial ou totalmente 1516 propriedades rurais, 676 em Santa Catarina e 840 no Rio Grande do Sul, num total de 2.474 famílias, desse total, 799 não seriam proprietárias (meeiros, posseiros, arrendatários) (ROCHA, 2013).

No caso das populações atingidas pela Foz do Chapecó pode-se notar que o tempo de estudo até a concretização da obra da usina fez com que muitas pessoas não desejassem investir nas propriedades, nem construir benfeitorias para o trabalho, nem melhorias nas casas. Muitas crianças cresceram escutando de pais e avós que um dia tudo aquilo estaria em baixo d'água. Como consequência disso a população ficou velha e muitos jovens foram para as cidades maiores (LOCATELLI, 2011). Segundo Baron e Renk (2012) a questão do tempo é uma variável importante para entender a situação dos atingidos na UHE Foz do Chapecó pois o tempo é um fator de pressão pois “tem um significado fundamental no processo de tomada de

decisão e, conseqüentemente, em relação às modalidades de indenizações que os atingidos são condicionados a aceitar” (BARON, RENK, 2012, p. 121).

Segundo a Entrevistada 5 o processo de construção da Foz do Chapecó é uma história muito longa, iniciou ainda lá nos anos 80 no processo daquelas 25 usinas hidrelétricas que iam ser construídas na bacia do Rio Uruguai. O projeto original ia atingir um volume bem mais alto do que a Foz do Chapecó. Mas, ele é retomado no final dos anos 90 com mais concretude e dali para adiante se avança no processo de estudo. Em 2002 que isso aflorou com mais intensidade. Foi nesse período 2001 e 2002 que se aflorou bastante a discussão sobre o processo da construção da UHE de Foz do Chapecó (ENTREVISTADA 5, 2019).

Nesse momento também se tem uma oportunidade política favorável, pois alguns cargos no governo federal eram ocupados por aliados políticos. Muitos parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) estavam envolvidos na luta por indenizações justas. Seria uma oportunidade de construir novas alianças políticas e modificar a forma de construir barragens no Brasil. Mas não foi o que ocorreu na prática, como prova disso, em 2006 o presidente Lula vem a região para inaugurar uma fase da obra e é interpelado por atingidos que tinham seus direitos negados “nós estávamos reivindicando os direitos negados dos atingidos, a questão de terra para reassentamento e a questão de discutir uma pauta mais geral para o desenvolvimento regional, né, dos municípios, tinha uma pauta nesse caráter naquela época” (ENTREVISTADA 3, 2019, p.4).

O processo de remoção das famílias foi concluído em março de 2010 e em outubro a usina funcionou completamente. Para Rocha (2013) apesar da liberdade de escolha que tem os que aceitam a carta de crédito ou dinheiro, mas “pode pôr em xeque eventuais reivindicações sobre a condição deles com o passar do tempo” (ROCHA, 2013, p. 66).

Foi construído no âmbito da construção da UHE Foz do Chapecó um Fórum Representativo de Negociação que possuía representações dos agentes envolvidos e atingidos pela construção da usina. Nesse fórum foi construído o Termo de Acordo que estabelecia as diretrizes entre atingidos e a Foz do Chapecó Energia, definindo assim quem seria considerado atingido. Mas o consenso não necessariamente é regra entre os agentes envolvidos. E como já foi dito anteriormente, a definição de atingido depende da força política e de mobilização dos grupos atingidos (ROCHA, 2013).

Para o MAB esse Fórum Representativo de Negociação era uma estratégia da empresa em tentar desmobilizar o movimento e há a exclusão das pessoas que têm direitos. Para o MAB, se o movimento se faz presente é uma ratificação das decisões. Essa fragmentação entre os

atingidos “acabou dificultando a mobilização para a negociação por motivo da fragmentação na base da organização dos atingidos” (ROCHA, 2013, p. 179). A Associação Mista dos Atingidos pela Barragem da Foz do Chapecó (AMISTA) surge em 2002 com forte apoio dos prefeitos e alguns vereadores dos municípios atingidos pela Foz do Chapecó. Mas, o que se percebe nessa associação é a ação de autoridades públicas e proprietários locais tentando beneficiar o empreendimento e de procurar ganhar compensações através das negociações. (ROCHA, 2013). A AMISTA era a grande motivadora dos Fóruns Representativos de Negociações. E nesse momento os atingidos estavam divididos em dois grupos, um que ficou com o MAB e outro com a AMISTA (ENTREVISTADA 4, 2019).

Diante do exposto o MAB e a AMISTA entraram em rota de coalizão. O MAB acusava que a AMISTA era um braço da empresa que tentava facilitar o trabalho junto aos agricultores que serão atingidos. Afirmavam que a associação é temporária e com único objetivo viabilizar o início da obra. O certo é que nesse momento a representação dos atingidos estava dividida e com isso a força da pressão do movimento social acabava enfraquecendo. Segundo relato da Entrevistada 4, foi graças ao movimento que os direitos foram conquistados: “o movimento foi uma baita coisa, se não tem o movimento eles faziam o que queriam com nós. Se não tinha o movimento todos iam perder, a gente ia ser explorado mais ainda” (ENTREVISTADA 4, 2019, p. 3).

A Foz do Chapecó atingiu terras indígenas e também colônias de pescadores destruindo a cultura local. Os ribeirinhos atingidos pela Foz do Chapecó foram colocados numa ótica mercadológica e sua atividade artesanal, a pesca, só tem importância se entrar nessa lógica. Assim com a questão indígena que foi uma importante variável na instalação da UHE Foz do Chapecó. A construção da usina pegaria parte das terras reservadas para a construção da reserva. Então fica condicionada a construção da usina com a aquisição de uma nova terra para a reserva indígena. Assim, o MAB articulou os atingidos pela usina de Foz do Chapecó a acampar na região da futura reserva e tentar impedir os trabalhos da FUNAI. Em setembro de 2004 a Licença de Instalação foi conferida ao Consórcio.

Muitas mobilizações foram feitas, inclusive uma que durou 19 meses, no ano de 2005. A principal reivindicação era dos direitos negados para muitas famílias, o acampamento só teve fim quando em 2006 foi emitida a Declaração de Utilidade Pública da área do canteiro de obras em favor da empreendedora. A criminalização dos manifestantes é o modus operandi das construtoras de barragens (ROCHA, 2013).

A forma de indenização, como já foi afirmado anteriormente, é variada. Basicamente são três: em dinheiro, por carta de crédito e Reassentamento Rural Coletivo. A preferência da empresa é a indenização por dinheiro e muitas vezes os atingidos preferem também essa modalidade porque a morosidade das outras formas de indenização gera incertezas, inclusive, incerteza de saber se receberá indenização pela terra. A carta de crédito também é uma segunda escolha da empresa porque tanto em dinheiro quanto em carta de crédito a empresa se isenta de dar assistência para as famílias após o pagamento da indenização e a Entrevistada 4 (2019) resume de forma simples as indenizações com carta de crédito: “além da barragem tirar as pessoas da terra ela veio trazer dívidas para muitas” (ENTREVISTADA 4, 2019, p.2). Além disso, o custo da empresa é menor com esse tipo de indenização.

As mulheres estão atuando de forma ativa na luta pelo direito dos atingidos pela barragem de Foz do Chapecó. Nesse momento não somente nas mobilizações como na organização do movimento, pensar, executar, articular politicamente com lideranças, já que, nesse momento, muitos aliados históricos estão ocupando cargos executivos ou legislativos nas três esferas de poder: municipal, estadual e nacional.

As mulheres lideravam muitas ações, questionavam, lutavam, motivavam a luta, foi por causa delas que a gente teve forças. Lutar contra a empresa é algo muito difícil, foi graças a atuação das mulheres que encontramos forças [...] elas foram essenciais na luta dos atingidos (ENTREVISTADA 4, 2019, p.2).

\*\*\*

De acordo com o apresentado até aqui percebemos que com a Eletrosul estatal as negociações são facilitadas e muitos direitos foram garantidos, claro que nada sem luta. A partir da privatização aumenta exponencialmente a dificuldade de negociar com as empresas para garantir nada além dos direitos dos atingidos. A privatização trouxe também as falhas nas estruturas e os grandes crimes ambientais com inundações de matas nativas. A privatização torna-se um marco para entender a construção das barragens na bacia do Rio Uruguai. O sofrimento é constante na vida dos atingidos, que geralmente são agricultores e agricultoras simples com seu estilo próprio de viver a vida, “a barragem tirou minha qualidade de vida” (ENTREVISTADA 4, 2019, p.3).

As mulheres estão em todas as etapas desse processo. Só que a partir da privatização elas assumem um papel importante de liderar e de se entender parte desse processo. As mulheres, para o MAB, são as que mais sofrem com a construção das barragens, elas sofrem

pelo modelo energético e também pela destruição de sua cultura e seu estilo de vida. A vida da Entrevistada 7 muda drasticamente, passa de uma agricultora com alimentação saudável e casa própria para uma empregada doméstica que precisa alugar a moradia e comprar toda a alimentação no mercado, uma mudança não desejada para aquela família: “a barragem mudou para pior a forma como eu vivia, [...] antes eu era agricultora e agora tive que mudar para Anita e sou empregada doméstica. Tenho que pagar aluguel na cidade. A vida da gente muda completamente, isso é muito estranho” (ENTREVISTADA 7, 2019, p.1).

É importante destacar também que nesse processo de reassentamento as empresas usavam a ideia da força de trabalho para calcular o direito que cada família atingida teria. Segundo Scott (2009) essa forma de calcular faz com que as desigualdades sociais sejam ratificadas pelas desigualdades dos cálculos. As mulheres representavam, para essa forma de calcular as indenizações, um valor menor do que os homens em torno de 60% da força de trabalho masculina. Isso aumentou a desigualdade entre as famílias chefiadas por mulheres e fortaleceu a ideia de dominação masculina sobre a família. Quanto mais mulheres a família possuísse menos terra receberiam de indenização. Isso gerou uma desigualdade que se estendeu para além do reassentamento e permaneceu na vida cotidiana dessas famílias como afirma Scott (2009, p. 80) “a desvantagem enfrentada na hora do cadastramento se cristaliza numa exclusão mais duradoura no novo ambiente”.

Além disso, em muitas localidades, com o início das obras aumenta o fluxo de homens que trabalham na construção e com eles aumenta a quantidade de crimes de estupros e de casas de prostituição, afetando diretamente a vida das mulheres atingidas, “tinha mais de 30 casas de prostituição em torno da obra da Foz do Chapecó [...] a mulher é utilizada para negócios” (ENTREVISTADA 5, 2019, p.4).

O movimento deu uma importante atenção para a questão da presença das mulheres na organização do movimento. Isso ocorre desde a base, nas comunidades locais, até o nível nacional. A partir de 2010 têm-se o cume das discussões e isso modifica substancialmente a estrutura do movimento e conseqüentemente a sua pauta. O que muda drasticamente foi a forma organizativa do movimento, “não é só um lema, é uma nova estrutura, com um debate mais aprofundado com relação ao tema de gênero, uma questão mais ampla, incluindo a questão LGBT [...] é um debate da sociedade. Não basta construir iniciativas se não conseguir efetivar isso” (ENTREVISTADA 5, 2019, p. 4). Isso ratifica o que foi exposto no capítulo anterior, de que o movimento acompanha os debates da sociedade.

No próximo capítulo será trabalhado de forma mais profunda as questões contemporâneas do MAB como a questão de gênero, de soberania alimentar e modelo energético. A presença das mulheres na liderança do movimento faz com que o movimento se entenda parte de um projeto maior, como o ingresso na Via Campesina, que faz com que a pauta do movimento se internacionalize além da união com o Movimento dos Afectados por Represas (MAR). Além disso, serão analisados os principais desafios e conquistas que o movimento tem na atualidade. Como a questão do modelo energético e a questão de discutir a luta de classe e as definições de atingidos com as populações urbanas, incluindo a discussão LGBT na pauta do movimento.

### 3. O MAB NA PERSPECTIVA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Esse capítulo abordará o MAB a partir da década de 2000. Como a questão identitária veio entrando no movimento, pautas como a questão das mulheres, o modelo de energético e também a questão dos atingidos na cidade por esse mesmo modelo, foram gradativamente ganhando espaço.

A partir desse referencial teórico, abordar como esses novos atores sociais vem construindo a transformação interna das organizações e também a mudança social. A internacionalização da luta dos atingidos foi decisiva para que outras pautas fossem colocadas no debate. Mas é essencial destacar, novamente, que as pautas não são excludentes. No momento que o movimento fala de gênero e de modelo energético continua discutindo a questão das barragens. O movimento acompanha o caminhar da sociedade e se une a outros movimentos sociais ou organizações da sociedade civil. Unem as pautas e modificam-se mutuamente no sentido de uma identificação da luta social.

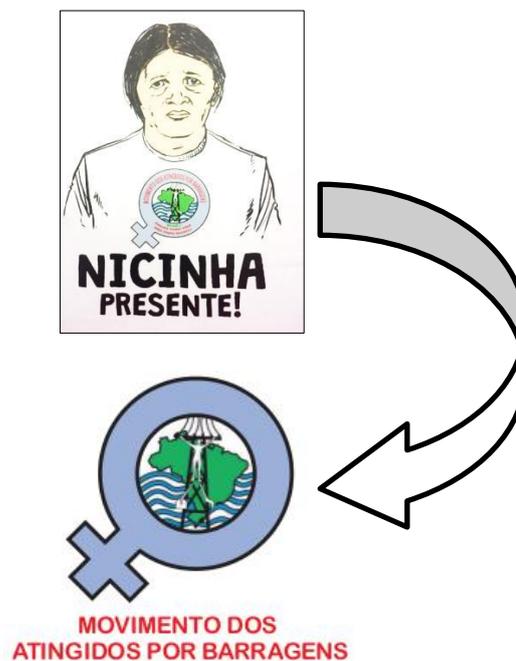
Também mostrar-se-á que a mulher, nesse modelo de desenvolvimento, é a que mais é atingida. Ela é atingida pela saída da sua propriedade, pois a maioria delas mantém uma relação próxima com a terra, usam os recursos da natureza principalmente para garantir a alimentação. Com a efetivação do projeto, elas sofrem com as muitas ameaças que vai desde a chegada de operários para a construção da usina até a modificação no modo de vida.

Após a saída da terra, muitas se tornam urbanas mudando completamente a sua alimentação e a relação com a terra e por terem, na maioria das vezes, uma escolaridade baixa, acabam indo para o trabalho doméstico mal remunerado. E na cidade essas mulheres são atingidas pelo modelo energético que explora a população com altas tarifas de energia. Permeando todo esse processo, as mulheres ainda enfrentam a violência do machismo estrutural da sociedade. O sistema capitalista é o grande opressor, explora a mulher para ter a sua perpetuação.

O protagonismo da mulher é forjado na luta, como afirma Silva (2007), a partir da mudança drástica do seu modo de vida, gerando o empobrecimento e privação de direitos, a mulher iniciou a lutar pela recuperação de seu patrimônio que estava sendo alagado. Disto, é importante entender como a luta das mulheres está organizada atualmente no movimento e qual é a perspectiva teórica que fundamenta a ação delas.

### 3.1 O MAB EM MOVIMENTO

As mulheres militantes são forçadas na luta e para a luta. A década dos anos 2000 principiou com a efetiva alteração no pensamento dessas mulheres. Essa mudança é fruto do trabalho das mulheres dentro do próprio movimento, mas também do cenário externo ao movimento. Não é verdadeiro afirmar que essa mudança ocorreu de forma imediata, foi uma longa e difícil caminhada. A imagem abaixo traz a logo do MAB, só que modificada pela inclusão do espelho de Vênus, que é a representação do feminino. Isso é um sinal mais visível de que é um caminho sem volta, a pauta feminina é algo a ser considerado como essencial na luta dos atingidos por barragens. Entender essa mutação na estrutura do movimento é essencial para compreender o papel da mulher na luta pelos direitos dos atingidos por barragens.



**Figura 1:** *Símbolo MAB contextualizado com a pauta feminina.*<sup>25</sup>

Na década dos anos 2000 ocorrem eventos importantes que ajudam a entender o protagonismo feminino no MAB e também na sociedade como um todo. A entrada para a Via Campesina foi um marco importante, assim como a consolidação da privatização do setor

<sup>25</sup> MAB, 2016, p.18.

elétrico, fazendo assim com que chegasse capitalismo às barrancas dos rios, atingindo até mesmo as comunidades mais longínquas.

Assim, consegue-se resgatar a afirmação de Touraine (1978) de que os novos movimentos sociais são capazes de modificar a estrutura social. Essa mudança se dá pela nova configuração que o movimento adquiriu com a questão identitária. Scherer-Warren (1987) afirma, como já foi exposto no capítulo 1 de forma mais detalhada, que na tentativa de romper com o sistema predominante, os novos movimentos sociais se engajam na criação de formas comunitárias de participação na base dos movimentos desde a reflexão até a execução. Com isso, a distância entre os líderes e a base diminui, além de defender que haja uma autonomia em relação ao estado e a partidos políticos, que serão canais de reivindicação. Isso pode ser percebido de forma clara na fala da militante da Entrevistada 2:

Nos anos 2006 e 2007 quando o MAB sofre um grande isolamento, por parte do governo e por parte das entidades, por querer isolarem a luta do movimento por conta do tema de atingidos, no entendimento de muitos que esse movimento era contra o progresso e desenvolvimento. Nesse momento toma-se uma decisão que esse movimento tem que ser para além de um movimento sindical, tem que ser um movimento político e social, tem que sair da barranca dos rios, além de fazer a luta pelo direito dos atingidos tem que questionar e estudar o modelo energético (ENTREVISTADA 2, 2019, p. 1).

Não bastava mais reivindicar apenas um novo reassentamento, uma nova moradia, denunciar a violação do meio ambiente e dos direitos das pessoas que foram atingidas. Era necessário questionar o modelo energético. Na visão do MAB, esse modelo, é depredador, que se apropria da terra, do território, onde as famílias são expropriadas para que esse “desenvolvimento” conseguisse se instalar isso tudo não garante uma produção energética de qualidade. Por isso que o movimento precisou sair das barrancas dos rios e ir até as periferias das cidades, pois lá estavam as pessoas que pagavam uma conta alta de energia.

A entrada para a Via Campesina foi um marco importante para o MAB, deu visibilidade internacional e amplificou debates importantes. A Via Campesina não inseriu as mulheres nos movimentos sociais, elas sempre estiveram lá atuantes. A mudança que ocorreu foi na forma de atuação delas no movimento. As mulheres do MAB, como já explicitado anteriormente, estavam preocupadas, num primeiro momento, com a perda da terra e consequentemente a perda do seu modo de vida e de alimentação. Influenciadas pela teologia da libertação (Igrejas Católica e Luterana) elas, no princípio de sua atuação, questionam essas

mudanças que afetariam a sua vida e de toda uma comunidade, teoricamente influenciadas pela ótica espiritualista do ecofeminismo.

Com o avanço das discussões na sociedade, as mulheres acompanham essas discussões e se incluem dentro da pauta do movimento. Assim, surgiu uma terra fértil para a criação da Via Campesina. A criação da Via Campesina ocorreu num contexto de grande industrialização do campo, e surge como algo novo nesse contexto, como já foi explicitado nos capítulos anteriores. Segundo Vieira (2011) o ponto de partida para o surgimento dos movimentos rurais vem do aumento das formas agressivas de apropriação do mundo rural pelo capital internacional. A partir da criação da Via Campesina, em Mons (Bélgica) no ano de 1993, inicia-se a organização de uma rede de movimentos sociais do campo em nível internacional. Ressaltando que as ações nacionais dos agricultores já vinham ocorrendo em vários países.

Nessa perspectiva, entraram na discussão e reflexão alguns temas importantes como soberania alimentar e a questão de gênero. Vieira (2011) afirma que as mulheres da Via Campesina se organizam, desde 1996, com ações de formação e inclusão das mulheres na estrutura do Comitê Organizador e no ano de 2000 na III Conferência em Bangalore (Índia) a temática ocupa um lugar de destaque.

Desde 1996, as mulheres da Via Campesina vinham se organizando. O primeiro evento ocorreu em El Salvador, quatro meses após a Conferência de Tlaxcala, tendo sido formada a Comissão de Mulheres da Via Campesina e aprovado o primeiro documento sobre o tema. A Comissão organizou vários eventos regionais nos anos que se seguiram e, imediatamente antes da III Conferência, realizou a I Assembleia Internacional das Mulheres Camponesas. Esta iniciativa levou a um crescimento expressivo do número de delegadas no evento de Bangalore em comparação com o de Tlaxcala. Este quadro trouxe uma mudança na estrutura do Comitê Coordenador Internacional da Via Campesina, que passou de 8 para 14 coordenadores regionais, cada região contando com um coordenador e uma coordenadora (VIEIRA, 2011, p.196).

Essa Internacionalização que o MAB passou com a Via Campesina e também com o MAR (Movimento dos Afectados por Represas), que detalhado mais à frente, fez com que questões como gênero entrasse definitivamente na pauta do movimento. A Via reuniu as pautas que já existiam de discussão sobre o feminismo e o papel das mulheres nos movimentos sociais e de forma mais enfática tratou dessas pautas com prioridade. Assim, a Via reúne e interliga diversos movimentos sociais como o MST, MMC, MAB, etc. A rede de movimentos criada pela Via Campesina vem ao encontro da movimentação da sociedade. É importante destacar que a Via não incluiu essas temáticas no movimento, como afirma a entrevistada 1 (2020, p. 2):

O tema de gênero não tem relação com a entrada da via. O movimento entra na via nos anos 2000, o lema especificamente Mulheres, água e energia [não são mercadorias] ele surge em 2010 que foi quando o movimento tirou como uma das principais diretrizes a participação das mulheres e da juventude nas instâncias de coordenação no movimento. A gente precisa estar priorizando a participação das companheiras tendo em vista toda a questão estruturante que a gente vive na sociedade capitalista que é de fundo patriarcal. Então a partir de 2010 se intensifica essa pauta, ela já existia antes, mas a partir de 2010 se tira como uma das prioridades a efetiva participação das companheiras no movimento, delas participarem das instâncias de coordenação e da gente levantar também a bandeira das mulheres como defensoras dos direitos humanos. A partir do entendimento de que as mulheres são as mais afetadas, são as mais atingidas.

A Via Campesina então se torna uma rede de movimentos Sociais. Sob o mesmo *master-frame* estão envolvidos, *frames* de diferentes movimentos sociais. Resgatando Demarais (2004), que foi exposto mais detalhadamente no capítulo 1, pode-se perceber que o *master-frame* da Via Campesina é a questão alimentar, pois, para a Via, os alimentos são um direito básico de todas as pessoas e é um dever do Estado estabelecer políticas que possam garantir a soberania alimentar e o bem estar da população. Por isso, que a temática de gênero passou a ser um *frame* importante para a Via Campesina. Esse conceito condiz com o ciclo de protesto e se mostra oportuno politicamente. Assim, toda a discussão de segurança alimentar era analisada, também, na perspectiva feminina.

Nesse momento a questão da mulher, feminismo, era um importante *frame* da Via Campesina e conseqüentemente dos movimentos a ela ligados, incluindo o MAB. Mas, além desse *frame* os movimentos tinham outras pautas que consideravam igualmente importantes. No MAB, por exemplo, a questão dos atingidos pelas barragens ainda estava em discussão, a situação dos atingidos pelo modelo energético, além da luta pela terra que é o *Master-frame* do movimento. Outra pauta mais recente do movimento foi a destruição que os rompimentos das barragens de rejeitos fizeram em Mariana (2015) e Brumadinho (2018) ambas em Minas Gerais. Pautas consideradas importantes que completam a musculatura do movimento, como se pode ver abaixo na fala da jovem militante:

[...] o que nós temos como horizonte, como desafio do movimento é a construção de um projeto energético para o Brasil, que tenha o povo como central, que leve as necessidades do povo como horizonte assim, tendo em vista a contradição do modelo energético e do capital que não melhora a vida do povo. Então nosso principal desafio é a construção de um projeto enérgico popular para o Brasil, um projeto popular soberano para o nosso país. [...] nós daqui do sul participamos das marchas de 1 ano de Mariana e de Brumadinho, com muitas companheiras do Sul, a solidariedade com as companheiras e companheiros de Minas Gerais é nacional. Há uma mobilização nacional. Tem companheiros e companheiras aqui do sul que estão colaborando em Minas (ENTREVISTADA 1, 2020, p. 2).

Apesar de teoricamente a Via Campesina e o MAB estarem, nesse momento, sob a luz da teoria dos NMS, isso não acontece exclusivamente. Ocorre de forma concomitante com a teoria da Mobilização de recursos (MR), pois, ainda é necessário reunir os recursos para as mobilizações, cursos, palestras, reuniões, distribuir materiais informativos e também com a teoria da Mobilização política (MP) através das oportunidades políticas e os ciclos de protestos, gerados pelo Estado que pode criar ações repressivas ou facilitadoras.

O MAB vinha discutindo a questão de gênero antes da entrada para a Via Campesina, e essa discussão ocupou mais espaço na agenda do movimento conforme as mulheres iam ocupando novos espaços de coordenação. Isso é claramente percebido na imagem trazida no princípio desse subcapítulo. Então, são as mulheres que discutiram o seu papel e seus direitos no movimento, ressignificando seus papéis dentro do próprio movimento e na sociedade como um todo, “as mulheres sempre são muito atuantes, em muitos territórios são as mulheres que estão na frente. O MAB é um dos movimentos que mais tem mulheres nas instancias de coordenação, isso nos orgulha” (ENTREVISTADA 1, 2020, p. 3).

A internacionalização do MAB, por meio da Via Campesina, se deu nesse cenário onde o sujeito político está interligado por redes e internacionalmente e as mídias sociais são de extrema importância para essa interligação e conexão entre os agentes sociais. As identidades são formadas a partir das demandas específicas de uma determinada localidade e após isso, assumem uma pauta baseada na identidade e não somente nas demandas locais. Ou seja, no MAB, por exemplo, a principal pauta era os direitos dos atingidos por barragens e pelo modelo energético, uma necessidade urgente que a população estava passando. O encontro com outros movimentos macros fazem com que outras temáticas ganhem espaço. A Via Campesina não iniciou as discussões de gênero no movimento, mas deu centralidade para essa discussão a ponto dessa temática assumir um papel de centralidade na vida do movimento. Isso não significa que a pauta dos atingidos acabou, significa que as discussões mais antigas sobre as mulheres foram incorporadas nesse novo contexto, seguindo uma tendência da sociedade como um todo. Como afirma Entrevistada 1 (2020, p. 3), uma jovem militante:

Não houve uma mudança de pauta dentro do movimento. Sempre foi levantada no movimento a questão de gênero, claro que no começo tinha pouca participação de mulheres mas com o passar dos anos a gente vai entendendo que a construção do socialismo só é possível através da construção do feminismo em que os homens tenham noção dos seus privilégios e também façam uma luta antimachista.

Se a temática gênero tem essa centralidade na vida do movimento, qual é a linha de pensamento sobre isso dentro do MAB? Como foi discutido no capítulo 1 o feminismo que clareia a primeira fase do movimento é baseado na segurança alimentar, no ecofeminismo através da linha espiritualista, inspirado por Vandana Shiva. Com a evolução das discussões, o MAB passou a entender a luta das mulheres através da perspectiva do feminismo marxista. Esse feminismo é de forma bem elaborada pela autora Silvia Federici através da obra *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*.

Nessa obra entendemos que a acumulação primitiva, para ter êxito, necessitou dominar o corpo da mulher. Dominando assim seu conhecimento, sua autonomia, seu trabalho e sua liberdade sexual, sendo isso a base inicial para a perpetuação de um regime patriarcal que necessitava ser opressor. A autora mostra como o processo de reprodução social muda com a efetivação do capitalismo e como isso afeta a mulher proletária através da divisão sexual do trabalho na desvalorização do trabalho reprodutivo. Para a autora o capitalismo não é nenhum avanço, uma vez que se baseia na desvalorização da mulher para existir e se manter. Esse novo sistema econômico está consolidado na escravidão, na colonização e exploração dos povos e na dominação do corpo e dos saberes das mulheres para a o trabalho reprodutivo forçado e gratuito.

Do mesmo modo que os cercamentos expropriaram as terras comunais do campesinato, a caça às bruxas expropriou os corpos das mulheres, os quais foram assim “liberados” de qualquer obstáculo que lhes impedisse de funcionar como máquinas para produzir mão de obra. A ameaça da fogueira ergueu barreiras mais formidáveis ao redor dos corpos das mulheres do que as cercas levantadas nas terras comunais (FEDERICI, 2017, p. 330).

A expropriação da terra faz parte do projeto capitalista de dominação. Assim, temos que a expropriação das terras pelas usinas hidrelétricas é uma forma de dominação capitalista. O que antes era um modelo de colaboração entre os povos do campo, de troca de sementes, de trocas de dias de trabalho, de auxílios mútuos entre famílias, com a chegada dos projetos hidrelétricos essa cultura vai sendo diminuída a ponto de quase desaparecer.

O capitalismo chegou às barrancas dos rios, nas comunidades mais distantes, para as pessoas mais simples. A expropriação das terras é parte desse projeto de dominação. Além da expropriação das terras, a mudança das relações sociais com a terra e também a mudança da forma de vida dos atingidos. E a divisão sexual do trabalho se aprofunda na realidade dos atingidos. Essa divisão sexual do trabalho é a materialização das relações patriarcais da sociedade porque ela separa o que é trabalho de homem e trabalho de mulher e hierarquiza em grau de importância:

[...] aos homens é dada a oportunidade de estar no espaço público, onde se constrói a luta política e a renda da família, enquanto às mulheres é reservado o espaço privado, onde mesmo que ela produza bens geradores de renda, não serão elas que sairão para vender e se apropriar dessa renda, ou seja, é reservado para as mulheres o lugar de dependência (MAB, 2017a, p.40).

Com isso, tem-se uma mulher privada de seus direitos de cidadã e a valorização desse trabalho tem que ser através de políticas públicas que diminuam as desigualdades sociais e igualem homens e mulheres. Apesar dos avanços ocorridos nas últimas décadas com relação a efetiva melhoria na igualdade social entre homens e mulheres, ainda há um caminho extenso a ser percorrido, já que os avanços com relação a igualdade de gênero se dá através de “muita luta e organização das mulheres ao longo de décadas em diversos movimentos populares do campo e da cidade, sindicatos, associações de bairros, conselhos, entre outros” (MAB, 2017a, p. 7).

A mulher é duplamente atingida, pela expropriação da terra e pelo modelo capitalista que destrói a sua autonomia de decisão. O projeto de dominação capitalista envolveu a expropriação do pequeno agricultor e agricultora da terra e do seu direito de decisão. A mulher novamente é colocada numa relação de poder que a excluiu do centro de decisão e desvalorizou seu trabalho reprodutivo e doméstico. Sendo assim, a mulher é duplamente explorada pelo seu trabalho reprodutivo e pelo trabalho produtivo desvalorizado.

Entre as relações sociais e de produção, interessa ao capital manter a submissão das mulheres dando falsas explicações: dizem que às mulheres cabe o trabalho doméstico e de cuidados porque isto faz parte da ‘essência’ feminina, porque somos mais delicadas, mais prendadas, mais emotivas, mais ligadas à natureza e ao instinto. Enquanto isso, dizem que os homens são mais fortes, mais brutos, mais insensíveis e mais racionais ‘por natureza’. Essa é uma grande mentira! (MAB, 2015, p. 39).

Além da exploração do trabalho reprodutivo da mulher, o Capitalismo explorou a mão de obra barata das mulheres e crianças. As mulheres pobres e negras sempre precisaram trabalhar para conseguir renda, e muitas vezes esse trabalho era de empregada doméstica, e novamente o trabalho de cuidado é dado como responsabilidade da mulher. Mesmo em situação em que a mulher possui mais estudo do que o homem, ela ganha em média 75% do que os homens com qualificação inferior ganham, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2018).

Por isso o MAB, historicamente, questionou o modelo de desenvolvimento capitalista de expropriação dos agricultores das terras. E a partir do aumento das discussões sobre gênero,

o movimento percebeu que esse modelo de desenvolvimento afeta de forma mais intensa as mulheres, atingidas ou não pelas barragens. Questionando também o modelo de produção de energia que, segundo o movimento, enriquece os capitalistas, sócios das grandes empresas multinacionais que produzem energia, através da apropriação dos bens naturais, produzindo um lucro exorbitante a partir da exploração da mão de obra dos trabalhadores (MAB, 2015). Entrevistada 1 (2020) afirma da necessidade que o movimento sentiu de ter coerência do discurso com a prática, modificando a estrutura do movimento, incluindo as mulheres nas instâncias decisão.

Então isso surge [a temática de gênero] a partir desse consenso no movimento de que para a gente avançar de fato na construção do socialismo, na construção de um projeto popular, de um projeto energético popular. Para a gente não ser contraditórios no horizonte que nós temos e na prática que nós temos então é fundamental isso discutir gênero para a construção do feminismo popular, e com a participação das companheiras nas instâncias do movimento. É o que a gente chama de pedagogia do exemplo, então para além de falar a gente tem que ter em nossas ações, nossas bandeiras, nossas lutas efetivas, essas questões não sendo tratadas como questões secundárias, elas são questões estruturantes da sociedade e a gente precisa dar a devida importância para essas questões (ENTREVISTADA 1, 2020, p. 2).

Esse cenário de desigualdade social é agravado a partir do momento da privatização do setor elétrico. Para conseguir um direito com o Estado já era difícil, a partir da privatização isso ficou quase impossível, pois os direitos dos atingidos e atingidas passou a ser visto como custo. Além disso, a terceirização precarizou a mão de obra, os trabalhadores passaram a ganhar menos e trabalhando mais, perdendo direitos trabalhistas e com um alto número de acidentes que levam a mortes e amputações, enquanto a tarifa continua alta (MAB, 2015).

A mulher, que já sentia as desigualdades de gênero e sociais, a partir da privatização do Setor Elétrico, viu os seus direitos serem considerados como custos e simplesmente perceberam que não eram prioridade para as construtoras, e com isso as violações aumentavam a partir das construções das barragens, conforme já foi exposto mais detalhado no capítulo 2. A construção das barragens fez com que as relações sociais e com o meio ambiente se modificassem completamente, fazendo com que a insegurança e angústias aumentassem entre as atingidas. Além dessa mudança catastrófica, elas são as mais afetadas, pois perdem a sua fonte de renda:

Elas não são contadas como pessoas que virão a perder, economicamente, com a possível saída da comunidade, elas que estão no trabalho informal, nós que estamos no trabalho informal. As que fazem doces, artesã, muitas mulheres no norte e no nordeste trabalham com tricot, crochê, bijuterias do capim dourado, isso para nós é

tanto, que o maior empobrecimento de quem sai da região são as mulheres que mais sofrem. Se há desenvolvimento isso não é para os atingidos (ENTREVISTADA 2, 2019, p.1).

Podemos unir as informações até agora citadas e afirmar: historicamente o capitalismo utilizou-se da exploração do trabalho e do corpo das mulheres, dominou seu conhecimento e sua mão de obra. Isso se agravou quando o trabalho destinado às mulheres foi completamente desvalorizado pela sociedade capitalista e machista. E com relação ao objeto de estudo desse trabalho vemos que após a decisão da construção das hidrelétricas, com o capitalismo chegando às barrancas dos rios, viu-se um aumento considerável de violações dos direitos das mulheres atingidas. Isso foi exponencialmente agravado com a privatização do setor elétrico. Nesse cenário as empresas não viam direitos e sim custos, que precisavam ser diminuídos.

O sistema capitalista produz violência para se auto sustentar. Ele produz a barbárie nesse sentido, em que os oprimidos queiram se tornar os opressores. Para que não se levante para a construção de uma nova sociedade então é um sistema que gera violência contra a mulher porque ele tem uma raiz patriarcal, de opressão. As mulheres são duplamente atingidas pelo sistema capitalista que é explorador que é expropriador e pelo sistema patriarcal que é opressor um sistema opressor dos homens sob as mulheres. Pensando nisso a construção de uma nossa sociedade, uma sociedade socialista, só se dá com o rompimento com o patriarcado, uma estrutura do capital. Isso só acontece a partir do feminismo (ENTREVISTADA 1, 2020, p. 2).

A partir do que foi apresentado acima, pode-se concluir, mesmo que parcialmente, que o movimento de mulheres do MAB passou e continua passando por transformações importantes ao longo da história do próprio movimento. As mulheres uniram-se para lutar pela posse da terra e a manutenção do modo de vida e de produção. Um modo ameaçado com a chegada das barragens. Após esse primeiro momento houve uma crítica ao modelo energético e sua forma injusta de organização. As mulheres trouxeram seus anseios que perpassam por toda a sociedade civil. Autonomia sobre o corpo, valorização dos trabalhos reprodutivos, mudanças nos paradigmas da sociedade, são exemplos de pontos importantes para as mulheres. Então, dentro do movimento, surgiram mulheres envolvidas com outros movimentos sociais e com isso trazem novas pautas para o MAB.

Segurança alimentar, discussão sobre a sociedade patriarcal e feminicídios entraram em discussão dentro do MAB. Isso não é automático e muito menos pacífico. O protagonismo feminino se deu, e continua acontecendo, na luta que as próprias mulheres aderem e constroem. Sem isso, muitos dos seus direitos, estariam ainda sendo relegados ao sistema patriarcal

machista. Por isso o movimento afirma que a mulher é duplamente atingida, pode-se perceber claramente essa afirmação na fala de uma jovem militante, Entrevistada 11:

Porque além de serem atingidas pela construção de barragens e pelo modelo energético são atingidas pela sociedade patriarcal e machista. As empresas construtoras de barragens, pela maioria das vezes não reconhece o direito das mulheres atingidas pela visão machista que elas têm. No processo de negociação não reconhecem o trabalho desenvolvido pelas mulheres, a perda do trabalho gerador de renda e a não adaptação das mulheres rurais ao trabalho urbano. Quando o trabalho é reconhecido é menor do que o homem. Por exemplo, no caso da construção da barragem de Itá/RS em 1987, ao se calcular a indenização para as atingidas sua força de trabalho foi considerada 20% menor do que a de um homem. Também a participação das mulheres nos processos de negociação com as barragens é reduzida, seja pelo patriarcado que impõe que esse é um lugar masculino. Seja pela postura machista das empresas que elegem os homens como mais legitimados para representar as comunidades. Por muitas vezes as empresas se negam a ouvir as mulheres (ENTREVISTADA 11, 2019, p.3).

A fala acima é a prova irrefutável de que a mulher atingida é a que mais é explorada. Não bastava o sofrimento de ter destruído a sua cultura, seus laços de amizade com vizinhos e familiares, sua comunidade, seu modo de alimentação, sua relação com a terra, elas ainda precisavam e precisam enfrentar a desigualdade de gênero. A desigualdade de gênero é perceptível com a postura das empresas hidrelétricas de não aceitarem mulheres nas negociações e de considerar o trabalho delas inferior ao deles, além de direito de viver em segurança que é violado constantemente:

A mulher é duplamente atingida por ser atingida pelo capitalismo e pelo patriarcado. E quando se fala de mulher atingida por barragem ainda tem toda a carga de violação de direitos humanos. Nesse contexto as mulheres são ainda mais violadas por esse duplo ataque, pela expropriação feita pelo capitalismo e pela opressão do patriarcado. É violado também o direito de viver em segurança, após os rompimentos de barragens que nós vimos nos últimos 5 anos, é uma coisa que vem muito à tona (ENTREVISTADA 1, 2020, p. 3).

Em muitas localidades, ainda na atualidade, a realidade da mulher era difícil. Além do sofrimento da situação de atingida o problema aumentava com o sofrimento causado pelo modelo capitalista de exploração que era/é desigual, machista e opressor. Pode-se ver essa afirmação na fala das próprias mulheres, como a professora Maria Suzete Oliveira Nogueira, moradora da comunidade Pimental, ameaçada pelo complexo hidrelétrico do Tapajós:

Aqui a vida das mulheres é bastante sofrida, pois não tem uma renda, um estudo, a maioria é dona de casa, umas ajudam os esposos na roça, outras são domésticas. Precisava de um projeto que envolvesse essas mulheres para que saíssem mais da

cozinha. Hoje os direitos são iguais, mas muitas mulheres ainda não sabem quais os seus direitos (MAB, 2017).

Nós, atingidas por barragens, sentimos na pele o que é sermos cotidianamente violentadas. Nas regiões onde moramos, nos defrontamos com o aumento da violência sexual e a prostituição, a desestruturação familiar e comunitária e uma série de outras violências que atingem especialmente as mulheres. Essas violações são decorrência do modelo energético adotado em nosso país, no qual a produção de energia é para aumentar as taxas de lucro do capital e não para o bem-estar do povo (MAB, 2015a).

A realidade para as mulheres atingidas ainda é muito difícil como pode ser visto nas falas das mulheres do movimento. Mas a luta das mulheres é contra o modelo capitalista que por ser opressor é a origem de toda a violência contra as mulheres e meninas. Por isso, para o MAB, só haverá plenos direitos femininos quando o sistema capitalista de produção for substituído por outro sistema mais equitativo. Lembra-se que o capitalismo necessita da dominação da mulher (corpo e mente) para a sua sobrevivência (FEDERICI, 2017). Essas mulheres, do MAB, uniram-se com mulheres de outros movimentos e até mesmo de outros segmentos da sociedade civil, em busca da garantia dos direitos. A identidade tornou-se um elo importante de ligação entre as mulheres de diferentes bandeiras de luta.

### 3.2 MAB: GENEALOGIA E EVENTOS

Para melhor entendimento da participação da mulher no MAB é necessário resgatar alguns acontecimentos anteriores que foram essenciais para o movimento assumir como bandeira a questão da mulher e também para que as mulheres assumissem postos de decisão no movimento. É um processo que não se desperta instantaneamente e sim ao longo do tempo.

Abaixo, tem-se um quadro com os principais movimentos das mulheres desde a década de 2000. Assim, será possível ter uma clareza nos inúmeros eventos que contribuíram para a inclusão da pauta feminina nos movimentos sociais clássicos e híbridos. Para melhor entendimento o quadro será dividido em 2 partes. Cada uma das partes representa uma década, 2000 e 2010.

<b>Principais eventos de organização das mulheres rurais e do MAB (Brasil, década de 2000)</b>	
<b>ANO</b>	<b>EVENTO</b>

2000	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocorre a 1ª Marcha das Margaridas com o lema: “2000 razões para marchar contra a fome, a pobreza e a violência sexista”.</li> </ul>
2001	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Funcionamento total da UHE de Itá</li> <li>• I Fórum Social Mundial com o tema: “Um outro mundo é possível”.</li> </ul>
2003	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Curso Nacional contou com 50 mulheres de 14 estados. Nesse momento o movimento passa a ser chamado de Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).</li> <li>• Cerca de 30 mil mulheres marcham na 2ª Edição da Marcha das Margaridas. O tema foi: “2003 razões para marchar por terra, água, salário, saúde e contra a violência”.</li> <li>• Lula assume a presidência da República apoiado pelos movimentos sociais e pela esquerda brasileira.</li> <li>• Batucada feminista começou como um importante instrumento político de luta que expressa a ação feminista</li> </ul>
2004	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Primeiro Congresso Nacional em Brasília. Nesse encontro resultou o documento - Deliberações do Movimento de Mulheres Camponesas Brasil.</li> <li>• Primeira Marcha Nacional do MAB com o Lema “Águas para a Vida”. Uma caminhada de 15 dias de Goiânia até Brasília. Essa marcha resultou em diversas conquistas junto ao Governo Federal, como o Pronaf, terra, produção de peixes, cestas básicas, educação e formação.</li> </ul>
2005	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Existia em Santa Catarina 832 grupos base do MMC em 120 municípios.</li> <li>• 1º Encontro Nacional de Educação dos Atingidos por Barragens (organização pedagógica das Cirandas).</li> <li>• I Encontro Ciências Sociais e Barragens – Rio de Janeiro</li> </ul>
2006	<ul style="list-style-type: none"> <li>• VI Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens.</li> </ul>
2007	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A 3ª Edição da Marcha das Margaridas leva cerca de 40 mil mulheres à Brasília. A principal reivindicação era: terra, salário, saúde integral e a luta contra a violência de gênero.</li> <li>• II Encontro Nacional de Educação dos Atingidos por Barragens.</li> <li>• II Encontro Ciências Sociais e Barragens - Salvador</li> </ul>
2009	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Encontro Nacional da Juventude Atingida por Barragens</li> </ul>

**Quadro 2:** Principais eventos de organização das mulheres rurais e do MAB (Brasil, década de 2000).

Fonte: Quadro elaborado pelo autor através dos dados de Siliprandi (2015), Mab (2017) e Bison (2018).

O Movimento de Mulheres Camponesas ganhou força e deu início a sua atuação em todo o território brasileiro, isso deu visibilidade para a luta das mulheres. Além disso, a marcha das mulheres modificou o cenário dos movimentos sociais no mundo afetando a realidade dos movimentos sociais no Brasil. As pautas feministas tornam-se mais visíveis com a Marcha das Margaridas e também com o Fórum Social Mundial. Várias ações deram visibilidade para essas pautas. Dentro do MAB surgiu a organização da Ciranda Infantil que foi uma das grandes impulsionadoras do protagonismo feminino.

A década inicia com movimentos de denúncia da violência que a mulher sofria, principalmente a mulher agricultora, através da Marcha das Margaridas, conforme detalhado no Capítulo 1. Foi a partir da Marcha das Margaridas que alguns assuntos passaram a ter visibilidade, como a posse conjunta da terra, políticas específicas para as mulheres, e principalmente, a luta contra a violência contra a mulher. A Marcha trouxe uma pauta que era

invisibilizada pelo campo político, que é a situação da mulher da zona rural (campo, floresta e água).

É nesse cenário que o MAB foi amadurecendo, foi se construindo. Para o movimento não se faz transformação social sendo conivente com o machismo, com o patriarcado. “Como assim, um movimento para transformar a sociedade e é composto de homens? A gente começa a incentivar as mulheres a participar, nas bases, elas iam na reunião, mas elas iam para limpar o salão, arrumar as cadeiras, mas na hora de falar são os homens” (ENTREVISTADA 2, 2019, p. 1) e essa mudança foi acontecendo dentro do próprio movimento.

A eleição de Lula à presidência da República deu para os movimentos sociais, em especial ao movimento das mulheres, uma esperança de avanços sociais que poderiam ser, mais facilmente, pleiteados junto ao governo federal. Nesse mesmo cenário de vitória no campo da esquerda brasileira, houve uma mobilização maior das mulheres enquanto grupos organizados, como o MMC e a Marcha Mundial das Mulheres, e também dentro dos movimentos sociais tidos como clássicos, como o MAB e MST. A década dos anos 2010 é de extrema importância para o MAB, pois vários eventos marcaram os novos rumos do movimento, conforme o quadro abaixo:

<b>Principais eventos de organização das mulheres rurais e do MAB (Brasil, década de 2010)</b>	
<b>ANO</b>	<b>EVENTO</b>
2010	<ul style="list-style-type: none"> <li>• II Encontro Latino-americano Ciências Sociais e Barragens - Belém</li> <li>• Audiência pública entre o presidente Lula e as lideranças do MAB. O MAB reforçou sua posição contrária à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte e criticou a atual posição do governo quanto ao setor elétrico, que entrega para empresas privadas o controle da geração, transmissão e distribuição de energia.</li> <li>• Eleição da Primeira Mulher Presidente da República, Dilma Rousseff, pelo PT.</li> </ul>
2011	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A 4ª Edição da Marcha das Margaridas leva à Brasília cerca de 100 mil mulheres. O tema foi “Desenvolvimento sustentável com justiça, autonomia, igualdade e liberdade”.</li> <li>• 1º Encontro Nacional de Mulheres Atingidas por Barragens. Esse encontro reúne 500 mulheres de diversos estados do Brasil e de outros países latinos. A declaração final faz uma dura crítica ao modelo energético e como esse modelo afeta a vida das mulheres. O encontro é encerrado com uma audiência com a Presidenta Dilma Rousseff no Palácio do Planalto, onde as lideranças do movimento levaram um documento com muitas reivindicações.</li> </ul>
2013	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 7º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens.</li> </ul>
2015	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A 5ª Edição da Marcha das Margaridas traz como destaque a temática da Soberania Alimentar.</li> <li>• Rompimento da barragem Fundão (MG), liberando rejeitos e deixando um rastro de destruição por onde passou.</li> </ul>
2016	<ul style="list-style-type: none"> <li>• IV Encontro Internacional Ciências Sociais e Barragens em Chapecó.</li> </ul>

2017	<ul style="list-style-type: none"> <li>8º Encontro Nacional do MAB. Mais de 3.500 atingidos e atingidas organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), centenas de trabalhadores e trabalhadoras e militantes de organizações de 19 países celebraram a vida, a solidariedade na luta dos povos e refletiram sobre os desafios do próximo período. Tem um enfoque feminista na declaração final.</li> </ul>
2019	<ul style="list-style-type: none"> <li>Dilma Ferreira Silva, liderança do MAB, é assassinada em assentamento no Pará. Como consequência de sucessivas violações de direitos, Dilma entrou para a luta. Por ser vítima de remoção e falta de moradia, estava em um assentamento de terra, localizado na zona rural do município de Baião.</li> </ul>

**Quadro 3:** Principais eventos de organização das mulheres rurais e do MAB (Brasil, década de 2010).

Fonte: Quadro elaborado pelo autor através dos dados de Siliprandi (2015), Mab (2017) e Bison (2018).

Além desse cenário exposto, o MAB mudou graças a organização da Ciranda Infantil. A Ciranda, além de ser um espaço de formação para as crianças, gerou a possibilidades das mães, participarem ativamente no Movimento não só nas mobilizações, mas também na organização e no planejamento das ações do movimento.

A participação ativa das mulheres esteve ligada com a criação, num primeiro momento, de um espaço de cuidado para os seus filhos e filhas. Então, nasceu a necessidade de transformar esse espaço de cuidado num espaço de formação para as crianças, surgindo assim as Cirandas. Ela é construída a partir de uma pressão das participantes do movimento, especialmente das mães, que historicamente, são as que detêm o cuidado dos filhos. Na ocasião do 2º encontro Nacional do MAB em 2006, a ciranda passou a ser oficialmente executada no MAB. Mas, antes disso, em meados dos anos 2001 e 2002 já havia registros de trabalhos com a educação das crianças nos assentamentos da região Sul, desenvolvendo do potencial organizativo das crianças. Em 2004 o coletivo de educação do sentia a falta de uma atividade para as crianças quando os pais iam para as aulas de alfabetização. E em 2006 esse coletivo concretizou a ideia de cirandas para as crianças e saíram desse encontro com as diretrizes e com um programa político educativo para as crianças (MAB, 2017b).

Em 2009 o movimento chegou com a compressão de que era necessário criar um ambiente que fizesse com que as mulheres estivessem mais nos espaços políticos decisórios e para isso foi necessário “a constituição das Cirandas Infantis de forma intencional e sistemática, paralelamente a todas as atividades das populações atingidas por barragens” (MAB, 2017b, p. 29). E assim a ciranda surgiu, como um importante instrumento para as mulheres assumirem seu protagonismo no movimento e também como um local de formação política das crianças, sendo um “espaço gostoso, lúdico, alegre, descontraído, no qual as crianças brincam, aprendem,

propõem, conversam, se organizam, participam e intervêm em sua realidade – de atingidos por barragens” (MAB, 2017b, p. 31).

O espaço da Ciranda Infantil tem por objetivo ser um espaço “de encontro das crianças atingidas por barragens e possibilita o despertar da identidade e reconhecimento das crianças enquanto protagonistas da luta dos atingidos”, essa organização não é a parte da organização geral do movimento, ela faz parte da “luta dos atingidos por barragens,” trazendo os elementos “da história de luta e organização das populações atingidas, da organicidade, dos valores e princípios, da história do modelo energético e da construção do projeto energético popular e a construção de uma sociedade sem desigualdades” (MAB, 2017b, p.35).

Assim sendo, a ciranda tornou-se um importante instrumento para que as mulheres conseguissem exercer sua liderança e protagonismo no movimento, “por isso sempre temos a ciranda como um espaço educativo para as crianças e isso permite as mulheres se dedicarem a luta e pelo direito do povo” (ENTREVISTADA 1, 2020, p. 3). Com isso, vieram os grandes desafios de discussão de gênero no movimento. E no ano de 2010 ocorreu o I Encontro Nacional das Mulheres Atingidas como afirma a Entrevistada 2 (2019, p. 3):

Isso tudo culminou no encontro de 2010, porque estava acentuada a violação de direitos na vida das mulheres e isso não podia ficar só para nós. Tínhamos que externalizar. De que forma? Um encontro nacional. Que essas mulheres se encontrem e falem dos seus dilemas, e que seja pautada nossa linha de atuação na perspectiva das mulheres. E para frente desse encontro se definiu como linha política que todo grupo de base tem que ter uma mulher e um jovem. Que nas coordenações regionais tenham essas mulheres e comecem a estudar temas das mulheres. Não queremos ser um movimento de mulheres dentro do MAB, mas as mulheres atingidas por barragens organizadas no MAB.

Esse coletivo organizou com muito entusiasmo e representatividade dentro do movimento. Com uma linha bem forte e definida: “Quem nós somos? Somos mulheres, feministas, e queremos construir um feminismo popular. Hoje nossa linha é no feminismo popular, que é marxista” (ENTREVISTADA 2, 2019, p. 2). A construção de uma nova sociedade, libertada dos valores do capital, só será possível a partir desse feminismo popular sem segregação, com consciência de classe, que seja antirracista e anticolonialista (ENTREVISTADA 1, 2020).

Esse protagonismo tornou-se tão forte a ponto de ter uma mulher à frente do Acampamento Lula Livre em Curitiba/PR<sup>26</sup>. Ao deixar a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba, o ex-presidente Lula fez um agradecimento a todos os movimentos sociais e partidos políticos. Em especial fez uma menção a Daiane Machado e a Neudicléia de Oliveira, nas palavras de Lula: “a nossa querida Neudi” (BAND, 2019), após isso com muitas palmas Lula deu um beijo em Neudicléia, mostrando a importância da sua liderança não só no movimento do MAB, mas também em nível de política nacional.

O protagonismo da mulher ultrapassou os limites geográficos do sul do Brasil, delimitação geográfica desse trabalho. Viu-se uma atuação forte das mulheres do MAB do sul do Brasil com a questão do rompimento da barragem de Fundão em Mariana (2015) e a barragem Mina do Feijão em Brumadinho (2019), sendo considerado o maior desastre ambiental da mineração no Brasil. A definição de desastre é questionada já que para muitos da sociedade civil e religiosa o rompimento das barragens foi fruto da ganância das empresas de mineração, no caso a Vale, e da busca pelo lucro exorbitante a Vale e outras empresas optam por modelos de extrativismo nocivos para o meio ambiente e para a vida humana (IHU, 2019). O MAB denuncia a falta de atuação da empresa em favor das pessoas que foram atingidas pelos rompimentos das barragens:

Nós do MAB entendemos que se trata de um crime continuado pela Vale contra o povo brasileiro. Há três anos do crime da Samarco com o estouro da barragem de Fundão, em Mariana, nenhuma casa foi construída, não sabemos o número de pessoas atingidas, não temos estudo sobre os impactos na saúde, as mulheres não são reconhecidas como atingidas, entre outras tantas violações ambientais e de direitos dos atingidos. O poder judiciário até hoje não responsabilizou nenhum dos diretores das empresas envolvidas pelo crime e não assegurou a reparação integral das famílias. Muito pelo contrário, tem atuado na seletividade punitiva, criminalizando a manifestação das famílias, os movimentos populares e as organizações da sociedade civil (MAB, 2019, p.1).

“Um monstro, devorador de almas, de pessoas, de lazer, de famílias, de saúde [...]” (ARPILLERAS, 2019), assim é definido, por uma atingida, a destruição após o rompimento da barragem em Mariana/MG. O rompimento de uma barragem não causa apenas a perda de bens

---

<sup>26</sup> Desde a noite de 7 de abril de 2018, quando saiu o pedido de prisão do ex-presidente Lula, militantes, movimentos sociais, estudantes, populares e sindicatos resolveram reunir-se em Curitiba/PR na frente da Superintendência da Polícia Federal, onde Lula ficou preso por 580 dias. Nem a chuva ou frio de Curitiba foram capazes de espantar milhares de pessoas que se revezavam. Todos os dias, sem exceção, os militantes saudavam Lula três vezes ao dia.

materiais, mas de uma vida, de uma história, junto com a lama vai embora a felicidade daqueles que moravam naquela comunidade, nada restitui essa perda. As atingidas afirmam que as lembranças não se apagam e por isso a dor da perda é motor para a luta.

Quantos corpos não desceram por esse rio? A gente para pra imaginar a tristeza que não foi esses corpos, mesmo que as pessoas já tinham morrido, estavam sem vida, pra mim, continuou aquele sofrimento, muito triste, as crianças que desceram aqui, se imaginar é uma cena muito triste (ARPILLERAS, 2019).

O perfil da liderança do MAB muda. As mulheres que antes eram agricultoras e de mais idade, deram espaço para as novas lideranças. Mulheres universitárias, oriundas ou não do campo, atingidas ou não por barragens, se uniram à luta do movimento. O perfil da mulher militante mudou pela questão identitária, elas estão mais conscientes de seus direitos e lutam por eles, como pode ser percebido na apresentação da jovem militante do MAB, Entrevistada 1 (2020, p.1):

A minha história no MAB começou em 2015, quando de fato eu conheci o movimento, eu ingressei na universidade em 2014 para cursar agronomia e desde então eu comecei a frequentar a FEAB (Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil) e foi por meio da FEAB e pelas companheiras e companheiros que já eram militantes do MAB e também militavam na FEAB que eu conheci o MAB e conheci toda a luta política e quis me inserir nessa questão da luta mesmo, foi a partir da FEAB, foi a partir do movimento estudantil. Então a partir disso eu conheci os movimentos da Via [Campe sina] conheci o MAB, fui apresentada ao movimento e em torno de 2016 eu comecei a contribuir mais de perto com o movimento fiz formação de juventude, passei a fazer parte da juventude do movimento.

Desde o primeiro, momento o *master-frame* do movimento é a luta pela terra, ao longo do processo, ganha preponderância o *frame* da questão de gênero, feminismo. Mas não excluindo a pauta da luta pela terra, só que agora essa temática é sob a perspectiva da mulher, da invisibilidade que ela é colocada nesse processo. Isso também não exclui a presença e participação masculina no movimento. Não é uma opção ou outra, e sim uma opção mais a outra (ENTREVISTADA 1, 2020).

Em muitas localidades as mulheres agricultoras continuavam à frente da luta, elas são frutos de um processo de educação popular oferecido pelo movimento. O povo, do campo e da cidade, está organizado, as mulheres estão a frente desse movimento gritando: “mulher, água e energia não são mercadorias” e “águas para a vida e não para a morte”, (ARPILLERAS, 2019) assim ecoou o grito dessas mulheres que lutam por um novo modelo econômico e de produção

e distribuição energética no Brasil. Essas mulheres, à frente do MAB, travaram muitas lutas, no sul e em outras regiões do país.

A pauta passa, necessariamente, pela crítica ao modelo de produção energética no país que provoca inúmeras destruições (culturais, ambientais e sociais) nas comunidades inteiras e de forma muito severa na vida das mulheres e meninas. As mulheres são as principais vítimas da destruição ambiental provocada pelas barragens, gerando grandes perdas para aquelas que dependem da natureza para sobreviverem. Além disso, tem a precarização, ainda maior, do trabalho da mulher com a chegada das grandes obras.

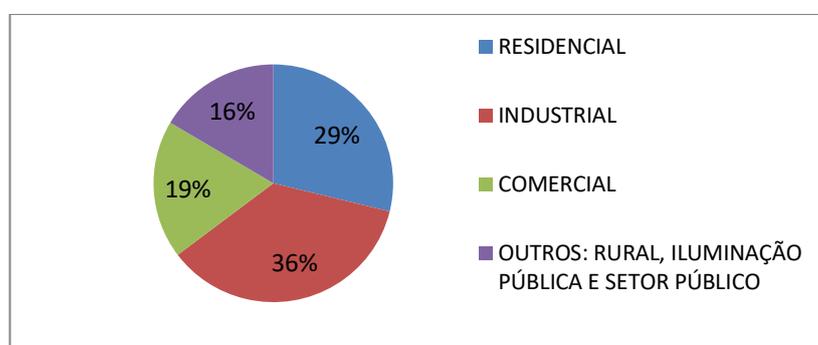
Mulheres que antes eram pescadoras, extrativistas, de comunidades tradicionais e indígenas, por exemplo, são obrigadas a saírem de seus espaços e fazer serviços domésticos nas casas dos trabalhadores das obras, ou nas empresas que chegam na região, sem nenhum direito garantido. Assim, elas e as futuras gerações perdem suas raízes, pois são obrigadas a vender sua força de trabalho para sobreviver [...] (MAB, 2010, p.1).

Como já afirmado anteriormente, a prostituição se alimenta das obras de hidrelétrica devido ao alojamento dos trabalhadores que vem de diversas partes do país. A mercantilização do corpo das mulheres influenciou o tráfico de mulheres e a venda do corpo de adolescentes para a prostituição. Todo esse cenário é influenciado pelo modelo capitalista de geração e exploração de energia, que visa o aumento irrestrito do lucro em detrimento dos direitos das populações que ali residem. Um novo modelo energético é necessário e urgente, um modelo “que leve em consideração as necessidades da população e o respeito à natureza,” mas “o Estado, as empresas e as agências reguladoras permanecem reproduzindo práticas que contrariam o reconhecimento do direito das comunidades atingidas” (MAB, 2011a, p.6).

Além de todas as violações dos direitos das mulheres, que já foi exposto, existe outro que atinge diretamente as mulheres mais pobres e negras, que é a negação do direito à eletricidade. Em 2017 a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) fez um levantamento e revelou quem “milhões de brasileiros ainda não têm energia elétrica em casa” (ROMÃO, 2017, p.1), apesar de muitos vilarejos serem vizinhos de grandes obras hidrelétricas. Com isso, as atividades domésticas, destinadas à mulher, tornou-se mais difíceis, buscar lenha para fazer fogo e aquecer a água do banho da família, cada refeição tem que preparar o alimento, pois não tem como resfria-lo, sem acesso as informações como rádio, televisão e telefone. Essa violência nem sempre é vista como relevante, mas é uma parte muito cruel que o modelo energético capitalista gera nas mulheres pobres e na grande maioria negras.

Claro que não basta ter acesso a energia elétrica, tem que ter acesso ao dinheiro para pagar por esse direito. Os brasileiros e brasileiras pagam uma das tarifas mais caras do mundo, segundo MAB (2010, p. 27) o Brasil ocupa a 5º colocação no valor pago pela energia no mundo, ou seja, a tarifa de energia brasileira é a 5º mais cara do mundo.

Por outro lado, as famílias brasileiras pagam hoje a quinta maior tarifa de energia elétrica do mundo, dando às empresas um lucro extraordinário, já que o preço da energia é baseado no valor do petróleo. Além disso, a energia é mais cara para o consumidor comum que para as grandes empresas. Por exemplo, a VALE paga três centavos por kW, enquanto o consumidor residencial paga por volta de R\$ 0,50, ou seja, cerca de 15 vezes mais. Com isso, muitas mães diminuem a comida da mesa dos filhos para poder pagar a tarifa da energia todos os meses.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos dados da Empresa de Pesquisa Energética – EPE

**Gráfico 1: Consumo de energia elétrica nacional 2018 (GWh)**

Percebemos que o setor industrial paga a menor tarifa e ocupa a maior parte da energia elétrica do país, em 2018 foram 36% do total da energia produzida enquanto as famílias ocuparam 29%. Somando a parte industrial e comercial chega-se ao total de 55% do total da energia para o comércio e indústria. Mas, as famílias pagam a maior tarifa de energia no país. E por isso, muitas pessoas sentem a dificuldade de pagar sua fatura de energia elétrica. Perdem seus laços familiares, sua terra, sua forma de vida e são jogados para as cidades e lá não conseguem pagar as altas e injustas tarifas energéticas e com uma prestação de serviços de baixa qualidade.

A Gênese do MAB se dá nas barrancas dos rios, se dá por aquela população que era num primeiro momento ameaçada pelas barragens e depois foi atingida pela construção das barragens, num contexto que não existia garantia nenhuma de direitos. São mais de 40 anos de luta, e nesse processo todo de luta, com todo o processo de êxodo rural e com o aumento da população urbana, com o aprofundamento das contradições do sistema capitalista, que tudo o que o capital faz não melhora a vida do povo, de que as barragens produzem uma riqueza extraordinária e bilionária que é toda drenada para fora. Nesse sentido que nós temos uma fonte de energia hídrica que tem uma eficiência altíssima de produção, que é muito barato a produção de energia

elétrica. E nós pagamos uma das taxas de energia mais caras do mundo. Por isso afirmamos que toda a população brasileira é atingida pelo modelo energético. Esse modelo nos impõe tarifas altíssimas de energias porque segue os ditames do capitalismo internacional baseado nas tarifas da energia térmica, que é o petróleo. Por isso estamos relançando a campanha o preço da luz é um roubo, estamos fazendo para o povo urbano que paga uma tarifa caríssima, injustamente. Todos nós somos atingidos pela tarifa de energia e pelo sistema que está posto (ENTREVISTADA 1, 2020, p. 4).

Por isso que o MAB questiona: Energia para quê e para quem?

O problema central na questão da energia é o modelo energético, que faz da energia seu principal negócio, sua principal mercadoria. Portanto, não podemos rebaixar e reduzir o debate da energia às questões de natureza tecnológica. Apesar de sua importância, o problema central é de modelo energético. Se faz necessário responder à pergunta: para quê e para quem se planeja e está organizado o setor energético brasileiro? Não se trata de uma luta apenas da população atingida pelas represas. Toda população tem sido atingida e sofre as consequências deste modelo, por isso a pauta da energia deve ser parte das estratégias de luta do conjunto de organizações do campo e da cidade (MAB, 2011, p. 1).

Entra outro ponto importante para a pauta do MAB, os atingidos não são somente aqueles que estão nas barrancas dos rios, não são somente os que precisam sair de suas casas para a instalação das hidrelétricas, mas são todas as pessoas, rurais e urbanas, que são explorados por esse modelo energético. Enquanto o lucro dos capitalistas aumenta, as famílias empobrecem e são excluídas de mais um direito, e as mulheres são as maiores vítimas dessa exclusão (MAB, 2011).

A denúncia da violência contra a mulher ganhou novas formas expressada nas *Arpilleras*. “As mulheres nunca fugiram da luta, sofreram a dor da perda, mas não sofreram caladas,” essa frase abre o documentário do MAB: *Arpilleras: atingidas por barragens bordando a resistência* (ARPILLERA, 2015). Essa forma de denúncia é espelhada nas mulheres do Chile que entre as décadas de 70 e 90 usaram essa técnica para denunciar as violências cometidas pela ditadura de Augusto Pinochet. *Arpillera (juta, em espanhol)* é uma técnica originária do Chile, na qual se costuram retalhos de tecido sobre juta, “[...] costurando denúncias sobre a ditadura e memórias dos desaparecidos durante o regime, ao fazer as *Arpilleras* as mulheres chilenas conseguiram fortalecer o movimento de resistência e dar visibilidade nacional e internacional sobre as violências sofridas no país” (FNU, 2018, p.1).

É com esse sentido político que mulheres atingidas por barragens no Brasil e integrantes do MAB resgatam a técnica, visando denunciar violações ambientais, sociais e culturais que as atingem em consequência do modelo energético atualmente adotado no país. As *Arpilleras* trazem o testemunho da dor, mas também da esperança,

força e justiça da organização e luta que une mulheres atingidas de todo o país sob uma só bandeira: a do Movimento dos Atingidos por Barragens [...] (FNU, 2018, p.1).

As Arpilleras chegaram ao Brasil em 2013 e se transformaram numa importante maneira de educação popular e “organização feminista dentro das regiões afetadas pela construção de barragens” (MAB, 2018, p.1). Então, essa técnica tornou-se essencial na denúncia das violências contra as mulheres atingidas pelas barragens. As Arpilleras denunciavam e denunciavam várias violações por meio de cores, linhas e pedaços de tecidos. Essas peças narram um cotidiano de violações de direitos humanos. As mulheres denunciam “a exploração sexual de mulheres, a violência doméstica, o estupro, o direito à água e à informação, ao preço justo da conta de luz e o acesso a políticas” (BATISTA, 2019, p. 1).

Essa arte tornou-se um importante meio de denúncia dos crimes ambientais e humanitários que o setor elétrico e de minério veem produzindo no país durante décadas. Em busca de um desenvolvimento a qualquer custo, vidas são destruídas, pessoas são retiradas da sua história, saúde comprometida sem nenhuma assistência.

As Arpilleras são uma ferramenta muito valiosa para o MAB. Para nós ela é uma ferramenta muito importante, muito bonita para fazer a denúncia. A arte bordada a partir das mãos das atingidas, é uma arte que ajudou a dar visibilidade ao movimento, para luta das mulheres no movimento, é uma ferramenta de organização comunitária de conseguir chegar em nossa base, no território, dialogar com as mulheres uma ferramenta muito valiosa. É uma ferramenta para dialogar com as mulheres a partir de uma coisa que as mulheres fazem no dia a dia. São feitas denúncias muito profundas das violações dos direitos que as mulheres sofrem. É muito gratificante ver a repercussão que as arpilleras tem tido nos últimos anos, é uma ferramenta que nós usamos e vamos continuar usando por muito tempo (ENTREVISTADA 1, 2020, p.4).

Os povos ribeirinhos dos grandes empreendimentos hidrelétricos não participam do processo, apenas sentem as dores que esses grandes empreendimentos causam. Esses povos são os que mais sofrem. O grito e a luta, dos povos atingidos, precisavam ser ouvidos, mais do que ouvidos, precisavam ser atendidos. Essa arte possibilitou essa manifestação da insatisfação desses povos e, também têm chamado muitas mulheres à luta:

As Arpilleras têm trazido muitas companheiras para a luta, elas se encontram, é um momento das mulheres se verem, de falarem suas angústias, seus anseios, de se sentirem valorizadas, acolhidas, e também de se sentir sujeitos, é possível, eu posso me libertar de uma violência, muitas não vinham por causa das crianças, e isso a ciranda resolveu (ENTREVISTADA 2, 2019, p. 2).



Fonte: DENADAI, 2014.

**Figura 2:** Mulheres, água e energia não são mercadorias.

A Arpillera acima foi construída pelo Coletivo Nacional de Mulheres do MAB em agosto de 2014 e retrata a participação política e a presença da mulher no espaço público. Percebem-se, nessa arte, várias cenas que permitem com que as mulheres assumam lugares de liderança. Nessa Arpillera vemos homens com filhos no colo uma referência a divisão justa dos trabalhos domésticos, espaços próprios para a organização das mulheres (MAB), a autonomia financeira, a reivindicação do direito de lutar sem ser criminalizada, o acesso as políticas públicas: saúde, educação, transporte público, e o fim da violência contra as mulheres. Esses relatos são as denúncias que essa Arpillera traz.

Elas são construídas coletivamente entre as mulheres colocando um pouquinho de cada dor, cada sofrimento, cada sentimento que cada uma dessas mulheres carrega consigo. E nesses bordados elas denunciam o que vivem diariamente, sejam elas atingidas pelo rompimento de barragens, por projetos de barragens, por construções. Essa é uma forma de expressar e denunciar o que não se pode ser dito, não se consegue dizer, mas é retratado através da costura, do bordado tudo aquilo que essas mulheres sentem (ENTREVISTADA 12, 2020, p.4).

O MAB, apesar de ser um movimento de oposição às barragens, no decorrer da história, ele acrescentou outras importantes pautas. Como já visto essas outras pautas são partes integrantes da vida dos atingidos e especialmente na vida das atingidas: mulheres jovens,

adultas e idosas. As consequências dessas violências e negações de direitos são reflexos da violência que a sociedade capitalista como um todo faz para as mulheres e meninas.

Como já foi dito, que o capitalismo necessita da dominação da mulher e de seus saberes para concretizar seu projeto. A independência da mulher e seu conhecimento ameaça a perpetuação do capitalismo. A criminalização das mulheres lideranças é uma prática corriqueira, até mesmo o assassinato de lideranças femininas. No MAB não foi diferente como é o caso da Dilma Ferreira da Silva assassina em março de 2019. Uma forte liderança do movimento na região do Pará, o assassinato dela representa uma tentativa de ameaçar outras lideranças que possam se destacar. O mesmo caso é o de Nicinha, Nilce de Souza Magalhães, assassinada em 2016, uma liderança na luta pelo direito de realocação das famílias para um local adequado e a restituição, mesmo que parcial aos danos provocados às famílias de pescadores tradicionais e agroextrativistas atingidos do rio Madeira (MAB, 2019). Sem aparecer os verdadeiros mandantes dos crimes, essas mortes continuam impunes até o presente momento. Essa tentativa de criminalização dos militantes é maior quando se trata das mulheres, por isso, compreende-se quando uma entrevistada não deseja que o seu nome apareça nesse trabalho, reconhecendo o cenário atual de criminalização das defensoras dos direitos humanos.

O cenário está propício para matar mulheres, e como nós, 70% do MAB, das instâncias, são jovens e mulheres, e como estamos em evidência, estamos entendendo que essa criminalização é uma forma de nos intimidar, de nos fazer parar, mas a nossa direção é outra, estamos utilizando isso para denunciar. A morte da Dilma não foi à toa, a morte da Nicinha foi um recado, eles quiseram nos dar um recado, [...] como não atendemos o recado e nem vamos atender, nos deram outro recado, assassinaram a Dilma, uma mulher forte de muita coragem, e entendemos isso como um segundo recado e não podemos parar, pois seríamos covardes, é em memória delas que a gente continua lutando. Seremos covardes se a gente não lutar, não temos tempo de temer, mas são tempos difíceis (ENTREVISTADA 2, 2019, p. 3).

Os assassinatos dessas companheiras nos mostram a brutalidade de como somos tratados pelo grande capital, nos mostra que essas empresas colocam o lucro acima da vida sempre, e que se for preciso eles matam, tiram vidas para que possam saquear nossas riquezas sem que nada nem ninguém tente impedir. E mais uma vez as mulheres, são as que mais sofrem, acabam sendo assassinadas, agredidas em detrimento do lucro (ENTREVISTADA 12, 2020, p.3).

Então é correto afirmar que um importante *frame* do MAB, nessas últimas décadas é a questão da mulher, o feminismo, que necessariamente vai dialogar com todas as outras pautas do movimento. Não excluindo outros frames importantes para o MAB como o modelo energético e a vulnerabilidade da população atingida pelas barragens. Por isso, que os movimentos sociais, atualmente são compreendidos como redes interligadas e com várias

frentes de atuação. Mas todas as pautas conversando com o tema do feminismo, como afirma a Entrevistada 2, (2019, p.2):

O patriarcado é um sistema que nos coloca em inferioridade com relação aos homens, em nenhum momento a mulher foi chamada para discutir a necessidade do empreendimento. Ela não era considerada pelo empreendimento, elas não tinham o título da terra e por isso não são consideradas como sujeitos com direitos. As mulheres são vistas como apegadas as coisas muito pequenas e dizem que isso atrapalha as negociações. Porque ela olha uma flor que tem na porta, uma fruteira que tem no quintal, essa fruteira ela vê como uma fonte de alimento, e a empresa vê como não dá lucro.

O próprio MAB interage com outros movimentos como o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento dos Sem Terras (MST), entre outros importantes movimentos. O MAB interage com outros movimentos naquelas pautas que lhe são importantes. Essa mudança, de movimento localizado para um movimento integrado em redes nacionais e internacionais, foi essencial para que outras pautas fossem, ao longo da história do movimento, incorporadas.

A luta de classe é dada de outra forma, já que o MAB não é necessariamente um movimento da classe operária, mas de trabalhadores e trabalhadoras que lutam contra um modelo de desenvolvimento baseado no acúmulo irrestrito de capital/lucro. No princípio não houve necessariamente essa consciência da luta, mas com o passar do tempo essa consciência passou a ficar mais evidente no movimento. Isso é apresentado na fala das próprias mulheres do movimento que lutam contra o modelo capitalista de produção que destrói a história e a vida delas e de suas famílias e comunidades em troca do lucro. O MAB mostra que é possível unificar as pautas de luta, de uma luta específica pode-se unir com a luta por um modelo de desenvolvimento mais igualitário e uma sociedade mais justa.

### **3.3 CONQUISTAS E DESAFIOS**

As perseguições às mulheres militantes dos movimentos sociais têm aumentado nos últimos anos. Isso pode ser claramente percebido pelo pedido de algumas militantes não serem identificadas com medos de represálias, ou até mesmo com medo de alguma violência física recaia sobre si ou sua família. Os movimentos sociais vivem tempos em que a tentativa de criminalizar está surtindo efeito em boa parte da sociedade. E as mulheres tornaram-se os alvos preferidos.

Como já afirmado anteriormente a morte de Dilma e de Nicinha é um recado dado, mas que não foi escutado pelo movimento. Não serão intimidadas pela violência que de certa forma o Estado brasileiro legitima contra as mulheres atingidas por barragens.

No dia de hoje [22/03/2020] completa um ano do assassinato da nossa companheira Dilma. Estamos vivendo uma conjuntura de retirada de direitos. E nesse contexto de retirada de direitos os primeiros a serem questionados são os direitos das mulheres, o direito ao respeito. Tudo isso nos causa muita apreensão. Nós temos companheiras que são ameaçadas de morte ainda nesse momento, o que a gente faz é denunciar ao máximo, pedimos a solidariedade para denunciar esses atentados aos direitos humanos e colocamos as mulheres como defensoras dos direitos humanos, uma bandeira bem grande que estamos levantando nos últimos anos, mulheres atingidas por barragens defensoras dos direitos humanos na luta e defesa da vida. As perseguições estão cada vez mais acentuadas, estamos sendo cada vez mais perseguidas. Nossa ferramenta é se colocar em luta, defender nossas companheiras e não deixar de defender os direitos humanos, nós somos as mais afetadas, temos que lutar pela nossa própria sobrevivência (ENTREVISTADA 1, 2020, p.3).

A luta do movimento vai além da luta contra as barragens. O movimento surge com essa pauta específica, mas houve a necessidade de dar novos passos e mergulhar em águas mais profundas. Um dos principais pontos de questionamentos do movimento é o modelo energético. Que modelo é esse? Essa foi a pergunta que fez a Entrevistada 2 (2019) um modelo que atende aos interesses das grandes multinacionais, que gera energia com um baixo custo, que destrói a cultura, a história e os costumes de populações inteiras, não ressarcir o direito das pessoas, maquia os estudos ambientais para amenizar os impactos ambientais e cobra uma das mais altas tarifas do mundo.

Por isso, que o movimento questiona a definição de atingido. Atingido e atingida não são somente as pessoas que tem que sair de suas casas para a execução dos projetos de barragens, mas todas as pessoas que são atingidas pelas altas tarifas de energia, e principalmente as mulheres pobres e negras, que acabam sofrendo mais. O modelo energético é questionado pelo movimento. Os setores que controlam a energia no Brasil visam a produção de energia para responder à demanda do mercado, das grandes corporações que “controlam a indústria de eletricidade, à indústria eletrointensiva e no aumento da produtividade a qualquer preço” (MAB, 2013, p.1).

Por isso que o movimento luta para que o modelo energético seja controlado pelo povo, que atualmente é o que fica com o ônus desses empreendimentos, pois esse atual modelo atende as multinacionais. Para isso é necessário voltar a entender a energia com um direito das pessoas e um bem público e não como objeto de negócio, que se acentuou com a privatização do setor

elétrico. A população deve ser parte desse processo decisório e não apenas vítima dessas decisões.

As promessas de desenvolvimento local para as comunidades onde as barragens se instalam já se provaram falsas, pois as comunidades em torno das construções são as que mais são prejudicadas com a demora no acesso à energia elétrica. Além disso, a violação dos direitos humanos dos atingidos e todas as outras violações que as mulheres atingidas sofrem, como afirma a Entrevistada 2, (2019, p.3):

Em Castanhão eu não conheço nenhuma família que não tenha uma criança que não saiba quem é o pai, filhos da obra, dos peões. Muitas crianças que não conheceram o pai. Os filhos dos barrageiros como são conhecidos, houve muitas separações. Além disso, a grande dificuldade de escolas e hospitais e muita gente que foi infectada com o HIV, Sífilis, muitas mortes, drogas, que é uma prática dos canteiros de obras, além dos prostíbulos.

Percebe-se que esse modelo energético é parte desse modelo de desenvolvimento econômico que visa o lucro como objetivo final. Para obter o maior lucro possível as grandes empresas não se importam em negar direitos, destruir a natureza ou até mesmo incentivar a violência contra aqueles que se levantam contra esse sistema. Questionar esse modelo e oferecer novas possibilidades de produção de energia renovável e limpa é um dos principais desafios do movimento e novamente é importante ressaltar não é um abandono dos atingidos das barrancas dos rios, mas é enxergar a situação a nível macro e não apenas no micro.

As trincheiras mudaram, agora não basta colocar as mulheres e crianças na frente, é necessário haver articulação política para conquistar direitos inerentes das populações atingidas diretamente. Os crimes ambientais de Mariana e Brumadinho trouxeram essa discussão à tona. Porque não foi aprovada ainda uma política nacional para as populações atingidas por barragens? Questiona o MAB. Isso evidencia que o sistema existe para beneficiar os grandes empreendimentos, os capitalistas detentores dos meios de produção e não os ribeirinhos, pescadores, homens e mulheres que perderam tudo inclusive a vida. Isso pode ser facilmente evidenciado numa pesquisa rápida pela internet, muitas comunidades ficam anos e anos esperando seus direitos serem garantidos.

E nesse cenário as mulheres são as que mais sofrem, pelo acúmulo de tarefas domésticas, doenças de cunho psicológico, aumento das enfermidades, falta de água potável e quebra dos laços familiares e comunitários. Esse cenário é alimentado pelo modelo atual do governo Bolsonaro que atua para concretizar o modelo neoliberal no país.

Há um desmonte no SUS, precarização do trabalho e o fim da aposentadoria. Falta investimento em educação, ao mesmo tempo que assistimos ao aumento do custo de vida, principalmente da energia e do gás de cozinha. Ou seja, enquanto o pai não encontra o médico no posto, a mãe não ganha mais aposentadoria, o marido perdeu o emprego e o filho tem dificuldades de acessar a escola. Tudo isso reflete diretamente na saúde das mulheres atingidas, por que a saúde aqui é muito mais que médico, remédios e exames. Ela passa pelo bem estar emocional, segurança financeira, garantia do trabalho, estabilidade da família, garantia do peixe pescado no rio ou das plantações que davam nas margens (BONTEMPO, 2020).

Esse relato reflete a falta que faz, para a garantia dos direitos dos atingidos, a aprovação do projeto de lei que garante a Política Nacional dos Atingidos, que há anos corre no congresso nacional. Desde 1988 com o acordo com a Eletrosul que não há uma definição legal para garantir a política dos atingidos por barragens. Em 2006 criou-se uma comissão para investigar a violação dos direitos humanos nas construções de barragens no Brasil, e nesse momento o MAB cria uma proposta para a Política Nacional dos Atingidos. Em 2019 após a conclusão da CPI de Brumadinho, a Política Nacional dos Atingidos por Barragens – PNAB foi aprovada na câmara e foi ao senado onde continua parado até o momento, mas infelizmente, pode-se afirmar que esse projeto só andou porque o crime de Brumadinho teve comoção social em todo o país. Nota-se na fala do deputado do PT/MG sr. Rogério Correia, relator do projeto:

Então, eu vou apresentar aqui o relatório no que concerne apenas ao Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. Esse projeto é da Comissão Externa das barragens. Ele é essencial, em especial no dia de hoje, porque completa 5 meses o crime cometido em Brumadinho pela empresa Vale, que acabou no rompimento da barragem da Mina do Feijão. Então hoje se completam 5 meses, 150 dias, que 270 pessoas perderam a vida após o rompimento da barragem em Brumadinho. A aprovação desse projeto que cria essa Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens vai permitir reconhecer, antes de qualquer empreendimento, quais são os direitos das pessoas que, uma vez feitas as barragens, serão atingidas posteriormente, ou por causa da água, ou porque elas terão que se desalojar das suas terras, ou por serem pescadores. E aí vai se enumerar quem são os atingidos. Esse projeto é, portanto, de autoria da Comissão Externa, institui a PNAB, discrimina os direitos da população atingida por barragens, prevê o Programa dos Direitos das Populações Atingidas por Barragens, estabelece regras de responsabilidade social do empreendedor. Segundo a justificação do projeto, o objetivo principal é fornecer o embasamento legal às populações atingidas, seja por sua construção, operação e desativação, seja pelo enchimento de seu reservatório, seja, enfim, pelo vazamento ou rompimento dessas estruturas, como ocorrido recentemente, de maneira trágica, em Mariana e Brumadinho (DISCURSO, 2019).

Um dos principais obstáculos hoje, para os atingidos, é a falta de uma política clara que defina os direitos das populações atingidas, antes do início das obras. Além de não ter uma política clara, os únicos decretos que garantiam alguns direitos foram revogados. No Rio Grande do Sul, em 2019, o Governador Eduardo Leites (PSDB) revogou o decreto 51.595/2014

que instituiu a Política de Desenvolvimento de Regiões Afetadas por Empreendimentos Hidrelétricos - PDRAEH, e a Política Estadual dos Atingidos por Empreendimentos Hidrelétricos no Estado do Rio Grande do Sul – PEAEH garantindo uma série de direitos dos atingidos por barragens, buscando diminuir as violações e impactos causados pelos grandes empreendimentos hidrelétricos. Esse decreto era considerado pioneiro na luta pela garantia dos direitos dos atingidos.

Aqui no Rio Grande do Sul temos uma particularidade, em 2014, no final do governo Tarso (Genro) (PT), foi aprovado o decreto que instituiu a política de direitos dos ameaçados por barragens e dava segurança da garantia de direitos [...] e o Leites, o governador aqui do Estado [RS] revogou, era o estado brasileiro mais avançado no sentido de ter uma garantia, mas como era decreto ele não tinha peso de lei, a gente entregou uma pauta reivindicando a efetivação desse decreto, e cerca de dois meses depois a resposta foi a revogação desse decreto (ENTREVISTADA 1, 2020, p. 4).

Sem isso, as pessoas atingidas diretamente ficam à mercê da interpretação do poder judiciário. Ter regras claras, definidas, é essencial para que a empresa não fique jogando com os direitos das famílias atingidas. Na época do Presidente Lula, essa votação não aconteceu por medo de que isso seria um empecilho para a atração dos grandes investidores. Ou seja, para o governo dito de esquerda, ter uma política para os atingidos era algo negativo para o mercado de investidores em energia hidroelétrica.

Essa é uma luta muito dura, as empresas donas das barragens e as mineradoras têm influência direta [no governo]. Uma luta nossa é pela aprovação da PNAB, pois até hoje não temos nenhum marco legal que nos garanta direitos, já isso por si só é um ataque imenso, uma violação de direitos dos atingidos (ENTREVISTADA 1, 2020, p.4).

Essa falta de uma política clara sobre os atingidos traz uma insegurança para as atingidas, além das violências com o canteiro de obras, a violência reflete também na marginalidade que essa mulher é jogada. Perde tudo, perde sua renda, geralmente as mulheres fazem pequenos serviços para ganhar seu dinheiro, perde os laços familiares e de amizade, perde a identidade e a qualidade de vida e de alimentação, além da insegurança que as barragens geram:

A segurança dos atingidos por barragens, as famílias e cidades que ficaram em baixo das barragens, e não há um notícias da existência de um laudo técnico onde ateste se é seguro, essas barragens aparecem no site da ANA como um alto dano potencial, o que é isso? Se essas barragens vierem se romper muitas pessoas irão morrer, muitas comunidades dizimadas, uma devastação do meio ambiente, uma pauta do movimento é discutir com o estado e exigir que cada empreendimento apresente às comunidade

um plano de segurança, fazendo treinamento e que possa garantir a segurança. Uma pauta também é que esse 1% do que se produz de energia que volte para as comunidades, que seja colocado nas pesquisas, que se estude os atingidos, propor alternativas, uma discussão sobre alternativas energéticas, sabendo que não basta ter alternativa energética e essa ficar nas mãos das grandes multinacionais. Mas essa alternativa tem que estar com as comunidades, desenvolver pequenos projetos nas comunidades atingidas (ENTREVISTADA 2, 2019, p. 3).

Viver sob a iminência de ter sua vida ceifada é torturante. As famílias que residem abaixo das barragens, perderam a paz, a alegria de viver. “Quem garante que a gente está seguro? Que não vai romper? que o alarme não vai disparar de novo” são frases que ecoam na cabeça das pessoas que moram nessas localidades (ENTREVISTADA 2, 2019, p.2).

Apesar do rompimento das barragens em Minas Gerais ocorreram numa região diferente da que é objeto desse estudo, esse fenômeno envolveu diretamente jovens militantes do sul para o sudeste. O movimento ultrapassou as barreiras regionais. Muitas jovens militantes foram para Minas e montaram uma força tarefa de apoio às famílias atingidas além de protestarem em busca de respostas e ressarcimento ao crime cometido pelas empresas mineradoras.

Para engrossar o caldo dessa luta o MAB alia-se com parceiros internacionais. Com isso, criou-se o Movimento dos Afectados por Represas – MAR - em 2016, composto por 12 países e que foi oficializado na Universidade Federal da Fronteira Sul Campus na cidade de Chapecó/SC, no âmbito do IV Encontro Internacional de Ciências Sociais e Barragens, IV EICSB. O objetivo é ser uma ferramenta política de luta para construção de um modelo energético popular, tendo como perspectiva a construção de um novo modelo de sociedade (GIMÉNEZ, 2016). Construir novas formas de organização é uma alternativa ao modelo atual de desenvolvimento capitalista, principalmente para questionar o modelo energético atual não só no Brasil, mas também em toda a América Latina, que beneficia apenas as multinacionais.

Para as mulheres do MAR as violações das empresas só modificam de lugar, as práticas são as mesmas. Violações de direitos, o sistema patriarcal machista, imperialista, colonialista e desumano; são temas que necessitam estar na pauta dos movimentos. Na carta das Mulheres do MAR, reunidas no Panamá em 2019, elas afirmam: “ratificamos nosso compromisso com a defesa da vida, contra qualquer forma de violência, discriminação, por nossos territórios, bens naturais, construção de poder popular, autonomia [...], por isso nos comprometemos com a construção do MAR em nossos países” (MAR, 2019).

Assim sendo, o MAR tem sido um movimento continental que luta por uma sociedade alternativa que propõe um projeto popular de energia e defende os direitos das pessoas afetadas.

E nesses desafios tem-se a necessidade da incorporação de forma mais expressiva das mulheres e jovens e acima de tudo criar estratégias para “construir alianças para avançar com transformações estruturais, superar o sistema capitalista exclusivo e patriarcal de uma nova sociedade justa e equitativa” (MAR, 2019).

A questão de gênero permeia os diálogos tanto do MAB como do MAR, isso porque os movimentos sociais acompanham os desdobramentos da sociedade. Entrar nesse debate sobre gênero necessariamente envolve entrar em outros temas relacionados com gênero, como a população LGBTs. Dentro da sua missão de transformar essa sociedade numa nova sociedade é necessário incluir a temática LGBTs nas discussões. Em 2017 o coletivo da diversidade sexual fez sua primeira plenária Nacional da Diversidade Sexual, como parte da programação do 8º Encontro. Na mesma linha do coletivo das mulheres, não é intenção criar um novo movimento, mas ampliar os espaços e discussão dos temas caros para essa população. Num primeiro momento isso passa pela inserção das pessoas em todas as tarefas inclusive nos cargos de direção.

Em um contexto de retrocessos, como o corte total do orçamento nacional para o combate à Lgbtfofia, anunciado nesta semana, pautar a importância da diversidade dentro do movimento é um ato revolucionário, que escancara a preocupação do MAB em construir novos homens e novas mulheres (MAB, 2017).

É um tema delicado ao movimento já que boa parte da base encontra-se no interior. Será um grande desafio para o MAB, inserir nas discussões a temática LGBTs, principalmente nesse cenário político atual, onde houve um aumento significativo nos casos de violência contra essa população, principalmente contra as travestis. Enquanto mulher *trans*, negra, atingida e pobre as violências são as mais variadas possíveis, como ser um movimento que luta por uma nova sociedade se não olhar para essa população marginalizada? Questiona o MAB:

E o debate de gênero é muito presente assim como o debate do LGBT+, nós temos um coletivo LGBT+ que está em construção, está se ampliando nós temos buscando estudar e qualificar o debate em torno disso. Então é fundamental a gente não pode entender as coisas separadas, como eu falei para a construção de uma nova sociedade de fato, que rompa com os valores do capital, a gente precisa propor essas pautas progressistas a gente precisa ter nossa prática como exemplo (ENTREVISTADA 1, 2020, p. 4).

O MAB faz, a cada ano, uma mobilização nacional na semana do dia 14 de março. Nesse dia as atingidas e os atingidos resistem em defesa da vida. Esse dia é simbólico para a luta dos atingidos no Brasil, é o dia da fundação do MAB, mas é também o “Dia Internacional

de Luta Contra as Barragens, a data foi escolhida no nosso I Congresso dos Atingidos de todo o Brasil em 1991, no qual nos tornamos um movimento nacional, popular e autônomo” (MAB, 2017). Nesse dia as atingidas saem às ruas para denunciar alguma violação dos direitos dos atingidos. Seja a crítica ao modelo energético, que prioriza o interesse privado sobre o interesse público, cobrando altas taxas dos consumidores e perseguindo as populações atingidas que lutam por seus direitos, sejam os crimes ocorridos em torno das barragens; como em Mariana e Brumadinho, em Minas Gerais, também se denuncia o assassinato de mulheres líderes do movimento dos atingidos ou líderes do campo democrático, como o caso da Vereadora Marielle Franco, assassinada no Rio de Janeiro, além de ser uma importante pauta a questão do preço da energia elétrica no Brasil.

Nesse ano [2020] uma das pautas centrais [das manifestações do dia 14 de março] foi em torno da tarifa da energia, o preço da luz é um roubo. No Brasil inteiro foram feitas ações nesse sentido, ações também para pressão de aprovação de políticas estaduais de direito, pressão para aprovação da PNAB. As pautas são em torno da vida, defesa dos rios, da luta em defesa dos direitos humanos, luta para baixar o preço da tarifa, tendo em vista toda a contradição ao modelo energético. Conversas com parceiros políticos, sindicais do campo e da cidade apresentando a nossa campanha da tarifa. Foi feita a luta em torno de um processo de construção de uma política estadual dos atingidos (ENTREVISTADA 1, 2020, p.4).

Em nível internacional, o MAR, também luta nesse dia, tentando denunciar a impunidade das empresas transnacionais e realizam também a defesa das águas e dos rios. A organização e a luta dos atingidos em todo o país são pela vida, por direitos e em defesa dos rios (MAB, 2020). Além disso, tem a produção agroecológica, que é umas das pautas principais do movimento. As mulheres nessas violações estão como as mais afetadas, violentadas, exploradas pelo sistema patriarcal machista.

São as mulheres que sofrem de forma mais intensa as mudanças climáticas, as mudanças na alimentação, a opressão pelas grandes construções, as consequências do alto preço da luz que obriga as mulheres a terem que escolher pagar a conta de luz ou colocar alimento na mesa de sua família. Nesse processo de luta, incorporar temáticas que não necessariamente estão diretamente relacionadas com o tema dos atingidos, é essencial para compreender a sociedade como um todo.

Como o movimento está focado na transformação da sociedade, então é necessário analisar algumas mazelas sociais que as pessoas enfrentam. A desigualdade de gênero, as violências que as mulheres sofrem, são questões importantes para o movimento. Já que, para o MAB, é impossível fazer uma luta contra as barragens sem lutar em favor das pessoas mais

afetadas, mais atingidas. As mulheres e homens do MAB entendem que para uma sociedade mais equitativa é necessário acabar com o sistema patriarcal que oprime e diminui as mulheres.

\*\*\*

Assim, podemos compreender que as mulheres iniciam sua atuação no movimento em prol da garantia de uma segurança alimentar, de uma garantia do modo de produção de alimentos e de uma alimentação saudável, em busca de ressarcimento justo e que possa dar condições de uma qualidade boa de vida. O princípio da luta das mulheres se deu por questões mais práticas, por necessidades e sobrevivência.

Conforme o tempo passava, as mudanças sociais exigiram uma postura mais firme com relação às violências que as mulheres enfrentavam, e também a violência que o modelo energético exercia nos atingidos direta e indiretamente. A partir desse momento deu-se início um movimento em direção à outras pautas que não necessariamente seriam somente a questão da perda da terra para a construção das barragens. Pautas que forjaram a identidade do MAB ao longo dos tempos. O movimento passa a questionar o modelo energético, o uso da água, a questão da violência de gênero, o preço da energia, e ainda a privatização do setor elétrico.

Todas essas pautas geraram uma consciência nos militantes a ponto de o próprio movimento ir se reestruturando organizacionalmente para incluir essas questões e atender uma nova demanda que surgia dentro do próprio movimento. E nisso vários setores da sociedade civil organizada contribuíram para que o MAB entendesse que a luta do movimento é uma luta contra o sistema capitalista que oprime e destrói a vida dos povos vizinhos das barragens e do povo da cidade com o preço da energia elétrica. Nesse cenário, as mulheres são as mais atingidas.

O sistema capitalista dominou o conhecimento e o corpo das mulheres como uma das primeiras formas da acumulação primitiva. Assim detentores da sabedoria das mulheres, criminalizaram e marginalizaram todo o universo feminino, isso se deu para que o sistema conseguisse utilizar a mão de obra das mulheres com um preço completamente desigual, ou até mesmo de forma, gratuita, como no trabalho reprodutivo.

O MAB mudou porque a sociedade mudou, o movimento acompanhou essa mudança levando uma mensagem de que para se travar uma luta em prol de um grupo de pessoas, no caso os atingidos direta e indiretamente, deveria também pensar nas desigualdades sociais que atingem a todas as pessoas, especialmente as mulheres. Os militantes afirmam que não há luta

por uma sociedade melhor se não há igualdade de gênero, é uma incoerência lutar por uma sociedade melhor, mais justa e igualitária se não lutar para que as mulheres sejam respeitadas e valorizadas como cidadãs de direitos iguais aos dos homens.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar mulheres dentro do MAB foi um misto de sentimentos, ao tempo que é satisfatório pois dá visibilidade à luta das mulheres militantes do movimento, tem a dificuldade de encontrar espaço. Muitas mulheres tiveram, nos primeiros contatos, um certo receio em conversar sobre a sua militância no movimento. Isso é compreensível devido aos ataques que muitas sofrem ao longo do tempo, por isso que muitas pediram que seus nomes não fossem divulgados. Assim, esse trabalho trouxe a mudança que ocorreu no movimento através da inclusão das mulheres. Essa transformação foi gradual, conforme a sociedade vai avançando o movimento vai acompanhado essas mudanças.

As teorias foram apresentadas no primeiro capítulo. Esse primeiro capítulo trouxe uma gama de teorias que puderam auxiliar na análise desenvolvida ao longo desse trabalho. Essas teorias dos movimentos sociais são estudadas separadamente, mas na prática não acontecem assim, elas estão interligadas. Elas coexistem no mesmo momento cumprindo objetivos diferentes. A teoria da Mobilização de Recursos (MR) foi fundamental para a gênese do movimento, e ainda é importante. Sem os recursos necessários os agricultores e agricultoras das barrancas dos rios, que seriam atingidos pelas barragens, não conseguiriam nem ao mesmo ir nas mobilizações, nos acampamentos, e muito menos das reuniões. As análises incluem as questões culturais e políticas, dando origem a teoria da Mobilização Política (MP). Os recursos na MP não são somente os financeiros, mas também os recursos não convencionais, como o contexto político, a questão cultural, etc. Surge nessa teoria a ideia de *frame*, oportunidade política e ciclo de protesto. Os ciclos de protestos são ações acentuadas que atravessam a sociedade como um todo, indo dos setores mais mobilizados para os menos mobilizados. Isso só é possível graças a oportunidade política, os governos criam essas oportunidades sendo mais ou menos repressivos nas ações de controle dos movimentos. E por fim, cada movimento tem o seu *frame*, sua bandeira de luta, a forma como se organiza e como se comunica com a sociedade. Essa identidade marca o rosto do movimento social, e isso é ampliado para a definição de *master frame*, que é a análise no macro.

Até o momento a teoria contribui para concluir algumas importantes questões com relação ao MAB. Em primeiro lugar que a MR esteve presente em todos os momentos do movimento, desde o princípio até a sua atualidade. Pois sempre houve e haverá a necessidade de recursos financeiros para reunir, mobilizar, formar, reivindicar e até mesmo para planejar novas pautas. Assim, sendo, as teorias não ocorrem em separado, mas concomitantes. Percebeu-

se também a presença da MP, essa perspectiva é essencial para compreender o momento que o movimento começa as suas mobilizações, as oportunidades que o Estado gerou, os ciclos de protestos que foram ganhando corpo com a aderência de outros setores da sociedade como a Igreja e a Faculdade. Assim, no princípio do MAB (CRAB) a MP é também de igual forma essencial para a organização do movimento, definindo que é o *master frame* do movimento: a luta pela terra. A partir desse *master frame* outros *frames* serão abarcados como a questão da mulher, do preço da energia, da soberania alimentar, etc.

Os Novos Movimentos Sociais (NMS) trazem a questão da identidade coletiva como o grande aglutinador de pautas. A identidade coletiva inaugura um novo momento para os movimentos sociais. Criou-se uma rede de movimentos que se unem em prol de uma identidade. Mesmo com pautas diferentes, estão unidos através de uma identidade. Isso pode ser percebido na Via Campesina que aglutinou vários movimentos com diversas pautas, mas para a Via a questão de gênero e soberania alimentar é de suma importância. Segundo a Entrevistada 1 (2020 p.4), Soberania Alimentar é:

[...] ter direito a uma alimentação saudável, de qualidade, nutritiva, também ter o direito de produzir o próprio alimento de maneira sadia. Nós entendemos que a partir dos alimentos se produz energia. A energia que vem através dos alimentos é o que nos mantém vivos, o que nos dá força de lutar, de estudar, para existirmos no mundo e sermos sujeitos de transformação social. A questão da agroecologia, é uma ferramenta importante, não existe socialismo sem agroecologia assim como não existe agroecologia sem feminismo, estão interligadas. O debate da soberania alimentar é anticapitalista, antipatriarcal, antirracista, anticolonialista.

Com isso, é necessário modificar estruturalmente o movimento para que essas pautas pudessem ser vistas na própria estrutura do movimento. Gênero torna-se um importante *frame* para o MAB, a luta pela igualdade de gênero, para o movimento, ganhou uma importância muito grande na luta contra as desigualdades geradas pelo sistema capitalista. O *master frame* permanece a luta pela terra, que é a ocorrência fundadora do movimento, e o principal ataque aos direitos dos atingidos, a expropriação da terra, e conseqüentemente da identidade, da cultura, dos laços familiares, da forma de organização e de alimentação. A expropriação de uma forma de vida.

As mulheres estão nessa mobilização toda, mas foi a partir da luta pela manutenção da forma de alimentação e a indenização justa que elas ganharam visibilidade, ainda que questionada. A alimentação saudável, indenização daquilo que aos olhos dos homens não tinham valor econômico, como as fruteiras, a hora, a produção de alimentos orgânicos, tudo

isso era de suma importância para a vida familiar e que as mulheres estavam preocupadas. Com as barragens toda essa forma de vida seria extinta. Por isso que o ecofeminismo é uma teoria importante para explicar a participação das mulheres na luta no MAB. No começo das mobilizações as mulheres ocupavam um espaço muito pontual de participar das mobilizações e não das decisões. Elas não participavam da organização do movimento, isso pode ser explicado pela estrutura familiar, mas estavam na luta preocupadas com a pauta da segurança alimentar, ter alimentos na mesa, alimentos saudáveis para a família, por isso, elas entraram na luta. A inobservância desse tema por parte dos homens fez com que elas ganhassem visibilidade na luta. A luta não estava ligada com a temática de gênero, apesar que com o passar do tempo ver-se-ia que segurança alimentar e gênero estão intimamente ligadas. Naquele momento gênero em si, não era uma pauta dentro das discussões do movimento. As barragens começaram a serem construídas, num primeiro momento Itá e Machadinho, e a partir daí as violações de direitos se intensificam. E essas mulheres estavam dando o suporte para a luta: seja na propriedade, ou na família, ou nas mobilizações, mas como foi afirmado, elas não estavam presentes na articulação do movimento.

A mulher começa a ser inserida no campo das discussões a partir da necessidade de avançar nos assuntos sobre indenizações justas. Mas a questão de gênero só seria inserida no final da década de 1990 com a efervescência do assunto na sociedade. E nesse momento, também, diversos setores da sociedade já tinham mulheres organizadas enquanto grupos, como o caso do MMC e das pastorais da Igreja Católica. Assim tinha-se o caminho ideal para a maior participação da mulher dentro do movimento. A partir desse momento, tinha-se uma discussão forte sobre a estrutura do movimento, começou-se a questionar a não participação feminina nos postos de decisão dentro do movimento. Então, o movimento cria uma estrutura que garantiu a participação igualitária nas decisões. Todos os grupos de base deveriam ter mulheres nos cargos de decisão. Assim, a questão de gênero ganhou força, debates, formações, e questionamentos fizeram com que o tema ganhasse um espaço dentro do movimento. Até que quando o movimento ingressa na Via Campesina esse tema ganha uma centralidade, já que a via já tinha muita discussão nesse assunto. Ressalta-se que apesar do movimento discutir a questão de gênero, essa não era a principal bandeira do movimento. A questão da perda das terras por causa das barragens e todas as consequências que elas traziam. Assim, gênero ganha o seu espaço dentro das discussões e lutas, mas as questões da terra, da indenização, do preço da energia, do modelo energético, continuavam ainda sendo de suma importância para o movimento. Essas discussões tiveram seu cume em 2010 no Encontro Nacional de Mulheres atingidas por

barragens. Nesse encontro as mulheres entregam à presidente Dilma uma carta com muitas reivindicações. O movimento acompanhou os debates da sociedade e gênero era uma discussão importante naquele momento.

A mudança foi acontecendo de forma gradual, até que atingiu seu ponto máximo, onde as mulheres assumem postos de lideranças, são lideranças expressivas dentro do movimento, participam e organizam mobilizações e reivindicações de cunho nacional. Assim, tem-se um movimento muito comprometido com a questão de gênero, ressaltando que a questão de gênero não entra num determinado momento no movimento, essa discussão sempre esteve presente no movimento, só que algumas vezes sem visibilidade. As mulheres do MAB começam a afirmar categoricamente que são as mais atingidas com a construção das barragens. São atingidas pelo modelo de produção de energia que as expropriou das terras e também pelo sistema capitalista. Assim, a abordagem das mulheres passa por uma abordagem feminista marxista. Trazendo ao campo de debate a estrutura da sociedade capitalista que, segundo as mulheres, é uma sociedade baseada no machismo e racismo. Apesar dessa visibilidade que as mulheres assumem dentro e fora do movimento, ainda o *master frame* do movimento é a luta pela terra. A partir desse momento essa discussão ganha corpo, não apenas os homens estão questionando e lutando pela posse da terra, mas agora as mulheres estão na liderança. Além do tema de gênero o movimento adquire outros *frames* que se tornam tão importantes quanto gênero, como preço da luz, questão ambiental, modelo energético e até mesmo os atingidos pelo modelo energético.

A luta pela terra está lá, na gênese do movimento e permanece lá durante toda a sua atuação. Pautas importantes são colocadas em épocas que é necessário discuti-las. Isso não ofusca o *master frame* do movimento. Apenas dá novos formatos e nova roupagem para aquela discussão. Assim, entender a participação das mulheres no MAB, e como elas foram ganhando espaço dentro do movimento e na sociedade como um todo, é essencial para compreender como o movimento vem se estruturando. Existia uma lacuna com relação aos estudos com a perspectiva de analisar a participação das mulheres ao longo da história do Movimento dos Atingidos por Barragens. Por isso, a importância que esse trabalho ganha de mostrar que apesar do movimento estar discutindo gênero, a pauta principal do MAB é a luta pela terra e todas as suas ações visam a questão da posse pela terra. Com esse trabalho tem-se a compreensão do movimento como um processo formado por diversos agentes e a com as mulheres em todos os momentos, com funções diferenciadas em cada momento.

É necessário destacar ainda, que alguns militantes ou estudiosos, podem afirmar que não foi a Via Campesina que deu destaque para a questão de gênero, que ela sempre existiu no

movimento. É bem verdade que a temática sempre esteve dentro do movimento, mas não se pode negar que o ingresso na Via deu um destaque maior devido ao acúmulo que esta rede de movimentos tinha com relação a essa temática. Houve uma junção de fatores, como mulheres na liderança, outros movimentos refletindo sobre a temática e conseqüentemente o MAB assume essa temática com centralidade, não abandonando outras de igual importância para o movimento.

Há uma grande diferença na discussão do MAB sobre as mulheres com relação aos inúmeros movimentos feministas que existem no Brasil. O recorte gênero/classe que o MAB faz é algo que quase inexistente em outros movimentos feministas. Uma das razões para isso pode-se ser explicada pela gênese do movimento e a pauta principal que é a luta pela terra. A discussão de classe deve se fazer presente em todas as reflexões, inclusive as de gênero. Por isso, que muitas militantes afirmam que o feminismo é popular, marxista, entendendo que todos tem garantido o seu lugar de fala desde que falem em defesa das mulheres, e que no centro da fala esteja a luta de classe, não basta querer mudar a vida das mulheres, tem que mudar a sociedade. Assim, define-se o feminino popular. A diferença dessa visão para as de outros movimentos feministas é de que estes, estão refletindo sobre outras facetas dos direitos das mulheres: como os direitos civis, reprodutivos, entre outros, que não necessariamente são centrais o MAB.

A pesquisa analisa até o momento atual da liderança do MAB. Mas, há enormes desafios a partir da atualidade para as militantes femininas do movimento. A principal, em nosso julgamento, é com relação as políticas neoliberais do governo de Bolsonaro (Sem partido) que cria um ambiente hostil para as militantes dos direitos humanos e também militantes dos movimentos sociais. As mulheres ainda terão o desafio de pensar políticas públicas que garanta seus direitos civis num cenário de desmonte dos direitos sociais e previdenciários.

## REFERÊNCIAS

- AGARWAL, B. **Gender and green governance**. The Political Economy of Women's Presence Within and Beyond Community Forestry. Oxford University Press, New York, 2010.
- ALMEIDA, A. A. DE. **As Usinas Hidrelétricas e os Atingidos da Bacia do Rio Uruguai: intenções entrecruzadas**. 2003, 250f. Dissertação (Mestrado em História), Universidade de Passo Fundo, 2003.
- ALVES, J. E. D. **O bônus demográfico e o crescimento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2004. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/Alves.pdf>. Acessado dia 16 de maio de 2019.
- ALVES, P. A. MATTEI L. F. Migrações no oeste catarinense: história e elementos explicativos. *In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, 15., 2006. **Anais [...]**. Minas Gerais, ABEP, 2006.
- ANDRADES, T. O. DE; GANIMI, R. N. Revolução Verde e apropriação capitalista. **CES Revista**, v.21, Juiz de Fora, 2007, p.43-56.
- ARCHAMBAULT, Anne. **A Critique of Ecofeminism**. Canadian Woman Studies. V. 13, N. 3, 1993.
- ARENDETT, H. Entre o passado e o futuro. [Trad: Mauro W. Barbosa]. 5a. Ed. São Paulo: Perspectiva. 1979.
- BARON, S. RENK, A. UHE Foz do Chapecó: Estratégias dos agentes envolvidos e o desenvolvimento regional. **Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento**, v. 1, n. 1, p. 114-125, jul./dez. 2012.
- BARROS, J. da A. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. *In: Cadernos de História*, v.12, nº 16, 2011, p.38-63.
- BARROS, J. da A. **A Expansão da História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- BARROS, R. P. DE; MENDONÇA, R. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil nas últimas três décadas – 1960/90. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v. 25, n. 1, 1995.
- BAVARESCO, P. R. FRANZEN, D. O. FRANZEN, T. E. Políticas de colonização no extremo oeste catarinense e seus reflexos na formação da sociedade regional. **Revista Trilhas da História**, Três Lagoas, v.3, nº5 p. 86-104, jul.-dez., 2013.
- BIEHL, J. **Rethinking Ecofemhist Politics**. Boston: South End Press, 1991.

BISON, C. **Participação Política partidária entre lideranças do Movimento de Mulheres Camponesas no oeste de Santa Catarina**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Fronteira Sul, programa de Pós Graduação em História, Chapecó, 2018.

BLOCH, M. L. B. **Apologia da história, ou, O ofício do historiador**. Tradução André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BOAMAR, P. F. DE A. **A implantação de empreendimentos hidroelétricos: o caso da UHE de Machadinho**. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção). UFSC: Florianópolis, 2003.

BONI, V. **De agricultoras a camponesas: o movimento de mulheres camponesas de Santa Catarina e suas práticas**. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p.253, 2012.

BONI, V. Movimento de mulheres camponesas, feminismo e segurança alimentar. *In*: TEDESCO, J. C.; SEMINOTTI, J. J.; ROCHA, H. J. DA (Orgs.). **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas**. Chapecó: Ed. UFFS, 2018.

BORGES, C. C. **Sentidos de saúde/doença produzidos em grupo numa comunidade alvo do Programa de Saúde da Família (PSF)**. 2002. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2002.

BOSCH, A.; CARRASCO, C; GRAU, E. Verde que te quiero violeta. Encuentros y desencuentros entre feminismo y ecologismo, in Enric Tello (org.): La historia cuenta. El Viejo Topo, Barcelona, 2005.

BRANCO, T. C. **Gênero, segurança alimentar e agroecologia no Semi-árido nordestino**. Caatinga, Recife, 2009.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Planalto, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 2 mar. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996**. Institui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, disciplina o regime das concessões de serviços públicos de energia elétrica e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9427cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9427cons.htm). Acesso 16 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.041, de 9 de setembro de 1997**. Altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9491.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9491.htm). Acesso 16 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995**. Estabelece normas para outorga e prorrogações das concessões e permissões de serviços públicos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9074cons.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9074cons.htm#art3). Acesso 16 jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995**. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8987compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8987compilada.htm). Acesso 16 jul. 2019.

CAMPOS, J. M. S.; AKUTSU, R. DE C. DE A. C. Segurança alimentar e nutricional, gênero e educação: uma abordagem integrativa. **Demetra: alimentação, nutrição & saúde**, 2016; 11(supl.1); 1277-1295.

CHONCHOL; J. A soberania alimentar. **Estudos Avançados**. São Paulo: USP, v. 19, n. 55, p. 33-48, 2005.

COLLING, A. M. Gênero e História. Um diálogo possível? *In*: **Revista contexto e educação**. Editora Unijuí, n.71/72 p. 29-43, 2004.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. **Comissão Especial “Atingidos por Barragens”**. Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, 2010.

CORAZZA, G. Fronteira Sul: traços da formação econômica. *In*: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs.) **História da Fronteira Sul**. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

CRAVEIRO, A. V.; HAMDAN, K. O. Os novos movimentos sociais: uma análise crítica em torno desta temática. Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social, Desafios contemporâneos., 1., 2015, Londrina. **Anais [...]**. Londrina, de 09 a 12 de junho de 2015.

DEERE; C. D. **Diferenças regionais na reforma agrária brasileira: gênero, direitos à terra e movimentos sociais rurais**. Estudos Sociedade e Agricultura, 18, abril, 2002: 112-146.

DEERE; C. D. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12(1): 360, janeiro-abril/2004.

DESMARAIS, A. *La Vía Campesina: globalization and the power of peasants*. London: Pluto Press, 2007.

DESMARAIS, A. **The Vía Campesina: peasant women on the frontiers of food sovereignty**. Canadian Woman Studies/les cahiers de la femme 23, 140–145, 2004.

DOSSE, F. **História do tempo presente e historiografia**. Revista argumento, v. 4, n.1. Florianópolis, 2012.

ESPÍNDOLA, M. A. **As transterritorializações na bacia do Rio Uruguai e o alagamento sistemático de coletividades**. Tese (Doutorado em Geografia) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2017, São Paulo.

- FIÚZA; A. L. DE C. Mulheres nas políticas de desenvolvimento sustentável. *In*: BRUSCHINI, C. PINTO, C. R. **Tempos e lugares de gênero**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas: Ed. 34, 2001.
- FOSCHIERA, A. A. Aluta dos atingidos por dos atingidos por barragens no Brasil: o caso dos atingidos pela usina hidrelétrica de Barra Grande. *In*: Simpósio Lutas Sociais na América Latina, 4., 2010, Londrina. **Anais [...]**. Londrina: UEL, 2010. p. 42-51.
- FURQUIM, M. A. História das mulheres, gênero e masculinidades. Democracias e ditaduras no mundo contemporâneo. Encontro da Associação Nacional de História, 12. 2014, Aquidauana. **Anais [...]** Aquidauana, UFMS/CPAQ, 2014.
- FURTADO, C. **Análise do modelo brasileiro**. 3ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 4ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, C. **O subdesenvolvimento revisitado**. *In*: Economia e Sociedade. 1ª ed., Campinas, 1992, p. 5-19.
- GIONGO, C. R.; MENDES, J. M. R. Futuro roubado: a história não contada dos agricultores atingidos pela construção da barragem de Itá/SC. Encontro Internacional de Política Social, 5., Encontro Nacional de Política Social, 12., 2017, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo, 2017, p. 1-10.
- GOHN, M. DA G. Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. **Política e Sociedade**, Nº 11 – outubro de 2007.
- GOHN, M. DA G. Teoria dos movimentos sociais na contemporaneidade. *In*: GOHN, M. DA G.; BRINGEL, B. M. (Orgs.). **Movimentos Sociais na era global**. 2. ed., Petrópolis, RJ Vozes, 2014.
- GOHN, M. DA G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo. Loyola, 1997.
- GONÇALVES JUNIOR, Dorival. “Reformas na Indústria Elétrica Brasileira: a disputa pelas ‘fontes’ e o controle dos excedentes”. Tese (Doutorado) Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia (PIPGE) da Universidade de São Paulo (EPUSP- FEA- IEE-IF/USP). São Paulo, 2007.
- GONÇALVES; R. de C., LISBOA; T. K. Sobre o método da história oral em sua modalidade trajetórias de vida. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 7, Gênero e Preconceitos, 2006. **Anais [...]**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ago./2006.
- GOULARTI FILHO, A. A formação econômica de Santa Catarina. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 977-1007, 2002.
- GRAIÑO, C. S. Historia ecofemista. **Observatorio Medioambiental**, núm. 9 p. 45-60, 2006.

IBGE. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, 2018.

JARDIM; R. B. PIEPPER; J. A. Aproximações e divergências: história social, história cultural e a perspectiva gênero. **MÉTIS: história & cultura**, v. 9, n. 18, p. 87-97, jul./dez. 2010.

JUNIOR, C. Z. F. DE S. A dialética em questão: considerações teórico-metodológicas sobre a historiografia contemporânea. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 48, p.39-72 – 2004.

KAMAL, L.; TATSCH, F. G. Documento e História. A memória evanescente. In: PINSKY, C. B.; LUCA, T. R. (Orgs). **O Historiador e suas fontes**. 1 ed. São Paulo, Contexto, 2012.

LAZZARETTI; M., A. Mancur Olson e a lógica da ação coletiva aplicada ao MST. *Revista Tempo da Ciência*, v. 21, n. 41 (2014)

LE GOFF, J. **História e Memória**. 5 ed. Campinas, Unicamp, 2003.

LOCATELLI, C. A. **Comunicação e Barragens**: O poder da comunicação das organizações e da mídia na implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó (Brasil). Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

MACHADO, V. L. U. A Economia Solidária e as Mulheres. *In*: BRASIL. Desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero. Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres. **Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. 1ª Impressão. Brasília, 2012. 112p.

MALERBA, J. Historiografia moderna em perspectiva global. **História da historiografia**. Ouro preto, número 03. Setembro/2009, p. 167-173.

MALUF, Renato. S.; MENEZES, Francisco. **Caderno Segurança Alimentar**. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/alimentacao/tconferencias.html>. Acesso em 10 fev. 2019.

MARQUES, D.; FRIGO, D., SCALABRIN, L.; OMOTO, J. A.; MATIAS, P. T. Porque nós também não? In: Arpilleras: Bordando a resistência. **Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB**. Tradução VIDAL, Esther; MASO, Tchenna, 2015.

MARQUES, G. da S.; GIONGO, C. R.; CRUZ, F. K. T. da; MENDES, J.M. R. Deslocamento forçado e saúde mental: o caso da hidrelétrica de Itá. **Revista de Estudos Sociais**, Colômbia, ed. 66, p. 30-41, 2018.

MATOS, I. O. B. **Relações de poder nas ações de responsabilidade social do setor elétrico**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Instituto de Filosofia, Política e Sociologia, Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, 2014.

MATOS, M. I. S. DE. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 67-75, jan. 1998.

McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **The American Journal of Sociology**, v. 82, n.6, p. 1212-1241, May 1977.

MEIHY, J. C. S. B.; HOLANDA, F. **História Oral**: Como fazer, como pensar. 2. Ed. 1º reimpressão. São Paulo: Contexto, 2011.

MENEZES, F. A. da F. **Panorama Atual da Segurança Alimentar no Brasil**. Disponível em: <http://perso.orange.fr/amar-bresil/documents/secual/san.html>. 1998. Acesso 25 de fev. 2019.

MORAES, M. S. No rastro das águas: organização, liderança e representatividade dos atingidos por barragens. In: NAVARRO, Z. (org.). **Política Protesto e Cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

NASCIMENTO, A. do; SILVA, A. F.; ALGEBAILLE, M. E. Estado, mercado e trabalho: neoliberalismo e políticas sociais. In: NEVES, L. (org.). **O empresariamento da Educação**: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990. São Paulo: Coletivo de Estudos sobre Política Educacional e Ed. Xamã, 2002.

NAVARRO, Z. Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990. In: NAVARRO, Z. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo**: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

NOBRE, M. Feminismo e soberania alimentar. In: BRASIL. **Desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero**. Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres. Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília, 2012. 112p.

NUNES, C. O conceito de movimento social em debate: dos anos 60 até à atualidade. **Sociologia, Problemas e Práticas**, nº 75, p. 131-147, 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/1596>. Acessado em posto online no dia 01 maio 2014, consultado no ago. 2019.

NUNES, J. H. **Frame e identidade coletiva**: uma perspectiva interacionista de análise dos movimentos sociais. *Contemporânea*, v. 3, n. 1, p. 143-172, Jan.–Jun. 2013.

ONGHERO, A. L. Colonização e constituição do espaço rural no oeste de Santa Catarina. Simpósio Nacional de História, 27., 2013. **Anais [...]** Conhecimento Histórico e diálogo Social, Natal, jul. 2013.

PAIM, E. A. Aspectos da constituição histórica da região Oeste de Santa Catarina. **Saeculun – Revista de História**, João Pessoa, n.14, p. 121-138, 2006.

PAYEN, P. **A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos**: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança. História da historiografia. Ouro preto, número 6. Março/2011, p. 103-122.

PICOLI, B. A. **Sob os desígnios do progresso**. News Print Gráfica Editora Ltda, Xanxêre, 2012.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. Departamento de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina PR. **Cadernos de Pesquisa**, n. 114, novembro/ 2001 Cadernos de Pesquisa, n. 114, p. 179-195, novembro/ 2001.

PINHJEIRO, M. F. B. **Problemas sociais e institucionais na implantação de Hidrelétricas**: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países. Dissertação (Mestrado Planejamento de Sistemas Energéticos), Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

POLI, O. **Leituras em Movimentos Sociais**. Editora Argos, Chapecó, 2008.

PROCHNOW, M. O crime compensa. *In*: PROCHNOW, M. (Org.). **Barra Grande - A hidrelétrica que não viu a floresta**. Rio do Sul - SC – Apremavi, 2005.

PROST, A. **Doze Lições sobre a história** [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira]. – 2 ed.; 3 reimpr. – Belo Horizonte: Authentica Editora, 2015.

PULEO, A. H. **Ecofeminismo para otro mundo posible**. Ediciones Cátedra (Grupo Anaya, S. A), Universitat de València, Instituto de la Mujer, 2º edición. Madrid, 2013.

PULEO, A. H. **Feminismo y Ecología**. El Ecologista, nº 31, verano, p. 36-39, 2002.

RADIN, J. C; VALENTINI, D. J; ZARTH, P. A. **História da Fronteira Sul**. Editora Letra e Vida, UFFS, 2015.

REIS, M. J. Projetos de grande escala e campos sociais de conflito: considerações sobre as implicações socioambientais e políticas da instalação de hidrelétricas. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.9, n.1, p.96-126, Jan./Jul. 2012.

REZENDE, L. P. **Dano moral & licenciamento ambiental de barragens hidrelétricas**. 1º Ed., (2002), 5º reimpr. /Curitiba, 2010.

RIBEIRO, E. **Itá, o paraíso das águas termais**. É conhecer e se apaixonar. Descobrindo Santa Catarina, amigo de viagem. 2017.

RIBEIRO, L. N. Os territórios, a Via Campesina no Brasil e o conceito de movimento Socioterritorial. Boletim DATALUTA – Artigo do mês: fevereiro de 2015.

RIBEIRO, L. N.; FILHO, J. S. Formação da Via Campesina no mundo e atualidade das ações no Brasil (2000-2011). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21, 2012, Uberlândia MG. **Anais** [...]. Uberlândia MG: UFU, 2012. Disponível em:

[http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20Via%20Campesina%20no%20mundo%20e%20atualidade%20das%20a%C3%A7%C3%B5es%20no%20Brasil%20\(2000-2001\)%20-%20Leandro%20Nieves%20Ribeiro,%20Jos%C3%A9%20Sobreiro%20Filho,%202012.pdf](http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Forma%C3%A7%C3%A3o%20da%20Via%20Campesina%20no%20mundo%20e%20atualidade%20das%20a%C3%A7%C3%B5es%20no%20Brasil%20(2000-2001)%20-%20Leandro%20Nieves%20Ribeiro,%20Jos%C3%A9%20Sobreiro%20Filho,%202012.pdf). Acesso 13 mar. 2019.

ROCHA, H. J. DA. O barro da conquista: o lugar das barragens na luta pela terra na Fronteira Sul do Brasil. *In*: BONI, V.; ROCHA, H. J. DA. (orgs.) **Pesquisas em Movimentos Sociais na Fronteira Sul**. Editora CRV, Curitiba, 2019.

ROCHA, H. J. DA. Panorama histórico do setor elétrico brasileiro. *In*: ROCHA, H; PASE, H; LOCATELLI, C. **Políticas públicas e hidrelétricas no sul do Brasil**. Ed. da Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

ROCHA, H. J. DA. **Relações de poder na instalação de hidrelétricas**. Passo Fundo, Editora da Universidade de Passo Fundo (UPF), 2013.

ROCHA, H. J. DA; OLIVEIRA, G. DE L. Resgate histórico-analítico da mobilização e organização dos atingidos por barragens na bacia do rio Uruguai (1970-2015). *In*: TEDESCO, J. C.; SEMINOTTI, J. J.; ROCHA, H. J. DA (Orgs.). **Movimentos e lutas sociais pela terra no sul do Brasil: questões contemporâneas**. Chapecó: Ed. UFFS, 2018.

ROTHMAN, F. D. A emergência do movimento dos atingidos pelas barragens da bacia do rio Uruguai (1979-1983). *In*: NAVARRO, Z. (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1996.

RUETHER, R. R. **Ecofeminismo: Mulheres do Primeiro e Terceiro Mundos**. *Estudos Teológicos*, São Leopoldo 36(2): p. 129-139, 1996.

RUPPENTHAL, E. L. **Reterritorialização dos atingidos pela barragem Barra Grande – RS/SC**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

SAUER, I. L. **Um novo modelo para o setor elétrico brasileiro**. Instituto de Eletrotécnica e Energia – USP. São Paulo, Dez. 2002.

SCHERER-WARREN, I. **O Caráter dos Novos Movimentos Sociais**. *In*: SCHERRER-WARREN, I.; KRISCHKE, P. J. (orgs). *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos sociais na América do Sul*. Editora Brasiliense, São Paulo, 1987.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais**. 5º ed. São Paulo: Loyola, 2011.

SCHROEDER, A. M. **Via Campesina Internacional: uma história da luta transnacional em rede dos movimentos sociais camponeses**. *In*. II SEMINÁRIO NACIONAL DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO. Anais do SNP. Volume 2, Número 2. Florianópolis, 17 – 19 de setembro de 2014. Disponível em: <http://200.19.73.116/anais2/wp-content/uploads/2015/08/471.pdf>. Acessado 14 mar. 2019.

SCOTT, J. V. É. **Genre : Une catégorie utile d'analyse historique.** In: Les Cahiers du GRIF, n°37-38, 1988. Legenre de l'histoire, pp. 125-153. Disponível em: [http://www.persee.fr/doc/grif\\_0770-6081\\_1988\\_num\\_37\\_1\\_1759](http://www.persee.fr/doc/grif_0770-6081_1988_num_37_1_1759). Acesso 23 ago. 2018.

SCOTT, P. **Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado.** Editora universitária UFPE, Recife, 2009.

SEMINOTTI, J. J. **A arte politizar: o papel político da Igreja Católica no Alto Uruguai do RS (1974-1990).** Erechim, Graffoluz, 2008, 184 p.

SHIVA, V. **Abrazar La vida: Mujer, ecología y supervivencia.** Instituto del Tercer Mundo, 1988, Montivideo.

SILIPRANDI, E. **Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas.** Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2015.

SILIPRANDI, E. Pobreza Rural, agricultura e segurança alimentar: os muitos caminhos do empoderamento das mulheres. *In:* BRASIL. **Desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero. Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres.** Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impressão. Brasília, 2012. 112p.

SILVA, A. M. **Mulheres em movimento: luta e resistência contra barragens.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2007.

SILVA, B. G. DA. **A marcha das Margaridas: resistências e permanências.** Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

SILVA, S. A. DA. **Ecofeminismo: em defesa da dignidade das mulheres e da natureza.** *In:* Semana de Teologia. Simpósio Internacional de Mariologia, 12.,. Maria no Mistério de Cristo e da Igreja. Recife, 10 a 12 de maio de 2017.

SILVA, S. P. **A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação.** Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília : Rio de Janeiro : Ipea , 2014.

SINGER, P. A contribuição da economia solidária para a autonomia das mulheres. *In:* BRASIL. **Desenvolvimento sustentável e igualdade de gênero.** Presidência da República, Secretaria de Políticas para as Mulheres. Edição Especial da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. 1ª Impr. Brasília, 2012, 112p.

SNOW, D.; BENFORD, R. **Master Frames and Cycles of Protest.** In: MORRIS, MULLER. *Frontiers in Social Movement Theory.* N. Haven, Yale Un. Press., pp. 133-155, 1992.

TAKAGI, M. A implantação do Programa Fome Zero no governo Lula. *In:* BRASIL. **Fome Zero: uma história brasileira.** Brasília: MDS, 2010. v. 1.

TARROW, S. **O poder em movimento**: movimentos sociais e confronto político. Petrópolis, Vozes, 2009.

TEIXEIRA, J. C. Modernização da agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas**, Três Lagoas-MS, V 2 – n.º 2 – ano 2, Setembro de 2005.

THOMPSON, E. P. A economia moral da multidão inglesa no século XVIII. *In: Costumes em comum*: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TOURAINÉ, A. *La voix et le regard*. Paris, Seuil, 1978.

VIEIRA, F. B. Articulações internacionais “desde baixo” em tempos de globalização. *In: GOHN, M. DA G.; BRINGEL, B. M. (orgs.). Movimentos Sociais na era global*. 2. Ed. – Petrópolis, RJ Vozes, 2014.

VIEIRA, F. B. **Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores**. Alameda Casa Editorial, São Paulo, 2011.

VOMMARO, P. “Que a diferença não se converta em desigualdade”: organizações sociais e história oral na Argentina contemporânea. Trad. Robson Laverdi. *In: MONTENEGRO, A. T.; DUARTE, G. R.; MONTYSUMA, M. F. F.; FROTSCHER, M.; LAVERDI, R. (Orgs.) História Oral, Desigualdades e diferenças*. Editora Universitária, Universidade Federal de Pernambuco, 2012, Recife.

ZHOURI, A; OLIVEIRA, R. Desenvolvimento, Conflitos Sociais e Violência no Brasil Rural: o caso das usinas hidrelétricas. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. X, n. 2, p. 119-135, jul./dez. 2007.

ZARTH, P. A. Fronteira Sul: história e historiografia. *In: RADIN, J. C.; VALENTINI, D. J.; ZARTH, P. A. (Orgs.) História da Fronteira Sul*. Chapecó: Ed. UFFS, 2016.

WOORTMANN, E. Família, mulher e meio ambiente no seringal. *In: NIEMEYER, A. M., GODOI, E. P. (orgs.). Além dos territórios*. Campinas: Mercado das letras, 1998.

## FONTES

ARPILLERAS: Bordando a resistência. **Coletivo de Mulheres do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB**. Tradução VIDAL, Esther; MASO, Tchenna, 2015.

ARPILLERAS: atingidas por barragens bordando a resistência. Direção: Coletivo de mulheres do MAB. [S.l]: Publicado pelo Canal Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB, 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PEu-AATb3TU>. Acesso em 05 mar 2020.

ENTREVISTADA 7. Minha participação no Movimento dos Atingidos por Barragem. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFFS, Concórdia, 2019.

ENTREVISTADA 4. Minha participação no Movimento dos Atingidos por Barragem. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFFS, Marcelino Ramos, 2019.

ENTREVISTADA 12. Minha participação no Movimento dos Atingidos por Barragem. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFFS, Erechim, 2020.

BAND JORNALISMO. Confira o discurso completo de Lula logo após deixar a prisão. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=UTBKCWQLmxY>. Acesso em 26 fev. 2020.

BATISTA, N. Movimento dos Atingidos por Barragens apresenta a exposição “Arpilleras: bordando a resistência”, Universidade Federal do Pará. Pará, 2019. Disponível em: <https://portal.ufpa.br/index.php/ultimas-noticias2/9914-movimento-dos-atingidos-por-barragens-apresenta-a-exposicao-arpilleras-bordando-a-resistencia>. Acesso em 05 mar 2020.

ENTREVISTADA 2. Minha participação no Movimento dos Atingidos por Barragem. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFFS, Erechim, 2019.

ENTREVISTADA 9. Minha participação no Movimento dos Atingidos por Barragem. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFFS, Concórdia, 2019.

BRASIL DE FATO. **Relatora da ONU se encontra com atingidos pela barragem de Campos Novos**. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/audio/relatora-da-onu-se-encontra-com-atingidos-pela-barragem-de-campos-novos>. Acesso em 31 jul. 2019.

BONTEMPO, I. Mulheres são as mais afetadas pelos crimes da Vale em Mariana e Brumadinho. Brasil de Fato, Belo Horizonte, 11 de março de 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/11/artigo-mulheres-sao-as-principais-vitimas-dos-crimes-em-brumadinho-e-mariana>. Acesso em 11 mar. 2020.

CONSCIÊNCIA. **Mobilização popular tenta impedir desmatamento de área de mata atlântica ameaçada pela Barragem de Barra Grande**. Disponível em: <http://www.consciencia.net/2004/mes/10/barragrande-crime.html>. Acesso em: 31 jul. 2019.

CONSÓRCIO ITÁ. **Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá e seu Entorno**. Disponível em: [http://www.consorcioita.com.br/fmanager/consorcioita/uhe/arquivo\\_plano\\_diretor1\\_1.pdf](http://www.consorcioita.com.br/fmanager/consorcioita/uhe/arquivo_plano_diretor1_1.pdf). Acesso em 4 jul. 2019.

CONSÓRCIO Machadinho. **Quem somos**. 2019. Disponível em: [http://www.machadinho.com.br/novo/institucional.php?cod=70#box\\_conteudo](http://www.machadinho.com.br/novo/institucional.php?cod=70#box_conteudo). Acesso 03 jun. 2019.

CORREIA, Rogério. Apresentação de parecer ao Projeto de Lei nº 2.788, de 2019, sobre a instituição da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens. Brasília, 2019. Disponível em:

<https://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=5&nuSessao=166.2019%20%20%20%20%20%20%20&nuQuarto=141658&nuOrador=10&nuInsercao=10&dtHorarioQuarto=22:04&sgFaseSessao=OD%20%20%20%20%20%20%20%20&data=01/01/1970&txApelido=ROG%C9RIO+CORREIA+PT-MG&txFaseSessao=Ordem+do+Dia+++++++&txTipoSessao=&txEtapa=>. Acesso em 11 mar. 2020.

DENADAI, V. Mulheres, água e energia não são mercadorias. 2014. 1 fotografia. DIRETRIZES e Critérios para planos e projetos de reassentamentos rurais de populações atingidas pelas usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho. Erechim, 1988.

ENGIE. Usina Hidrelétrica Itá. 2019. Disponível em: <https://www.engie.com.br/complexo-gerador/usinas/usina-hidreletrica-ita/>. Acesso 4 jul. 2019.

EPE. EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA. Consumo Nacional de Energia Elétrica na rede por classe: 1995 – 2018. Disponível em: <http://www.epe.gov.br/pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Consumo-mensal-de-energia-eletrica-por-classe-regioes-e-subsistemas>. Acesso em 28 fev. de 2020.

FNU. Mulheres do MAB convidam urbanitárias para oficina conjunta de arpilleras. Rio de Janeiro, 2018. Disponível: <https://www.fnucut.org.br/agenda/oficina-de-arpilleras-mulheres-do-mab-e-urbanitarias-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em 05 mar 2020.

ENTREVISTADA 10. Minha participação no Movimento dos Atingidos por Barragem. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFFS, Marcelino Ramos, 2019.

ENTREVISTADA 5. Minha participação no Movimento dos Atingidos por Barragem. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFFS, Chapecó, 2019.

ITÁ Memória de uma usina. Consórcio Itá, Itá, 24 out. 2000.

IHU. Em Brumadinho e Mariana não foram acidentes, mas crimes ambientais e homicídios coletivos", constata D. Joaquim Mol Guimarães. São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/586503-rompimento-da-barragem-bispo-denuncia-em-brumadinho-e-mariana-nao-foram-acidentes-mas-crimes-ambientais-e-homicidios-coletivos>. Acesso 26 fev. 2020.

ENTREVISTADA 11. Minha participação no Movimento dos Atingidos por Barragem. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFFS, Concórdia, 2019.

KOWAHL, Claides Helga. Os sentimentos eles nunca vão indenizar. [Entrevista cedida a] Guilherme Weimann. Movimento dos Atingidos por Barragens, 2013.

ENTREVISTADO 3. Minha participação no Movimento dos Atingidos por Barragem. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFFS, São Carlos, 2019.

ENTREVISTADA 1. Minha participação no Movimento dos Atingidos por Barragem. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFFS, Marcelino Ramos, 2019.

MAB. Arpilleras costuram relatos de violação nas barragens. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/arpilleras-costuram-relatos-viola-nas-barragens>. Acesso em 05 mar 2020.

**MAB. A luta das mulheres atingidas por barragens:** por políticas públicas. Movimento dos Atingidos por Barragens – Coletivo Nacional de Mulheres do MAB, 2017a.

MAB. As crianças Atingidas por barragens e a ciranda infantil. Associação Nacional de Atingidos por Barragens, Conselho Nacional do Direito das Crianças e Adolescentes. São Paulo, 2017b.

MAB. Carta Final do Encontro Nacional das Mulheres do MAB. 08 de abril de 2011. Disponível em: < <http://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-final-do-encontro-nacional-das-mulheres-do-mab>> Acesso 29 mar. 2019.

MAB. Carta das atingidas por barragens em defesa da dignidade das mulheres. São Paulo, 2015a. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/carta-das-atingidas-por-barragens-em-defesa-da-dignidade-das-mulheres>. Acesso em 26 fev. 2020.

MAB. Dia Internacional da Mulher é marcado por mobilização nacional. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/dia-internacional-da-mulher-marcado-por-mobiliza-nacional>. Acesso em 28 fev. 2020.

MAB. Estão transformando nossas terras num imenso lago. Erechim, 21 out. 2004.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens denuncia novo crime da Vale. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/movimento-dos-atingidos-por-barragens-denuncia-novo-crime-da-vale>. Acesso em: 26 fev. 2020.

MAB. Mulheres atingidas por barragens em luta por direitos e pela construção do projeto energético popular. Secretaria Nacional, São Paulo, outubro de 2015b.

MAB. Nicinha: a vida, a luta e o crime. Coordenação Nacional do MAB, 2016.

MAB. Os encontros nacionais e a criação do movimento nacional. 2011, São Paulo. Disponível: <http://www.mabnacional.org.br/content/3-os-encontros-nacionais-e-cria-do-movimento-nacional>. Acesso em 15 jul. 2019.

MAB. Setor Elétrico na Bacia do Rio Uruguai. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br/artigo/setor-el-trico-na-bacia-do-rio-uruguai>. Acesso em jul. 2019.

MAR. Carta de las mujeres de MAR. Panamá, 2019.

MAR. Declaración Primer Encuentro Continental por Agua, Energía y Soberanía de los Pueblos. Panamá, 2019.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Projeto para Captação de Recursos**. Secretaria de Mulheres Trabalhadoras Rurais, 2014. Disponível em: [http://www.contag.org.br/sistemas/doacao/public/pdf/projeto\\_captacao\\_recursos\\_marcha\\_2015.pdf](http://www.contag.org.br/sistemas/doacao/public/pdf/projeto_captacao_recursos_marcha_2015.pdf). Acesso 06 Mar. 2019.

MARCHA DAS MARGARIDAS. **Margaridas seguem em marcha por Desenvolvimento sustentável com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade**. Caderno de textos para estudo e debates. CONTAG, 2015.

MARCOLIN, A. **Usina Itá**. Itá, 2015. Disponível em: [http://www.studiofmita.com.br/Studio/?attachment\\_id=5844](http://www.studiofmita.com.br/Studio/?attachment_id=5844). Acesso 04 jul. 2019.

MMM. **Marcha Mundial de Mulheres**. Disponível em: <https://marchamulheres.wordpress.com/mmm/>. Acesso 05 de mar. 2019.

MULHERES EM MARCHA, Coletivo Comunicadoras, 2010?. Disponível em: <http://www.marchamundialdasmulheres.org.br/a-marcha/nossa-historia/>. Acesso 15 jan. 2020.

ENTREVISTADA 6. Minha participação no Movimento dos Atingidos por Barragem. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFFS, Concórdia, 2019.

ROMÃO, A. Milhões de brasileiros ainda não têm energia em casa, diz ANEEL. Jornal Hoje, Salgueiro, PE, 03 de abril de 2017. Disponível: <http://g1.globo.com/jornal-hoje/noticia/2017/04/milhoes-de-brasileiros-ainda-nao-tem-energia-em-casa-diz-aneel.html>. Acesso em 28 fev. 2020.

SANTOS, M. Estreito: **Vídeo mostra como era um dos principais pontos turísticos de Marcelino engolido pelo progresso**. Portal de Marcelino. Marcelino Ramos, 2015. Disponível em: <http://www.portaldemarcelino.com.br/portal/estreito-video-mostra-como-era-um-dos-principais-pontos-turisticos-de-marcelino-engolido-pelo-progresso/>. Acesso 04 jul. 2019.

SANTOS, M. **Foto histórica mostra o “Passo da Formiga” no Estreito Augusto César**. Portal de Marcelino. Marcelino Ramos, 2016. Disponível em: <http://www.portaldemarcelino.com.br/portal/foto-historica-mostra-o-passo-da-formiga-no-estreito-augusto-cesar/>. Acesso 04 jul. 2019.

SCHEFLER, A. G. Histórias Vividas. [Entrevista cedida a] Elaine Miriam Corbari Bondan. Universidade de Caxias do Sul, Consórcio Itá Tractebel, Itá, 1997.

UOL. **Desigualdade** diminui 1 ponto, mas mulher ainda ganha 20,5% menos que homem.

Uol, São Paulo, 2019. Disponível em:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2019/03/08/estudo-ibge-desigualdade-salarial-homens-mulheres.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso 19 fev. 2020.

VIA CAMPESINA. Who are We? Disponível em: <https://viacampesina.org/en/who-are-we/regions/south-america/>. Acesso 9 maio 2019.

ENTREVISTADA 8. Minha participação no Movimento dos Atingidos por Barragem. [Entrevista cedida a] Jordan Brasil dos Santos. UFFS, Concórdia, 2019.

**SITES**

[web.bndes.gov.br](http://web.bndes.gov.br)  
[www.adpergs.org.br](http://www.adpergs.org.br)  
[www.baesa.com.br](http://www.baesa.com.br)  
[www.brasildefato.com.br](http://www.brasildefato.com.br)  
[www.bsaadvocacia.com.br](http://www.bsaadvocacia.com.br)  
[www.ces.fgvsp.br](http://www.ces.fgvsp.br)  
[www.cidh.org](http://www.cidh.org)  
[www.dhnet.org.br](http://www.dhnet.org.br)  
[www.direito.mppr.mp.br](http://www.direito.mppr.mp.br)  
[www.direitos.org.br](http://www.direitos.org.br)  
[www.ecsb2007.ufba.br](http://www.ecsb2007.ufba.br)  
[www.eletrosul.gov.br](http://www.eletrosul.gov.br)  
[www.enercan.com.br](http://www.enercan.com.br)  
[www.famacom.com.br](http://www.famacom.com.br)  
[www.fozdochapeco.com.br/](http://www.fozdochapeco.com.br/)  
[www.jusbrasil.com.br](http://www.jusbrasil.com.br)  
[www.legislador.com.br](http://www.legislador.com.br)  
[www.mab.com.br](http://www.mab.com.br)  
[www.mapasinterativos.ibge.gov.br](http://www.mapasinterativos.ibge.gov.br)  
[www.marchamundialdasmulheres.org.br](http://www.marchamundialdasmulheres.org.br)  
[www.nacoesunidas.org](http://www.nacoesunidas.org)  
[www.nsctotal.com.br](http://www.nsctotal.com.br)  
[www.oas.org](http://www.oas.org)  
[www.reformaagrariaemdados.org.br](http://www.reformaagrariaemdados.org.br)  
[www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br)  
[www.repositorio.ufsc.br](http://www.repositorio.ufsc.br)  
[www.repositorio.unicamp.br](http://www.repositorio.unicamp.br)  
[www.revistagreenpeace.org](http://www.revistagreenpeace.org)  
[www.tede.unioeste.br](http://www.tede.unioeste.br)  
[www.terradedireitos.org.br](http://www.terradedireitos.org.br)  
[www.tjrs.jus.br](http://www.tjrs.jus.br)  
[www.viacampesina.org](http://www.viacampesina.org)  
[www2.aneel.gov.br](http://www2.aneel.gov.br)  
<https://economia.uol.com.br>

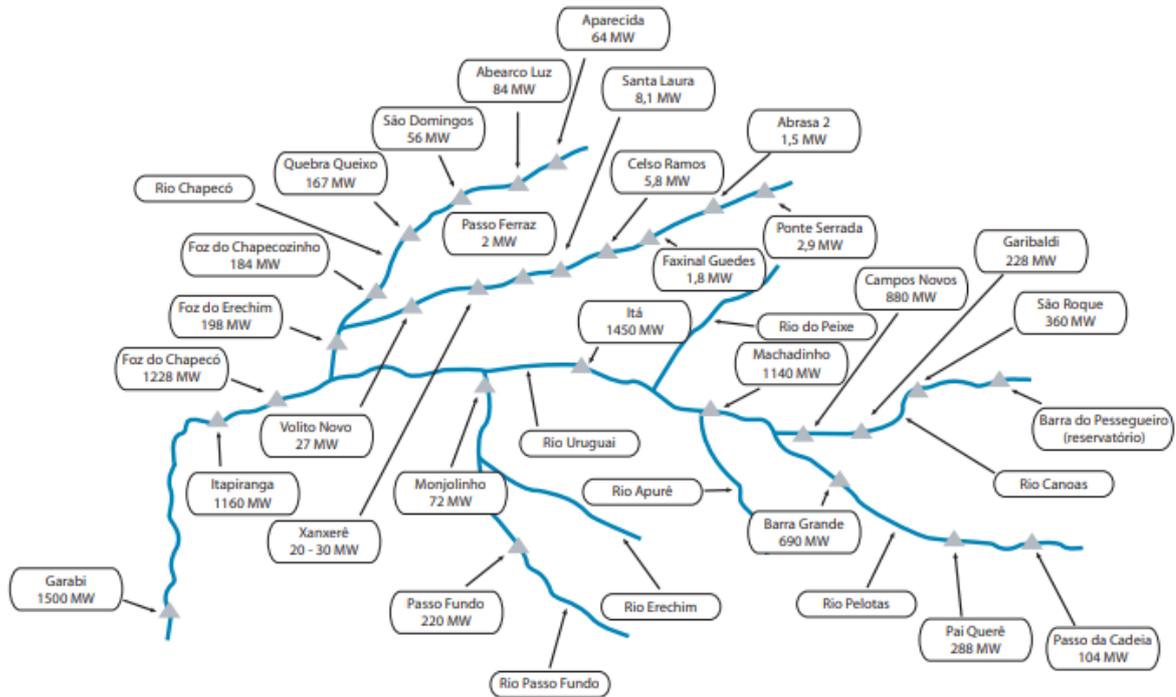
## ANEXOS

### A. Foto que dá o título para a dissertação



Fonte: MAB, 2015, p.31

## B. Aproveitamentos hidrelétricos da bacia do Rio Uruguai



Fonte: FGV (1998)

### C. Elementos para uma teoria sobre os movimentos latino-americanos

1	Diversidade de movimentos Sociais	Diferenciação interna (organização, articulações, projetos...) entre eles, mas também uma diversidade de temas e problemas. A diferenciação é entre os novos (moradia, etc.) e antigos (associação de moradores). Relação entre partido, Igreja e sindicatos sempre existiram, mas nos movimentos contemporâneos essa relação se modifica.
2	Hegemonia dos movimentos populares frente aos movimentos sociais	Movimentos populares lutam por direitos básicos (terra, moradia, casa, comida). Não havia organização básica dos movimentos, nem havia luta para isso, nem sequer para arrecadação financeira. Lutavam pela aquisição das demandas.
3	Novos movimentos sociais (Mulheres, ecológicos, negros, etc.)	Apesar de algumas bandeiras terem sido exportadas da Europa ou dos EUA, na América Latina essas pautas ocorreram de forma diferente. Enquanto nos países do norte do mundo esses movimentos tinham importância e visibilidade a nível nacional na América Latina isso ficou restrito a esfera local. Pois os direitos básicos eram mais urgentes na América Latina.
4	Teologia da libertação	A religião tem um valor muito forte na vida da população pobre latina. A Igreja católica sempre teve uma relação marcante na vida dos latinos.
5	Concílio Vaticano II	Mudança de eixo na política da América Latina por parte da Igreja Católica. Até o momento, anos de 1960, estava voltada para a influência junto ao Estado, a partir de agora volta-se para a sociedade civil, sendo um agente ativo para a organização da sociedade. Especialmente na luta contra as ditaduras. Após os anos de 1990 os movimentos vivem uma crise financeira por causa da mudança de atuação da Igreja, agora atuando no Leste Europeu. Então, os movimentos precisam re-organizar suas pautas.
6	Imigrantes	Tema importante no pós guerra para os países do norte e que não gerou grandes mobilizações na América Latina.
7	Indígena	Na Europa essa questão inexistente, mas na América ela é latente, pois a população indígena foi exterminada e as poucas que sobraram foram anexadas as sociedades urbano-industriais, com grupos permanecendo em pequenas áreas demarcadas. Suas pautas são para a preservação de sua cultura e costumes. Os indígenas da América Latina estão em situações de extrema pobreza nas cidades ou estão lutando contra a invasão do homem branco que os expulsa das terras terminando com sua cultura milenar.
8	Preconceito Racial	A América do norte realiza grandes campanhas contra o preconceito racial e na América do Sul não é evidenciado esse tipo de campanha, pois não vive uma discriminação explícita, mas, uma implícita ou subliminar (salários mais baixos, empregos piores). Os latinos criaram categorias como mulatos, pardos, escuros e isso flexibiliza o conflito social.
9	Relação Movimentos Sociais e Estado	Sempre variou de acordo com os objetivos estratégicos dos movimentos sociais. O estado na América Latina é distante da população e foi apropriado por alguns e não por todos. No regime militar os movimentos eram contra o estado na redemocratização os movimentos se dividiram alguns apoiando o estado e outros contra, não significando que não haja interação com o estado constituído.
10	Integração Social	Não é uma variável importante para os latinos. O estado desagrega por natureza, suas políticas consolidam a fragmentação social. Os movimentos populares são formas de resistência e os NMS são lutas pela inclusão e não pela integração social.

11	Institucionalização dos conflitos sociais	Novas leis surgem para atender as demandas dos movimentos sociais. Mas, a institucionalização Jurídica não resolve o problema e aumenta a descrença no poder do Estado para fornecer o bem comum para todos. Na América Latina os canais e estruturas informais foram mais acreditados no que nos formais. Muitos movimentos que lutavam por direitos foram desmobilizados quando esses foram conquistados, porque a força da lei não resolvia e ainda se sobressaia o 'jeitinho' para resolver as pendências numa clara demonstração das vias paralelas de poder.
12	Ideologias	São os elementos fundantes dos movimentos sociais na América Latina, elas dão suporte, estratégia e desenham suas pautas políticas
13	Partidos políticos	Os movimentos não podem ser vistos como estruturas distintas dos partidos. Essa questão foi menos explorada nos estudos sobre movimentos sociais porque os as lideranças dos partidos eram os mesmos intelectuais e militantes dos movimentos e provavelmente não desejavam que essa relação aparecesse. A relação sempre existiu o que mudou foi a relação entre eles. Os partidos tradicionais optavam pelos movimentos operários enquanto os novos partidos de esquerda e social democracia veem os movimentos como interlocutores próprios.
14	Mensagens dos movimentos	A cada nova onda surgem novas ênfases temáticas, exclusão social, cidadania, direitos, etc. Embora na atualidade essas categorias estejam unidas na época nem sempre apareciam unificadas ao mesmo tempo.
15	Intelectuais	São pessoas de grupos sociais distintos e se constituíram os interlocutores dos movimentos junto com as agências governamentais e mídia.
16	Classes sociais	As problemáticas sociais são sempre uma união das alianças e articulações que geram a exclusão social. Os conflitos são de ordem econômica, mas também são raciais, gênero, etnias, etc. A luta contra a miséria coloca os conflitos econômicos em destaque encobrindo as outras pautas existentes nos conflitos.
17	Articulação entre diferentes lutas e movimentos sociais	Nos anos de 1970 e 1980 não existia efetivamente essa articulação. Alguns foram articulados com a redemocratização dos países.
18	Questão Agrária	Tema de grandes conflitos entre os latinos. A elite ainda reluta em discutir sobre a questão agrária nos países latinos. A expansão do capital no campo aumentou a desigualdade fazendo aumentar também o número de sem terras.
19	Estratégias e Táticas	As táticas vão de fases mais violentas (pré políticas) até as formas mais modernas como o uso dos computadores, a internet e a mídia.
20	Heterogeneidade dos movimentos	Várias expressões políticas cabem dentro dos movimentos, cada qual com projetos políticos diferenciados.
21	Especificidades dos movimentos sociais	As pautas dos movimentos mudaram. As pautas dos anos de 1970-1980 atualmente podem não significar muito. As agendas dos movimentos se alteraram. Surgem novos movimentos internacionais. Há um crescimento numérico e de qualidade dos movimentos.
22	Movimento-Organização	Modelo norte americano que chega por meio das ONGs internacionais. Ênfase na auto estruturação a partir de certos pontos: política interna de captação de recursos, constituição de uma base de adeptos, articulação com a sociedade civil e política, envolvimento em projetos sociais operacionais e política de formação e qualificação de quadros.

Fonte: Elaborado pelo autor através dos dados fornecidos por Gohn (1997, ps. 227-240)

## D. Reportagem sobre o manifesto dos agricultores atingidos pelas barragens

### Violento Manifesto dos Agricultores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense Sobre as Barragens

Os agricultores do Alto Uruguai Gaúcho e Catarinense, representados por suas lideranças reunidas em Concórdia, SC, lançam o seguinte manifesto sobre as barragens:

**1 - O FATO**

Já é do conhecimento público o Projeto da construção de mais de vinte barragens no Rio Uruguai e seus afluentes; algumas de execução imediata e outras para as próximas décadas. Diante das inúmeras consequências que a construção de tais barragens trará, modificando profundamente a nossa região e repercutindo diretamente em milhares de agricultores que terão suas terras atingidas, julgamo-nos no direito de fazer algumas interrogações e de tomar nossa posição.

**2 - AS INTERROGAÇÕES**

**2.1 - QUEM DECIDIU CONSTRUIR BARRAGENS?**

Os agricultores do Alto Uruguai estão radicados nesta região há mais de uma geração. Até agora fomos os autores do progresso e das conquistas da região, fruto do nosso trabalho duro na agricultura. Nós nos identificamos com a nossa terra. Agora, sem consultar ninguém de nós, decidem construir sobre nossas terras 20 barragens. Quem decidiu construí-las? Quem pode dizer por esta terra, desta pátria, sem levar em conta os seus habitantes? Somos proprietários e como tais, no exercício de nossos deveres e direitos, podemos ou não participar das decisões que dizem respeito ao nosso futuro?

**2.2. PARA QUEM SÃO ESTAS BARRAGENS?**

Julgamos também legítimo perguntar: A construção des-

tas barragens obedece a interesses de quem? Sabemos da importância da energia elétrica, embora por longo tempo sóbomos contribuir em muito para a sustentação econômica da nação sem energia elétrica, trabalhando duro nestas terras que agora estamos sujeitos a perder. Em troca de nossas terras será gerada uma abundante energia elétrica. Ela vai servir a quem? Vieram nos dizer que ganhamos uma loteria com a construção das barragens. Que loteria é esta que nos faz perder as terras e não saber onde ir? E para completar esta pergunta, esta energia não estará a serviço das indústrias dos estrangeiros, que já dominam a economia da nação e assim poderão nos subjugar com mais facilidade?

**2.3. - QUEM VAI PAGAR ESTAS BARRAGENS?**

Nós estamos acostumados a pagar rigorosamente nossos compromissos financeiros. E fizemos isso com a consciência do cumprimento inalienável de um dever que é nosso. Mas estamos percebendo que ultimamente estão colocando em nossa conta o pagamento de compromissos que não fomos nós que assumimos. Está aí o confisco da soja para provar. Só vêm pedir a nossa participação na hora dos pagamentos. Então achamos muito legítimo perguntar: com o dinheiro de quem se fará estas barragens? Pois se agora com nossas terras já estamos pagando dívidas feitas não por nós, com que poderemos pagar outras dívidas se ainda nos tirarem as terras onde trabalhamos?

**2.4. - PARA ONDE IREMOS?**

Nós nos estabelecemos nestas terras, por decisão nossa, que exigiu aventura, coragem, espírito de trabalho, amor à família e à Pátria. Do nosso esforço resultou o estabelecimento de nossas moradias, o surgimento de nossas comunidades, enfim a nossa região com quem agora nos identificamos, num legítimo amor à terra, que aprendemos a cultivar e dela fazer surgir a vida. As barragens nos farão abandonar estas terras, decepcionando a esperança de morarmos sempre nela. E em troca o que recebemos? Para quem ama a sua terra não há ver nenhuma compensação adequada? E a pergunta mais difícil nem é quanto nos pagará pela terra, mas é esta: onde iremos? Não só no sentido de saber para que lugar ir, mas como poderemos refazer nossa experiência de nos identificarmos com outra terra e nela poderemos colocar as energias de nossa vida a serviço da nossa família e da pátria. Perguntamos com veemência: Estes valores são levados em conta ao se planejar as barragens? E se não são levados, de que adianta construir o progresso se ele vem destruir os valores humanos?

**3 - NOSSO POSICIONAMENTO**

Diante destas interrogações, vamos adiantando o nosso posicionamento.

**3.1. - QUEREMOS PARTICIPAR NAS DECISÕES**

Não achamos justo que o nosso destino seja manobrado às escuras, em gabinetes de técnicos insensíveis aos nossos valores humanos. Queremos que a nossa palavra, tenha peso e valor. Temos direitos so-

bre estas terras tanto ou mais do que aqueles que de longe planejam sua utilização para as barragens. Queremos que seja ouvida a voz de nossas lideranças de classe e das lideranças de nossas comunidades, inclusive para que sejam acatadas modificações nos planos das barragens. E convocamos as lideranças políticas de todos os níveis, desafiando-as a que assumam a defesa dos legítimos interesses do povo em causa nestas barragens.

**3.2. - QUEREMOS RESGUARDAR NOSSOS VALORES**

Na dura luta para tornar habitável e humana esta região, da qual nos queremos agora tirar, aprendemos a cultivar alguns valores que são a base da nossa vida. Queremos que sejam respeitadas nossas tradições. Que a brutalidade das máquinas não venha desagregar nossas famílias e nossas comunidades. Queremos ser respeitados.

**3.3. - QUEREMOS INDENIZAÇÃO JUSTA PARA NOSSAS TERRAS**

Se for para o bem comum, não nos negamos ao sacrifício de deixar nossas terras, porém colocamos como absolutamente indispensável uma justa indenização. E os critérios para estabelecer esta indenização não podem ser meramente técnicos. Em cima de nossas terras colocamos tudo. Para nós elas têm um valor que a técnica não percebe. Por isso que, ao estabelecer seu valor, queremos que seja ouvido o proprietário, as lideranças sindicais e as lideranças comunitárias. E que as indenizações sejam encaminhadas previamente a qualquer construção de barragem.

**3.4. - QUEREMOS UMA SOLUÇÃO COMUNITÁRIA**

Foi em nossas comunidades que até hoje encontramos o apoio para a nossa vida. É aí que em nossas comunidades que

**Hilário Baseggio & Cia Ltda**

POSTO DE GASOLINA - LAVAGEM - QUEROSENE E LUBRIFICANTES

Rua Dr. Maruri, 1765 - Fone: 44-0471

CONCÓRDIA - SC

EM SUAS NOVAS E MODERNAS INSTALAÇÕES

**DR. CARLOS SCHAEFER LEHMKUHL**

MÉDICO DE CRIANÇAS

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NO RIO DE JANEIRO

CONVÊNIO COM: IPESC, CELESC, EMBRAPA, B. BRASIL, ACARESC e FUSESC.

Consultório: RUA MARECHAL DEODORO, 733 Fone: 44-0649 - CRM SC 1999

Residência: MAL. DEODORO, 1474 CPF 289.163.879-49

CONCÓRDIA - SC

Obtenha melhores lucros com: RAÇOS E CONCENTRADOS

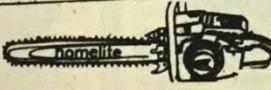


Para Suínos, Bovinos e Aves

DISTRIBUIDOR NESTA REGIÃO

# ILGO IRENO KAUFER

RUA MARECHAL DEODORO, 610 - CONCÓRDIA Santa Catarina



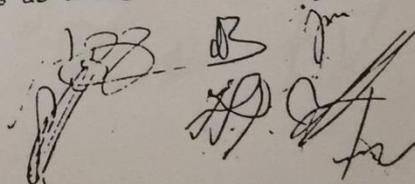
CINCO MODELOS À SUA ESCOLHA.

No mercado mundial é a mais preferida. Menor custo com maior rendimento. Menor peso com mais potência. VENDA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA.

**E. Acordo entre Eletrosul e Mab de 1987.**

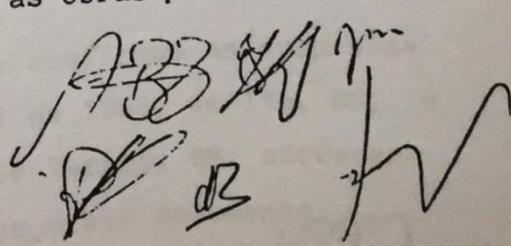
DOCUMENTO DE ACORDO ENTRE CENTRAIS ELÉTRICAS DO SUL DO BRA  
SUL S.A. - ELETROSUL E COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS POR  
BARREAGENS - CRAB, EM RELAÇÃO ÀS USINAS HIDRELÉTRICAS DE ITÁ  
E MACHADINHO

1. - Fica acordado entre as partes ELETROSUL - CRAB que com relação às Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho não será feita nenhuma indenização, caso não seja cumprido o item 2 deste Acordo.
2. - Fica acordado que a aquisição de propriedades atingidas será vinculada a apresentação das seguintes alternativas aos atingidos:
  - a) terra por terra, mediante a apresentação de áreas tantas quantas necessárias, preferencialmente na região, ou nos três estados do Sul, com características agrícolas e infra-estrutura não inferiores às áreas atingidas;
  - b) indenização por dinheiro com a participação dos atingidos na determinação dos preços unitários da terra e benfeitorias;
  - c) garantia de participação em projetos de reassentamento para todos os sem-terra atingidos pelas barreagens de Itá e Machadinho, em áreas dos três estados do Sul, com características agrícolas e infra-estrutura não inferiores às atingidas pelas barreagens.

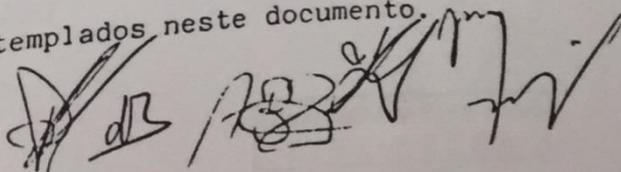


Serão contemplados todos os jovens definidos como sem-terra, pertencentes às famílias atingidas e exercendo atividades econômicas na propriedade atingida. Estes terão direito, no mínimo, a um módulo rural regional.

3. - Fica acordado que será dado início imediato à elaboração de uma política de reassentamento, ficando a ELETROSUL comprometida a apresentar, até dezembro de 1987, as diretrizes e os critérios que orientarão os projetos de reassentamento, assim como a definição de parceiros privados e institucionais, que juntamente com a ELETROSUL executarão os projetos de reassentamento e traçados de estradas necessários a população que permanecerá em áreas remanescentes.
- Fica acordado que as negociações se desenvolverão em ordem seqüencial, por comunidade, e igualmente em ambas as margens do rio, oferecendo-se as mesmas oportunidades para todos os membros e comunidades das margens de Itá e Machadinho, com datas definidas.
- Fica ratificado o documento PRE-692/86, de 07 de outubro de 1986, que diz: "nenhuma obra será realizada dentro dos rios sem prévia indenização ou reassentamento dos atingidos de cada barragem, Itá e Machadinho". Neste período só serão realizadas as obras preliminares necessárias.



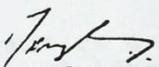
6. - Fica acordado que a ELETROSUL executará somente obras e serviços preliminares vinculados à execução do cronograma social. Ambos anexos a este documento.
- Entende-se como obras preliminares: cadastro sócio-econômico das duas barragens, apresentação de política de reassentamento e indenizações, demarcação, construção da nova cidade de Itá para os moradores da velha Itá, linhas de transmissão, serviços topográficos, sondagens, construção de casas e alojamentos no canteiro de obras e cidade do itá, estradas internas ao canteiro e acesso, incluindo a ponte sobre os rios Uruguai e Uvã, localizados abaixo da obra, conforme aprovação da Assembléia dos atingidos em 17.09.87, em Erechim.
7. - A CRAB designará no mínimo três representantes de cada barragem, Itá e Machadinho, e tantos quanto necessários para acompanhamento e fiscalização permanente das atividades da ELETROSUL visando obter informações referentes aos interesses dos atingidos, cabendo à Empresa/ELETROSUL o ressarcimento das despesas decorrentes.
8. - Fica acordado que quando da necessidade de alteração nos cronogramas a ELETROSUL/CRAB, se comprometem a discutir e deliberar conjuntamente os ajustes que se façam necessários.
9. - Fica acordado que os atingidos reafirmam as propostas aprovadas nos dias 24 de abril de 1986, em Itá, SC, e 19 de junho de 1986, em Getúlio Vargas, RS, acrescentando os itens não contemplados neste documento.

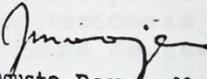


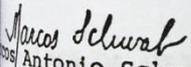
10. - Fica acordado que o reassentamento/indenizações será feito entre ELETROSUL e atingidos, cabendo ao grupo executivo e Conselho Deliberativo do reassentamento, traçar as linhas e diretrizes sobre os mesmos.
11. - Fica acordado que os moradores atingidos pelo asfalto da estrada de acesso da SC-283 à obra da barragem de Itá, na comunidade de linha São Roque, município de Itá, SC, serão indenizados. Para os sem-terra, o tratamento será o mesmo do item 2 desse documento.

Erechim, 29 de outubro de 1987.

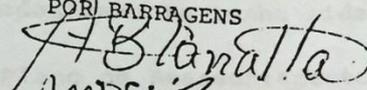
EMPRESAS ELÉTRICAS DO SUL DO  
SUL S.A. - ELETROSUL

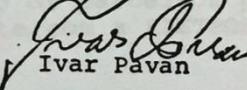
  
Affonso de Freitas Melro  
Presidente

  
Augusto Peres Moojen  
Diretor de Suprimentos

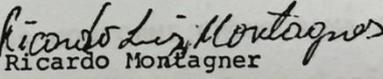
  
Antonio Schwab  
Diretor de Engenharia  
Construção

COMISSÃO REGIONAL DE ATINGIDOS  
POR BARRAGENS

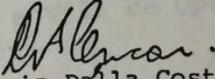
  
Adelia Zanatta

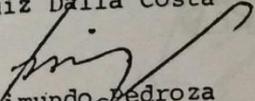
  
Ivar Pavan

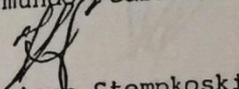
  
Nilo Brand

  
Ricardo Montagner

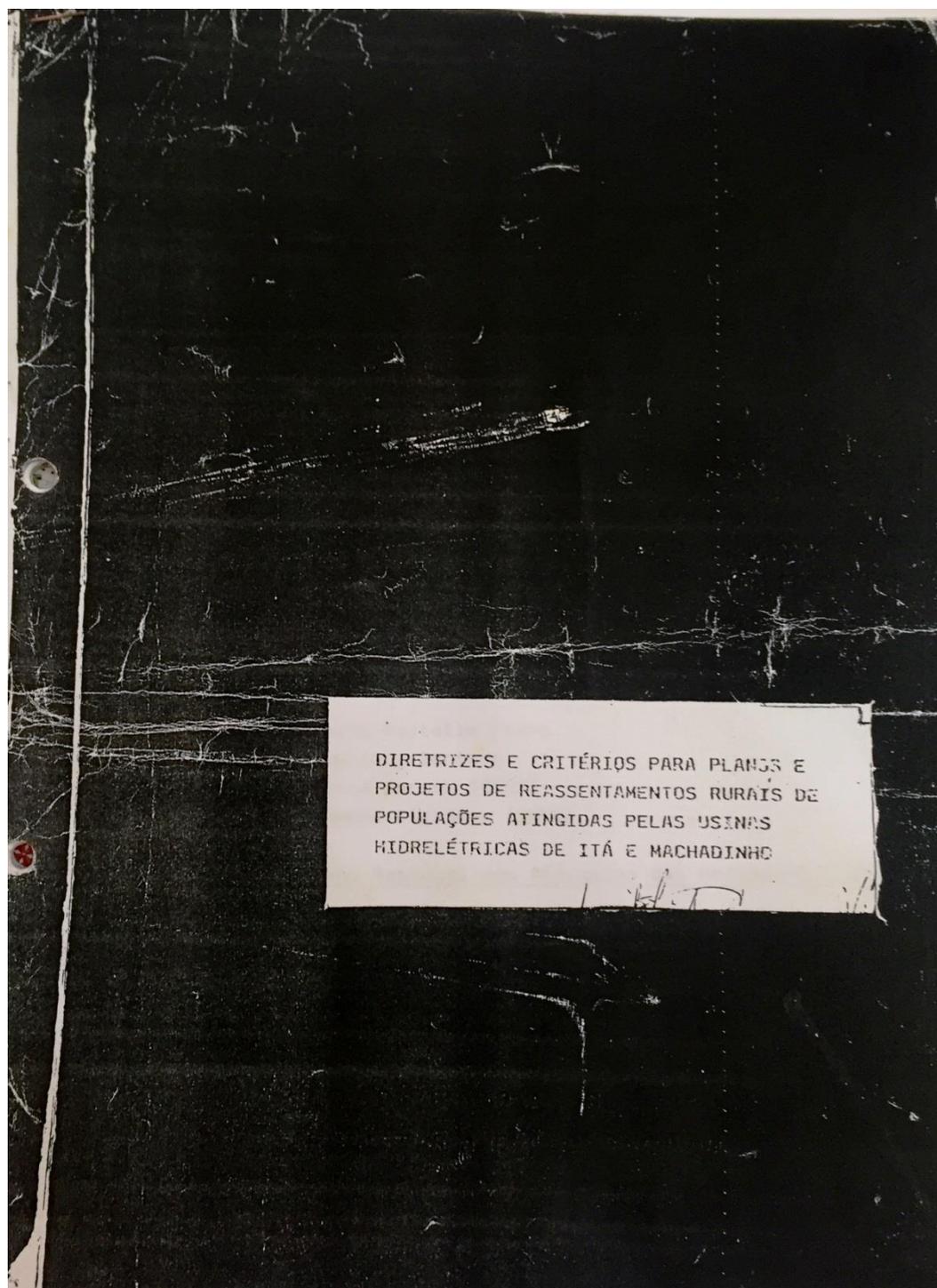
Mauro Postal

  
Luiz Dalla Costa

  
Palmundo Pedroza

  
Henrique Stempkoski

- F. Diretrizes e critérios para planos e projetos de reassentamentos rurais de populações atingidas pelas usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho.



## A P R E S E N T A Ç Ã O

Este documento é fruto dos estudos e atividades realizadas pelo Grupo de Trabalho criado pela Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. - ELETROSUL, através da Resolução RD-01710/87, de 05.01.87, com o objetivo de elaborar "Diretrizes e Critérios para Planos e Projetos de Reassentamentos Rurais para as Usinas Hidrelétricas Itá e Machadinho".

Sob a coordenação do Diretor de Suprimentos, Dr. Jorge Augusto Peres Moojen, integraram este Grupo de Trabalho:

- Pela ELETROSUL:

- . Fernando Thorman de Freitas
- . Pedro Paulo Voltolini Junior
- . Gilberto Suhett
- . Wilson Filomeno
- . Ricardo Barreto Nascimento (parcialmente)

- Suplentes:

- . Luiz Augusto Portella Filho
- . Mozart Coutinho Santana
- . José Vicente Ferraz (CNEC)
- . Samuel Ribeiro Giordano (CNEC)

- Pela Comissão Regional dos Atingidos das Barragens - CRAB:

- . Mauro João Postal
- . Nilo Celso Brand
- . Ampélio Zanatta
- . Ivar Pavan
- . Raimundo Cardoso Pedroza
- . Ricardo Montagner

- Suplentes:

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signatures and initials, including 'Mauro João Postal', 'Nilo Celso Brand', 'Ampélio Zanatta', 'Ivar Pavan', 'Raimundo Cardoso Pedroza', 'Ricardo Montagner', and various initials like 'JM', 'JF', 'JG', 'JL', 'JP', 'JR', 'JS', 'JT', 'JU', 'JV', 'JW', 'JX', 'JY', 'JZ']*

- . Ademir Pertille
- . Enio Bonemberger
- . Vilson Babis
- . Geraldo Gembinski
- . Claídes Kowald
- . Henrique Stempkoski

- Pelas Cooperativas

- . Janey Rui Piccoli (COOPÉRDIA)
- . Irineu Pedrollo (COTRIGO)
- . Adroaldo Dartora (COTREL)
- . Vitorino Zanella Gionatto (COPPAL- parcialmente)
- . Moacir João Cavalli (CAMOL- parcialmente)

- Suplentes

- . Sandro Luiz Tremer (COOPÉRDIA)
- . Luiz Paraboni Filho (COTREL)
- . Leonir Lodea (COTRIGO)

O programa a seguir apresentado se constitui no cumprimento do item 3 do histórico acordo entre ELETROSUL e CRAB, as sinado em Erechim no dia 29.10.87 e homologado pelo Sen hor Ministro das Minas e Energia em 06.11.87.

*[Handwritten signatures]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signatures]*

**G. Reestruturação do setor elétrico na região sul brasileira a partir de 1990.**

<b>REESTRUTURAÇÃO DO SETOR ELÉTRICO NA REGIÃO SUL BRASILEIRA A PARTIR DE 1990</b>	
ANEEL (Estatal) (Agência Nacional de Energia Elétrica) Lei Federal n° 9.427, de 26 de dezembro de 196	Autarquia, sob regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem a função de regular e fiscalizar a produção, a transmissão, a distribuição e a comercialização da energia elétrica, em conformidade com as políticas e diretrizes do governo federal.
ONS (Privado) Operador Nacional do Sistema Elétrico (1998)	Entidade de direito privado sem fins lucrativos. É a responsável pela coordenação e controle da operação das instalações de geração e transmissão de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN), sob a fiscalização e regulação da ANNEEL. O Operador é constituído por membros associados e membros participantes, os quais controlam 96,6% da capacidade de produção de energia Elétrica do Brasil
ELETROSUL (Estatal) Empresa Transmissora de Energia Elétrica do Sul do Brasil S.A. Atua no Subsistema Sul (Região Sul e Mato Grosso do Sul)	Atualmente está no segmento de transmissão e voltou, em 2003, a gerar energia. Função de promover a integração dos mercados consumidores de energia elétrica; garantir livre acesso de consumidores e produtores; possibilitar a otimização energética; viabilizar a importação de energia elétrica dos demais países do Mercosul e manter a qualidade da energia nos pontos de suprimento.
GERASUL (1997) Centrais Geradoras do Sul do Brasil (Grupo Suez)	Maior empresa privada de energia elétrica do país, cuja capacidade de produção representa 7% da eletricidade gerada no Brasil e 50% da produção de energia elétrica da região Sul.
TRACTEBEL (2002) Electricity & Gás Internacional (Grupo Suez)	A Gerasul passou a se chamar Tractebel Energia S.A. mantendo o controle sobre sete empreendimentos de porte na produção de energia elétrica: 4 Usinas hidrelétricas em Salto Osório e Salto Santiago (PR); Passo Fundo (RS) e Itá (SC/RS) [com 9 4.276 MW]). Três usinas termelétricas: Alegrete e Charqueadas (RS) e o complexo Jorge Lacerda (SC) [com 995 MW instalados]. Também está em outros consórcios nas regiões Sul e Sudeste, em Goiás e Mato Grosso do Sul.
EPE Lei Federal n° 10.847, de 15 de março de 2004; Decreto Federal n° 5184, de 16 de agosto de 2004	Empresa pública federal, vinculada ao Ministério de Minas e Energia, que tem por finalidade prestar serviços na área de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético, tais como energia elétrica, petróleo e gás natural e seus derivados, carvão mineral, fontes energéticas renováveis e eficiência energética, entre outras.
ANA. Lei Federal n° 9.984, de 17 de julho de 2000	Autarquia sob regime especial, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao Ministério do Meio Ambiente, com a finalidade de implementar, em sua esfera de atribuições, a Política Nacional de Recursos Hídricos, integrando o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

CMSE - Lei 10.848, de 2004	O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, tem com a função de acompanhar e avaliar permanentemente a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético em todo o território nacional.
Órgão Licenciador Artigo 10 da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente); Artigos 4º e 5º da Resolução CONAMA nº 237, de 29 de dezembro de 1997	Órgãos da Administração Pública que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA): Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Órgão Executor Seccional (estadual) e Órgão Executor Local (municipal).

Fonte: ESPÍNDOLA, 2009, p. 106-107.

**H.** As principais empresas responsáveis pelos grandes empreendimentos hidrelétricos na bacia do Rio Uruguai

<b>Empresas/ Consórcios</b>	<b>Empreendimento (Participação %)</b>	<b>Local</b>	<b>Observações</b>
Alcoa Alumínio	UHE Machadinho (22,6%) UHE Barra Grande (42,18%) UHE Pai Querê (15,4%)	Rio Pelotas (SC/RS) Rio Pelotas (SC/RS) Rio Pelotas (SC/RS)	Subsidiária das Alcoa Inc., líder mundial na produção e transformação do alumínio, EUA.
Camargo Corrêa/CNEC Engenharia Ltda.	UHE Machadinho (4,6%) UHE Barra Grande (9%) UHE Itaporanga	Rio Pelotas (SC/RS) Rio Pelotas (SC/RS) Rio Uruguai (SC)	Um dos maiores grupos empresariais do Brasil. Em 2004 os negócios na área de energia foram de 19,9%, da receita do grupo.
CBA – Companhia Brasileira de Alumínio	UHE Machadinho (24,2%) UHE Campos Novos (22,7%) UHE Barra Grande (15%)	Rio Pelotas (SC/RS) Rio Canoas (SC) Rio Pelotas (SC/RS)	É a segunda maior produtora brasileira de alumínio primário. A Companhia possui treze usinas hidrelétricas próprias, o que garante 60% de energia que consome.
CEEE – Companhia Estadual de Energia Elétrica/RS	UHE Machadinho (4,9%) UHE Campos Novos (6,5%) UHE Foz do Chapecó (20%)	Rio Pelotas (SC/RS) Rio Canoas (SC) Rio Uruguai (SC/RS)	Os principais acionistas da Empresa são o Governo do Estado do RS, que detém 65,92% das ações da CEEE, e a Eletrobrás, que possui 32,59% da participação, além de outros sócios minoritários. A empresa produz 75% da energia hidrelétrica gerada no RS.
Celesc – Centrais Elétricas de Santa Catarina S. A	UHE Machadinho (12,1%) UHE Campos Novos (2%)	Rio Pelotas (SC/RS) Rio Canoas (SC)	Criada em 1955 como um órgão de planejamento do sistema elétrico estadual. Com o passar dos anos, assumiu o papel de holding, até incorporar o patrimônio de empresas regionais.
Cia. Cimento Itambé	UHE Itá (1,5%)	Rio Uruguai (SC/RS)	
Cimento Rio Branco	UHE Machadinho (4,9%)	Rio Pelotas (SC/RS)	Empresa da Votorantim Cimentos.
CSN - Companhia Siderúrgica Nacional	UHE Itá (29,5%)	Rio Uruguai (SC/RS)	
Companhia Níquel Tocantins	UHE Campos Novos (2%)	Rio Canoas (SC)	Do grupo Votorantim Metais, é a maior produtora brasileira de níquel metálico, responsável por 72% de toda a produção nacional e única

			produtora de níquel eletrônico da América Latina.
CPFL Geração	UHE Campos Novos (48,7%) UHE Barra Grande (25%) UHE Foz do Chapecó (40%)	Rio Canoas (SC) Rio Pelotas (SC/RS) Rio Uruguai (SC/RS)	CPFL Geração de Energia S/A é um holding que controla empresas e empreendimentos privados nas áreas de geração, distribuição e comercialização de energia elétrica. A Camargo Corrêa tem participação na CPFL.
CVRD – Cia Vale do Rio Doce S.A/Furnas Centrais Elétricas	UHE Foz do Chapecó (40%)	Rio Uruguai (SC/RS)	É a segunda maior produtora integrada de manganês e ferroligas do Brasil. Maior exportadora global e líder mundial no mercado de minério de ferro e pelotas.
DMEE – DME Energética	UHE Machadinho (2,4%) UHE Barra Grande (8,82%) UHE Pai Querê (4,5%)	Rio Pelotas (SC/RS) Rio Pelotas (SC/RS) Rio Pelotas (SC/RS)	Empresa controlada da DME – Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas/MG.
Queiroz Galvão	UHE Quebra Queixo	Rio Chapecó (SC)	
Tractebel Energia	UHE Itá (69%) UHE Machadinho (16,9%) UHE Passo Fundo	Rio Uruguai (SC/RS) Rio Pelotas (SC/RS) Rio Passo Fundo (RS)	Empresa do grupo belga Suez Energy International (quinta maior empresa de eletricidade europeia), o qual comprou 50,01 do controle da Gerasul.
Valesul Alumínio S. A	UHE Machadinho (7,3%)	Rio Pelotas (SC/RS)	Acionistas da Valesul: 54,51% da Companhia Vale do Rio Doce (CRVD) e 45,49% da BHP Billiton. A CRVD é a maior empresa de mineração diversificada das Américas. A BHP Billiton é a maior empresa de mineradora diversificada do mundo.
Votorantim Cimentos	UHE Pai Querê (80,1%)	Rio Pelotas (SC/RS)	Um dos mais sólidos conglomerados empresariais do país, atuando no mercado de cimento, celulose e papel, metais, filmes flexíveis, química, agroindústria, energia, e outros.

Fonte: Cartilha Rio Uruguai: Guia para ONGs e Movimentos Sociais na Bacia do Rio Uruguai, *Apud* (ESPÍNDOLA, 2009, p. 113-114).

**I. Perfil das pessoas entrevistadas.**

<b>Entrevistada 1</b>	Mulher, idade inferior a 30 anos.	Oriunda de uma família atingida pela barragem de Itá. Foi no ingresso na UFFS, que encontrou o MAB e ingressou nele. É uma liderança importante dentro do movimento e na sociedade civil. Envolvida em outros movimentos em defesa da agricultura. Desde 2015 é militante do movimento.
<b>Entrevistada 2</b>	Mulher, idade superior a 30 anos.	Atingida por barragens desde 2002. Torna-se militante em 2006 no nordeste. Liderança importante na luta pelas barragens, uma forte liderança do MAB no Brasil e, principalmente, no sul do Brasil.
<b>Entrevistada 3</b>	Homem, idade superior a 30 anos.	Ameaçado pela barragem de Iraí no RS, torna-se militante do movimento em 1995. Liderança importante do MAB na luta contra as barragens. Forte inserção na luta dos atingidos e inserção política.
<b>Entrevistada 4</b>	Homem, idade superior a 30 anos.	Acompanhou e participou da CRAB em 1984. A sua participação no movimento foi local, não se destacando a nível estadual ou nacional.

		Atingido indiretamente pela barragem de Foz de Chapecó.
<b>Entrevistada 5</b>	Homem, idade superior a 30 anos.	Atingido indiretamente pela barragem de foz. Começa a sua participação em torno de 2005 e 2006 dentro do movimento, tornando-se uma liderança local e estadual.
<b>Entrevistada 6</b>	Homem, idade superior a 30 anos.	Foi coordenador do MAB na barragem de Campos Novos, entrou no movimento desde quando foi atingido pela barragem em 2001. A sua atuação ativa começa a partir de campos novos, tornando-se uma importante liderança regional.
<b>Entrevistada 7</b>	Mulher, idade superior a 30 anos	Atingida pela barragem de Campos Novos, ingressou no movimento na luta local. Uma importante presença na aglutinação de mulheres na luta contra a barragem de Campos Novos.
<b>Entrevistada 8</b>	Mulher, idade superior a 30 anos.	Atingida pela barragem de Machadinho, vai para o assentamento e começa sua atuação com a educação das crianças. Sua atuação torna-se importante para o assentamento que fez parte por muitos anos. Não é uma liderança do MAB.

<b>Entrevistada 9</b>	Homem, idade superior a 30 anos.	Membro do sindicato, foi cedido para atender a causa dos atingidos pelas barragens de Itá e Machadinho. A partir de então, torna-se uma importante liderança dentro da CRAB. Esteve desde a fundação do movimento. Militou contra as barragens e ajudou na fundação da CRAB.
<b>Entrevistada 10</b>	Mulher, idade superior a 30 anos.	Militante ativa do movimento, sendo pioneira na luta contra as barragens. Sua atuação motivou outras tantas mulheres. Continua, dentro das suas limitações, atuando no movimento, principalmente com as arpilleras. É uma referência na luta contra as barragens.
<b>Entrevistada 11</b>	Mulher, idade superior a 30 anos.	Atingida pela barragem de Itá. Participa do MAB desde a sua infância juntamente com seus pais. A partir de 2000 começou a participar do movimento de forma orgânica. Onde começou seu processo de formação, tornando-se uma liderança regional e nacional. Contribuiu na educação de jovens e adultos e na articulação nacional do movimento. É membro da coordenação nacional e do coletivo de mulheres.
<b>Entrevistada 12</b>	Mulher, idade inferior a 30 anos.	Universitária, foi no ingresso na UFFS, que encontrou o MAB, através da FEAB, e ingressou nele em 2017, onde é uma liderança estadual do movimento.

Fonte: Entrevistas.